



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TAPERA, PAU GRANDE E BARREIRO: UMA GEOHISTÓRIA DE
RESISTÊNCIA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS, NO LITORAL
NORTE DA BAHIA.**

EDITE LUIZ DINIZ

**SALVADOR-BAHIA
2007**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TAPERA, PAU GRANDE E BARREIRO: UMA GEOHISTÓRIA DE
RESISTÊNCIA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS, NO LITORAL
NORTE DA BAHIA.**

EDITE LUIZ DINIZ

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA AUXILIADORA DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado:

Comissão Examinadora

Dr^a. MARIA AUXILIADORA DA SILVA

Dr^a. GUIOMAR INEZ GERMANI

Dr^a. GILCA GARCIA DE OLIVEIRA

D585 Diniz, Edite Luiz,
Tapera, Pau Grande e Barreiro: uma geohistória de resistência de comunidades tradicionais, no Litoral Norte da Bahia / Edite Luiz Diniz. _ 2007.
168 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva.
Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências.
Universidade Federal da Bahia, 2007.

1. Geografia humana – Mata de São João (BA) 2. Geografia social – Mata de São João (BA) 3. Posse da terra – Mata de São João (BA) 4. Comunidades tradicionais – Expropriação 5. Política ambiental (Aspectos sociais) – Mata de São João (BA) I. Silva, Maria Auxiliadora da, II. Título

CDU 911.3 (813.8)

Dedico este trabalho

Aos meus pais:

Maria e Lourival.

A

Ricardo,

Companheiro e amigo.

A

Daija,

Minha filha e companheira

Eliete, Karina, Monique, Teresinha, Ivanete, Elizabeth, Alice e Eliene,
minhas irmãs.

Antonino, Zearminstrong, Pedro, Paulo e Artur, meus
irmãos.

As amigas,

Audair, Sueide e Juliana.

Todos os sobrinhos,

Aos quais desejo uma consciência humana mais amorosa e ética.

Aos meus avós,

que conviveram com situações de expropriação.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador que me concedeu a vida e as oportunidades para experimentar ações diversas.

Aos meus pais que me ensinaram respeito e a solidariedade com o próximo.

Ao companheiro Ricardo Macedo que tem me ajudado a continuar lutando.

À minha família, em especial a Ivanete Diniz, Eliete Diniz e Manoela Diniz, pelo incentivo, pelo acolhimento e aos amigos que torcem para que eu conclua esse projeto.

À orientadora, Professora Maria Auxiliadora da Silva, pela sua grandeza como ser humano, disponível e aberta à solidariedade sempre.

Aos professores do Mestrado de Geografia pela partilha de conhecimentos.

E de maneira em especial, agradeço à Professora Guiomar Inez Germani por não me deixar desistir.

Meu carinho e agradecimentos a Flávia Damares, a Gilma Brito e a Laura Adriana Chamo que, solidárias com a minha incapacidade técnica, colocaram suas mãos, tempo e disposição na construção, arrumação e finalização desta pesquisa.

À Professora Elaine Pedreira Rabinovich que me acompanhou nas visitas para a pesquisa de campo.

Por fim, agradeço aos moradores dessas comunidades que me receberam em suas casas e pela disposição e simplicidade em contar suas histórias de alegrias e de opressão, acreditando que o simples fato de estarem vivos é uma vitória.

Se a voz livre do negro
Se escutar na estrada
Que vai todos libertar
Tem muito branco
Que vai muito admirar,
De ver a história pelo negro avançar,
E no fim da briga todo cabra que
escapar,
Com liberdade na avenida vai sambar,
vai
Sambar, vai sambar...
(Estatuinha. Edu Lobo, 1969).

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender o modelo de posse e uso da terra e o processo de ocupação e transformação forjada antes e após as intervenções feitas por agentes externos no espaço das comunidades Tapera, Pau Grande e Barreiro, Município de Mata de São João, no Litoral Norte da Bahia. O conflito existente no espaço, nos últimos trinta anos, entre as comunidades tradicionais, os projetos da Fundação Garcia D'Ávila e da Imobiliária Açú da Torre, pelo mesmo espaço, — as “reservas particulares” Sapiroanga e Camurujipe e a cercania da Lagoa Aruá —, no qual as comunidades enfrentam processo de expropriação e resistem às diversas estratégias usadas por esses agentes. Todavia, o projeto de reservas particulares é recente e contraditório porque nesse mesmo espaço estão localizadas as comunidades tradicionais há mais de dois séculos. Para entender este conflito usou-se como referência teórica as abordagens da valorização do espaço de Santos e Morais que analisam a partir da qualidade, quantidade e variedade dos recursos naturais ainda disponíveis no espaço e a de Martins que explicita os dois regimes de propriedades, terra de negócio e terra de trabalho. A análise ressalta as conseqüências desse modelo implantado nessas comunidades. Tais procedimentos ajudaram a compreender as relações entre os agentes externos, suas estratégias para expropriar as comunidades de suas terras e visualizar a resistência histórica dessas comunidades no cotidiano e em audiências públicas. Além disso, analisam-se os conteúdos das políticas ambientais na gestão do espaço buscando entender como essas políticas acentuaram a invisibilidade dessas comunidades tradicionais. Neste sentido, levou-se em consideração os depoimentos dos moradores e a situação de exclusão em que vivem.

Palavras-chave: comunidades tradicionais, resistência histórica, conflito, terra, recursos naturais, estratégias de expropriação, invisibilidade.

RESUMÉ

Ce travail de recherche a pour but la compréhension d'un modèle de possession et d'usage de la terre et le processus de l'occupation et de transformation avant et après les interventions réalisées par les agents externes dans l'espace des hameaux de Tapera, Pau Grande e Barreiro municipe de Mata de S. João dans le Litoral Norte da Bahia. Les conflits qu'existent depuis trente ans entre, d'une part les hameaux traditionnels et d'autre part la F. G. d'A. et a I. A. da T. au sujet du même espace – les réserves particulières S. et C. et les environs de la L. A – subirent un processus d'expropriation et résistent aux divers stratégies de ces agents. Pourtant, le projet de reserves particulières est contradictoire parce que dans cet espace y sont les hameaux traditionnelles depuis de deux siècles. Pour mieux comprendre les conflits sont utilisés comme théorie tant les abordages de valorisation de l'espace de S. et de M. qui etudient les divers ressources naturels encore existentent du point de vue de la qualité et de la quantité bien que M. qu'explique les regimes des propriétés soit terre d'affaire soit terre de travail. L'analyse met en valeur les consequences de ce modèle qu'existe dans les hameaux. Tout ce a aidé à comprendre les rapports entre les agents externes, ses stratégies pour expulser la population des hameaux et mieux rendre visible la résistance historique de ces populations pas seulement jour apres jour comme dans les aspects juridiques. L'étude analyse, également, les politiques d'environnement dans la gestion de l'espace pour comprendre la façon pour laquelle ces politiques rendent ces populations traditionnels presque invisible. C'est pour cela qui on a mis en valeur l'opinion de la population qui vit en exclusion dans l'espace étudié.

Mots-Clés: populations traditionnelles, résistance historique, conflit.

LISTA DE FIGURAS

1 - APA Litoral Norte, localização da área de estudo	16
2 - Município de Mata de São João e suas subdivisões	21
3 - Localização das comunidades Tapera, Pau Grande, Barreiro	34
4 – APA Litoral Norte - localização do município de Mata de São João	35
5 - Mapa étnico-histórico - presença dos povos indígenas no Litoral Norte da Bahia	44
6 - Mapa de colonização e ocupação do território	45
7 - Divisão do espaço em fazendas	53
8 - Loteamento das áreas das nascentes e a construção da Lagoa do Aruá	61
9 - Reservas Sapiranga e Camurujipe	72
10 - Ocupação do espaço pelas grandes propriedades	74
11-Parcelamento da área em lotes e chácaras - Quintas do Castelo da Torre	77
12 - Recibo de pagamento de Foro de 1901 e 1902	83
13 - Recibo de pagamento de Foro da Fazenda Praia do Forte de 1977	84
14 - Zoneamento ecológico – econômico da área em estudo	87
15 - Mapa das Comunidades Quilombola Tapera, Pau Grande e Barreiro	109

LISTA DE FOTOS

1 - Visão panorâmica do loteamento, 1993	56
2 - Desaparecimento das nascentes com a construção da barragem, 1993	62
3 - Instalação da barragem na área de uso coletivo, - Lagoa Aruá 1993	64
4 - Brejo da Fulô: atividades de lavagem de roupas e utensílios, setembro de 2005	89
5 - Plantios de bananeiras, maio de 2002	91
6 - Trezena de Santo Antônio, junho de 2006	92
7 - Casa de limpeza do terreiro de Dona Cecília, março de 2006	94
8 - Casa de despacho do terreiro de Dona Cecília, março de 2006	95
9 - Transporte de mantimentos, novembro de 2006	97
10 - Preparação das raízes da mandioca para produção de farinha, março de 2006	98
11 - Produção de farinha, março de 2006	99
12 - Produção de dendê, março de 2006	101
13 - Foto publicada no Jornal ATARDE: movimento dos moradores para derrubar as cancelas, agosto de 1995	105
14 - Audiência Pública (Jornal ATARDE, 12 de maio de 2005)	120

LISTA DE ABREVIATURAS

AATR – Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais

APA – Área de Proteção Ambiental

CDH – Comissão de Direitos Humanos

CEAFRO – Centro de Estudos Africanos

CJP – Comissão de Justiça e Paz

CMA – Comissão de Meio Ambiente

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Regional Metropolitano de Salvador

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRA – Centro de Recursos Ambientais

FGD – Fundação Garcia D'Ávila

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GEOGRAFAR – Projeto Integrado de Pesquisa, Geografia dos Assentamentos na Área Rural

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE FOTOS

LISTA DE ABREVIATURAS

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
2 AGENTES EXTERNOS E SUAS INTERVENÇÕES NO ESPAÇO EM DIFERENTES PERÍODOS HISTÓRICOS	38
2.1 A COLONIZAÇÃO: FORMA MAIS RICA DE MANIFESTAÇÃO DA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO	40
2.2 O DOMÍNIO DOS D'ÁVILAS NO ESPAÇO	41
2.3 OS ARQUIVOS SECRETOS DA INQUISIÇÃO DE LISBOA	46
2.4 COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A CASA DA TORRE	48
2.5 PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO	51
2.5.1 Aparente desvalorização do espaço: uma visão interior	51
2.6 A EMPRESA AÇU DA TORRE: EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	59
2.7 CONTRADIÇÃO ENTRE FILOSOFIA E A PRÁTICA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	65
2.7.1 Marcas históricas das práticas de intervenção no espaço pelo ecologismo	66
2.7.2 Justificativas para o atual processo	73
3 RESISTÊNCIA HISTÓRICA: FERRAMENTAS USADAS PARA EXPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO E EXPULSÃO DOS MORADORES DO ESPAÇO	78
3.1 PROCESSO DE OPRESSÃO E VIOLÊNCIA	78
3.1.1 Opressão como expulsão ou processo de exclusão do espaço	79
3.1.2 Opressão como processo de eliminação	80
3.1.3 Opressão como processo de subordinação	81
3.2 PERÍODO MARCADO PELO PAGAMENTO DA RENDA DA TERRA: PERMANECER NA TERRA OU MIGRAR	82
3.3 IMPLANTAÇÃO DO HOTEL FAZENDA PARA FINS DE TURISMO	85

3.4 PAU GRANDE: SUA ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA	88
3.4.1 Organização em volta dos brejos	88
3.4.2 A autonomia baseada nas roças e criatórios soltos	90
3.4.3 Festas, novenas e Casas de Santos	91
3.4.4 As parteiras na comunidade	95
3.4.5 Transporte	96
3.4.6 Trabalho	97
3.4.7 O cemitério	102
3.4.8 Água e energia	103
3.4.9 Educação	103
3.5 CERCEAMENTO DO DIREITO DE IR E VIR	104
3.6 ENERGIA ELÉTRICA: UMA NECESSIDADE BÁSICA	110
3.7 UM ATO POLÍTICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA	117
4 VISIBILIDADE AO MOVIMENTO DE RESISTENCIA E INTERVENÇÃO	119
4.1 INTERVENÇÕES FEITAS PELA COMUNIDADE	121
4.2 SAPIRANGA E CAMURUJIPE: POSICIONAMENTO DE ENTIDADES EM AUDIÊNCIA	124
4.3 AÇÕES RESULTANTES DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	139
5 REFLEXÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	149
ANEXO I	155
ANEXO II	166
ANEXOIII	167

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo compreender o processo de resistência das comunidades tradicionais Tapera, Pau Grande e Barreiro na luta pela posse e uso da terra, antes e após as intervenções feitas pelos agentes externos nessas comunidades, entre 1970 e 2007. Tem como pressupostos básicos o uso e ocupação do solo, o arranjo sobre o território, os elementos naturais e artificiais, o uso social e a dinâmica dada ao espaço em estudo pelo conjunto das variáveis econômicas, culturais, políticas, entre todos os agentes envolvidos no processo.

A área em estudo está localizada na Área de Proteção Ambiental (APA), no Litoral Norte da Bahia, no município de Mata de São João, indicada na figura 1.

Como ponto de partida, procurou-se caracterizar as comunidades tradicionais do espaço estudado, resgatando as ações de resistência histórica dessas populações em confronto com os agentes, identificados como internos e externos e os seus projetos, registrando coletivamente a memória das lutas em torno da posse da terra.

Com base em Arruda (2000, p. 274) e registros dos moradores das comunidades de 2005 a 2006, definem-se as comunidades tradicionais como aquelas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseada em uso intensivo de mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto, derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. Essas populações – caiçaras, ribeirinhas, seringueiros, quilombolas e outras variantes – ocupam áreas há muito tempo e provavelmente não há registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário.

Para Castro (2000, p. 162), esta concepção que marca as comunidades tradicionais de posse e uso comum da terra e a sua presença nos locais de origem responde pela permanência da biodiversidade nos territórios ocupados. Qual o significado de território para essas populações? Quais os princípios fundamentais que estruturam suas práticas de uso de manejo do território, logrando sua preservação até o presente? O que é concebido como patrimônio e direito coletivo de uso dos seus recursos? Em debates, em nível nacional e internacional, sobre biodiversidade, essas e outras questões têm norteado a luta pelo conhecimento de direitos dos povos tradicionais e dos seus saberes.

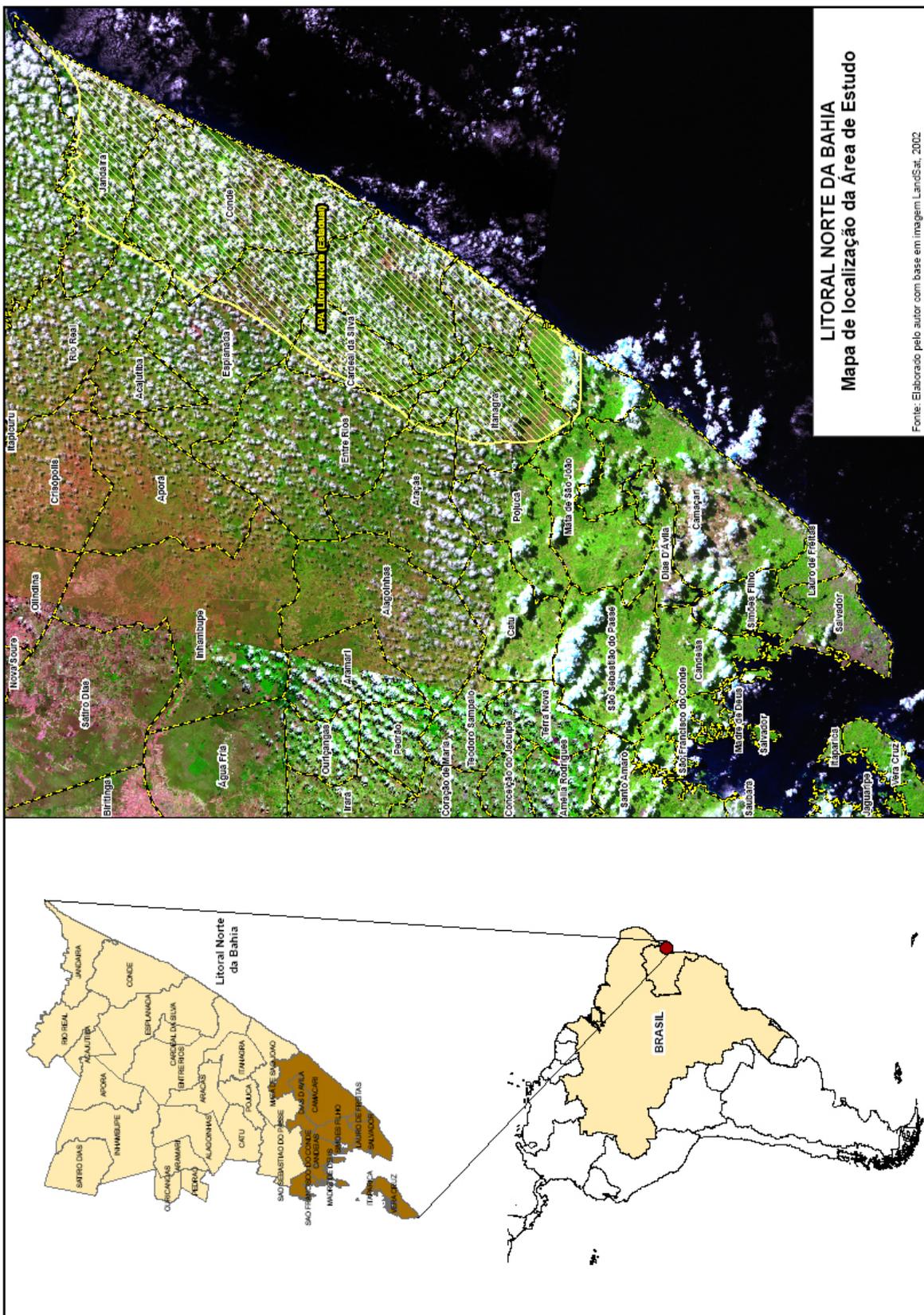
A questão aqui apresentada, refletida por muitos autores, é ao mesmo tempo defender a natureza, sua diversidade biológica e proteger as culturas, os saberes herdados do passado, como patrimônio acumulado por gerações. O termo patrimônio faz muito sentido nas comunidades tradicionais, mas não é o que funda o direito brasileiro, entendido por ele defender apenas o direito de propriedade privada e não de cunho coletivo.

O processo de criação desse patrimônio, como meio de conhecimento tradicional, se dá sob padrões de informalidade, cuja sociabilidade e os valores do grupo contam na invenção e na criatividade, tendo como origem a coletividade; é construído através de gerações. Nessa perspectiva, é um patrimônio comum e ético da comunidade.

Na Constituição de 1988, foram incorporados ordenamentos jurídicos e novos direitos que regem pela antiguidade ou pelo tempo de permanência no território. Resguardam-se assim os direitos de grupos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos. Embora haja um quadro formal no qual os direitos coletivos se inscrevem, esses dois grupos têm lutado por sua revalidação na prática, como observa Castro (2000, p. 174). Esses grupos têm reafirmado os valores de territórios comunais e a responsabilidade perante o futuro, garantindo os direitos das gerações advindas.

Nesses discursos, identificam-se os conceitos como: comunidades tradicionais, conhecimentos patrimoniais, propriedade privada, comunidade remanescente de quilombo, territórios comunais, que estão inseridos nas discussões internacionais, em leis nacionais e nos planos de ação para a área em estudo.

Quanto à área em estudo, as comunidades tradicionais Tapera, Pau Grande e Barreiro, comprova-se que elas já habitavam a área muito antes do modelo de gestão implantado pela Fundação Garcia D'Ávila nos últimos trinta anos. Esse modelo de desenvolvimento turístico tem *slogan* “usufruir sem destruir”, no qual o espaço e o controle dos recursos naturais assumem dimensões específicas, baseada na biologia da conservação e focalizada em pequenas populações da flora e fauna, em contraposição às propostas das sociais, que enfatizam a recuperação das florestas e o respeito às populações aí existentes.



LITORAL NORTE DA BAHIA
 Mapa de localização da Área de Estudo

Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagem Landsat, 2002

Figura 1 – APA Litoral Norte, localização da área de estudo.
 Observação: O destaque, nesse mapa, se refere à expansão da zona urbana de Salvador.

Para Sarkar (2000, p.), tanto biologia da conservação quanto a ecologia social são iniciativas orientadas à realização de objetivos. A primeira propõe a preservação da fauna e flora nas áreas diversas, enquanto a segunda, além dessa conservação, objetiva o respeito às populações ali existentes. O que há em comum entre as duas é a conservação da diversidade biológica. Para a ecologia social, esse objetivo deve ser conseguido com justiça social. A ecologia social é explicitamente antropocêntrica; enquanto, na biologia da conservação, o valor da diversidade biológica é acrescido pela atribuição do valor intrínseco a todas as espécies. A biologia da conservação está centrada na preservação da vida selvagem, por ser considerada a melhor garantia da conservação da biodiversidade; ao passo que a ecologia social se centra nas partes da biota que são utilizadas pelas populações locais. Explica o autor que expulsar as pessoas é uma rendição hostil, mas não totalmente injusta na maioria das prescrições da biologia da conservação. Expulsar as pessoas é contra a ideologia da ecologia social. No caso em estudo, ao contrário, a luta política é entre os que recuperam as florestas, os moradores e as mantém e os que querem destruir, através de projetos de condomínios e reservas particulares.

Neste sentido, pergunta-se: como se dá a relação da Fundação Garcia D'Ávila com as comunidades tradicionais, visto que ela apenas deseja a expropriação de suas terras? A quem satisfaz esse modelo de gestão do território, baseado no conservacionismo? Preservar para quem? Quem vai usufruir das áreas pertencentes a essas comunidades? Constatase que a área em estudo é, neste momento, ocupada por grandes hotéis e condomínios, na sua maioria, pertencentes a grupos estrangeiros.

Procurando responder a esses questionamentos, inicia-se este trabalho analisando, historicamente, o processo de ocupação, expropriação e re-apropriação desse território e o processo de transformação sócio-espacial ocorrido em Tapera, Pau Grande e Barreiro, a partir de 1970. Em especial se refere à situação política administrativa e fundiária, a ocupação e uso do solo, tendo em vista as ações e reações dessas populações frente às estratégias dos diferentes agentes sociais. Para tanto, vai aparecer o confronto entre o discurso conservacionista e a sua prática, a sua materialização no espaço, evitando as contradições. E, finalmente, visualiza-se a situação dessas comunidades tradicionais, através do confronto com outros órgãos em audiências públicas.

O modelo de unidade de conservação, adotado pela fundação, resultou em impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais, com a supervalorização das terras, a especulação imobiliária, a expropriação dos moradores, que contribuiu para a segregação e

inexistência sócio-espacial e o superparcelamento do solo, redefinindo a estrutura e a organização espacial. Esse processo tem como explicação a desestruturação dessas comunidades tradicionais, que não foram integradas ao projeto turístico. Como resultante, muitos moradores foram expropriados de suas terras e outros foram obrigados a vender suas casas e terrenos, indo morar nas periferias de Camaçari e Salvador, em áreas menos valorizadas e com menor qualidade de vida, sobrevivendo como assalariados, biscateiros e, ainda, muitos desempregados, devido à baixa escolaridade.

Praia do Forte, como um dos mais importantes pólos nacionais de turismo, com a intensiva divulgação, na mídia, dos lugares paradisíacos, onde o ser humano possa reverenciar a natureza intocada, refazer suas energias materiais e espirituais, traduz as novas ideologias e tendências globais de apropriação, ordenação e gestão territorial. Assim como as comunidades de Tapera, Pau Grande e Barreiro, estas áreas estão sujeitas ao regime de proteção externa, com território definido pelo Estado, cujas autoridades decidem as áreas a serem postas sob proteção e sob modalidade de uso e que, independentemente, formulam e executam os respectivos planos de manejo, a exemplo da Área de Proteção (APA) Litoral Norte. Essas comunidades que vivem no interior ou no exterior dessas áreas não participam dessas decisões. Mais que isso, as decisões costumam ser mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais.

Neste sentido, questões importantes sobre a posse da terra são expostas: a primeira refere-se ao fato de que as comunidades tradicionais, Tapera e parte do Pau Grande, estão no interior da Fazenda Praia do Forte; o restante do Pau Grande e o Barreiro estão no interior da Fazenda Retiro, áreas de propriedade particular, que tiveram suas ocupações e utilização planejadas, voltadas para a implantação de empreendimentos turísticos, hoteleiro e imobiliário, cuja proposta incorporava e incorpora a dimensão ambiental. Esses empreendimentos são viabilizados através de projetos que adotam políticas territoriais e ambientais que se refletem no controle de acesso e privatização de áreas (manguezais, reservas florestais, rios, praias, lagoas, nascentes, dentre outros) antes ocupadas por populações tradicionais e responsáveis pela sua conservação. Estes fatos contribuíram para gerar conflitos e tensões entre os diferentes agentes sociais, como as comunidades, a fundação, a imobiliária e o Estado. Quando essas populações tradicionais resistem e permanecem nessas áreas de preservação, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes ao seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Em

vez disso, passa a ocorrer uma criminalização dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sócio-cultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização dos recursos da floresta para manutenção de utensílios de equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, o papagaio na varanda, a lenha para cozinhar e aquecer, a construção de uma nova casa para o filho que se casou, entre outros, tudo isso é interpretado, juridicamente, transformado em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados. Ao mesmo tempo, são instados a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo encarados como os principais responsáveis (e não o modelo urbano-industrial em expansão) pelo futuro da humanidade corporificado na preservação da área em questão.

Vale ressaltar que essa tendência de apropriação, privatização e gestão do espaço não ocorreram de forma isolada; esse processo acontece em outros países pobres e em outras áreas diversas do litoral brasileiro e, especificamente, no litoral nordestino e baiano, a exemplo do Litoral Norte (Porto do Sauípe) e do Litoral Sul da Bahia (Itacarê).

Salienta-se, nesse estudo, o modelo de conservação aplicado em Praia do Forte por ser considerado pelos técnicos dos órgãos de planejamento, a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Turístico da Bahia (PRODETUR), Companhia de Desenvolvimento Regional Metropolitano de Salvador (CONDER), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e do Centro de Recursos Ambientais (CRA), como “modelo” de gestão e preservação sócio-ambiental, como uma experiência em empreendimento de sucesso econômico e social, usado como referência para outras áreas e regiões do Estado.

O estudo se justifica, também, para se conhecer o modelo de gestão desse espaço, produzido anteriormente pelas grandes fazendas de gado e, depois, adentra para prática social, algumas décadas depois em favor dos lazeres do turismo. Caminhou através das insatisfações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo concentracionista da cidade. Estranho caminho, compreende-se: a natureza que como mercadoria assume um valor de troca comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa naturalidade da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A natureza, aquilo que ela representa, o que dela sobrevive, tornar-se área segregada de lazer. Os urbanos transportam os seus modos de vida consigo. Por eles, colonizados, o campo perde as qualidades, propriedades e encantos da vida camponesa. O campo re-apropriado e valorizado se opõe a uma ruralidade sem posses, caso extremo da grande miséria do habitante, do habitat, do

habitar. Antes, terras livres; agora, terras aprisionadas por cercas e muros nos condomínios, a exemplo do urbano que carrega consigo o terror da cidade.

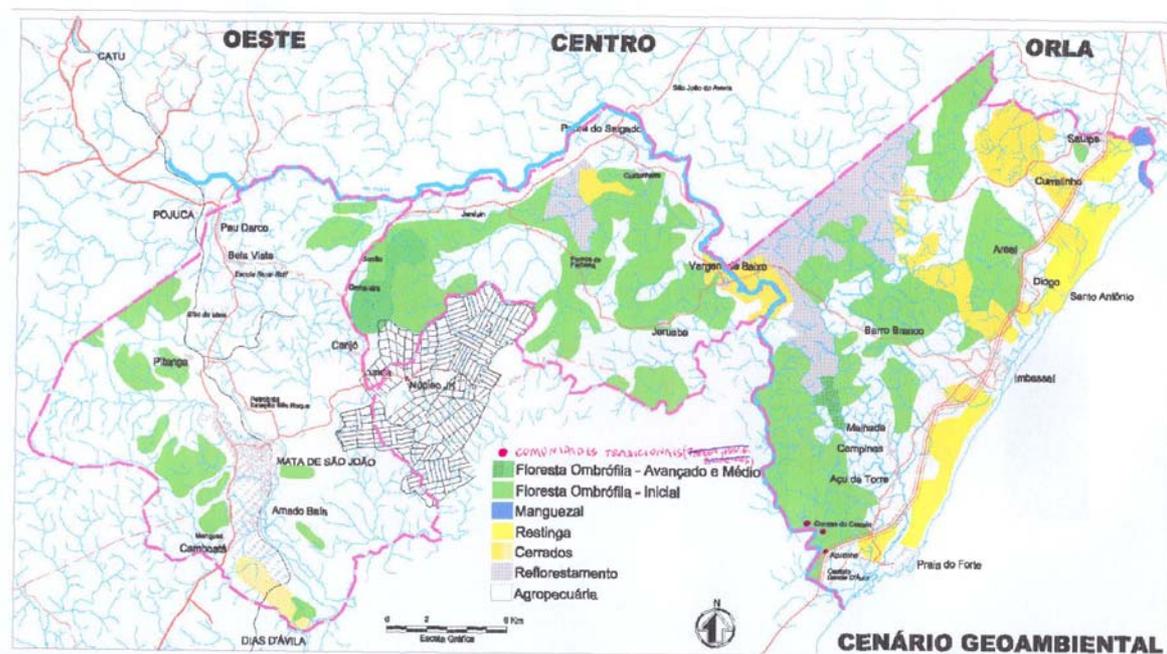
Pretende-se fazer com que este estudo possa dar visibilidade à problemática enfrentada pelas comunidades tradicionais e contribuir para a discussão sobre a questão do modelo ambiental, em desenvolvimento nas áreas onde residem essas populações no sentido de dessacralizar o discurso e a prática ecologista imposta pela Fundação que abrangem diferentes abordagens e posturas ideológicas que, ao longo dos últimos trinta anos, têm acumulado contradições, arbitrariedades e equívocos.

Trata-se de um tema complexo implicando em uma análise interdisciplinar já que essas comunidades tradicionais, tendo sua forma de vida enraizada na resistência cotidiana, requerem maior abrangência para compreendê-las. Essa complexidade é resultante de um processo histórico, marcado pela expropriação de suas terras, pela grilagem e pela ação de grupos imobiliários nos anos de 1970 e 1980.

As questões seguintes constituem pressupostos indispensáveis ao desenvolvimento desse trabalho: 1) chamar a atenção para a longa história de perseguição e extermínio desde seus ancestrais (indígenas e negros) aos dias presentes onde são instalados empreendimentos nacionais e internacionais voltados para o turismo no Litoral Norte da Bahia; 2) a pressão exercida pela expansão urbana da cidade do Salvador, criando novos loteamentos e segundas moradias, mais maléficas a essas populações que o próprio turismo; 3) as comunidades lutam pela terra onde viveram seus ancestrais e estão ainda nelas, porque resistem, historicamente, a uma série de investidas por parte de grupos econômicos latifundiários, ligados ao turismo e ao mercado imobiliário, no sentido de que devem abandonar casas, roças e terras, para que sejam implantados, nesse espaço, empreendimentos diversos; 4) a concentração da propriedade em mãos de grupos estrangeiros tem sido o principal motivo para a expulsão dessas populações tradicionais nos espaços onde vivem há séculos e estão registradas suas histórias de vida e de morte, e como a população dessas comunidades estará sempre ameaçada pelas novas funções que o capital estabelece para o uso da terra, em função das novas paisagens, beleza natural e artificial; 5) o ecologismo praticado em Praia do Forte pela Fundação Garcia D'Ávila.

Localizando melhor a área em conflito, essas comunidades estão situadas no município de Mata de São João, dividido em Oeste, Centro e Orla, conforme Mapa Geoambiental (figura 2). Tapera, Pau Grande e Barreiro estão situadas na subdivisão Orla deste município e localizadas no interior da Reserva Sapiranga, com uma dimensão de 533

hectares, e nas proximidades da Reserva Camurujipe que tem 1.329 hectares - são parques florestais administrados pela Fundação Garcia D'Ávila e que se destinam a assegurar a conservação de espécies animais e vegetais - e da Imobiliária Açú da Torre que tem 1.300



hectares de terra.

Figura 2: Município de Mata de São João e suas subdivisões.¹

Fonte: Plano Diretor do Município de Mata de São João, 2006.

Essas comunidades limitam-se, ao norte, com a comunidade de Açú da Torre e Malhada, ao sul com o Rio Pojuca, e ao leste com o Oceano Atlântico. Porém, a área em conflito não coincide com a declarada em documentos do proprietário das reservas.

A área reivindicada pelas comunidades tradicionais se encontra, neste momento, em processo de demarcação pelo INCRA que, em mapeamento preliminar, delimita uma área de 5.000 hectares.

Será demonstrada, no decorrer deste trabalho, através de mapas, a área dos empreendimentos existentes nessas comunidades. Nestes serão localizadas as reservas de Sapiranga e Camurujipe e o Loteamento Açú da Torre, uma vez que, de acordo com os referidos mapas, essas comunidades não existem.

As comunidades de Tapera, Pau Grande e Barreiro, que constituem a área de estudo, estão organizadas através da Associação de Moradores Tupinambá. Essas

¹ As comunidades em estudo foram localizadas no mapa por pontos de cor vermelha. Já que no Plano Diretor do Município elas não constam.

comunidades têm duzentas e trinta e seis famílias e uma população média de 1416 habitantes². Situadas nas proximidades da BA-099, Estrada do Coco – Linha Verde, no sentido Salvador/Aracajú. Tapera é dividida por esta rodovia, situada no Km 54; Pau Grande e Barreiro, mais ao interior da reserva Sapiranga, cerca de 3,5 Km e 6 km, respectivamente³. Essas comunidades encontram-se inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Norte da Bahia, criada através do Decreto Estadual nº 1046/92, correspondendo a uma área de 138.000 hectares; sendo que a área dessas comunidades corresponde a 5.000 hectares, conforme estudos preliminares do INCRA.

Ao trilhar por um tema importante, abrangente e muito complexo, como da resistência das comunidades tradicionais em resposta às estratégias de expropriação de suas terras pelos setores imobiliários e pelo turismo, depara-se com algumas limitações de ordem teórica e metodológica, assim como a escassez de estudos que analisem esses temas de forma integrada. Assim, considera-se necessário levantar algumas questões básicas referentes ao tema. Já foi abordada, rapidamente, a questão das comunidades tradicionais. Discorrendo sobre os estudos existentes, esses tratam os temas do ponto de vista do turismo no espaço e a partir da localização e construção dos hotéis e reservas, faltando visão mais integrada das comunidades nesse processo de subdivisão das áreas.

Para alguns autores, as dificuldades são permanentes no que diz respeito à questão da gestão e manutenção das unidades de conservação de uso restrito, criadas para preservação dos recursos naturais de ecossistemas exemplares. Esta questão tem adquirido importância e visibilidade crescentes, com relação às populações humanas que aí vivem e viviam antes da apropriação da área pelo Estado e por grupos econômicos ligados à exploração imobiliária e à exploração do turismo com caráter regional, nacional e internacional, que usam destas unidades de conservação para potencializar seus empreendimentos, e surgindo uma nova categoria: os ameaçados e atingidos pelas unidades de conservação.

Para se ter uma idéia da amplitude do problema, basta lembrar que a Reserva da Sapiranga atinge às comunidades de Tapera e a grande parte do Pau Grande; o loteamento Açú da Torre sobrepassa as áreas das principais nascentes localizadas no Pau Grande e Barreiro. O mesmo aconteceu com Reserva Camurujipe sendo que o caminho escolhido pelos proprietários foi a expropriação de quarenta famílias das populações tradicionais.

² Essa informação foi fornecida pela Associação de Moradores, em assembléia.

³ Ver croqui e figuras 3 e 4, p. 167.

É preciso lembrar que as áreas de preservação das tartarugas marinhas do Projeto Tamar são as mesmas ocupadas pelo Ecoresort Praia do Forte, Iberostar, Reserva Imbassaí, Reta Atlântica e o Complexo Turístico Sauípe. Esses empreendimentos, além de ocuparem as áreas de desova das tartarugas, ao serem instalados, chocam-se com as populações tradicionais que vão perdendo cada vez mais os seus espaços e recursos naturais para a sua sobrevivência. Esses empreendimentos nacionais e internacionais promovem maior degradação ambiental que as comunidades tradicionais que passam a encarar os recursos naturais da área como perdidos para suas populações.

De acordo com os depoimentos prestados por diversas associações de moradores no Litoral Norte (Pau Grande, Areal, Diogo e Massarandupió), há um crescimento do conflito entre os novos empreendimentos e essas comunidades. As restrições decorrentes do estabelecimento de hotéis, condomínios, áreas particulares e de unidade de conservação de uso restrito por esses empreendimentos têm produzido disputas pelo mesmo espaço, constantemente acarretando um crescente descontentamento por parte dessas populações, presas ao processo de gestão do espaço que acontece de forma autoritária.

O que se tem visto como questão básica, na complexidade do tema em estudo, é a relação entre a imposição da prática do ecoturismo nos espaços há tempos ocupados pelas comunidades tradicionais e as transformações resultantes do modelo de gestão do território, considerando o forte conteúdo político-ideológico que tem orientado o discurso; a prática dos agentes econômicos para essas áreas, que de fato comprometem o Litoral Norte da Bahia no que diz respeito à existência e sobrevivência dessas comunidades tradicionais, marginalizadas pelos modelos atuais de desenvolvimento e conservação. Aparentemente, o conflito existente no espaço aparece como ocorrendo entre CT e ecologista, mas no cerne da questão estão os grupos imobiliários que avançam no território das CT's. E esse modelo de conservação restrito é excludente, por definição, algo que está sendo imposto do exterior, assim como a criação dos condomínios.

Diante do conflito vivido pelas comunidades tradicionais, resultante da presença da FGD e da expansão dos grupos imobiliários sobre as suas terras, buscou-se encontrar um Referencial Teórico-Conceitual, fundamental à compreensão do estudo e coerente com os processos que se tem observado nas comunidades tradicionais Pau Grande, Tapera e Barreira, com base em autores da Geografia, História, Filosofia e Antropologia, dentre outros. Procurou-se, a partir daí, interligar os temas, fazendo uma reflexão da construção/elaboração do estudo que, do ponto de vista teórico-metodológico, foi sendo

construído a partir dos conhecimentos adquiridos através de pesquisa e segundo as necessidades apontadas pela própria realidade das comunidades.

Baseando-se nas reflexões desses autores, reflete-se que o atual desenvolvimento técnico-científico-informacional tem gerado novos modelos de produzir espaço, com rápidas transformações, justificados no conhecimento e na informação, criando novas relações entre os agentes sociais, caso verificado na área em estudo.

Sendo assim, teorias e modelos de desenvolvimento são questionados, principalmente aqueles pautados no crescimento econômico que visam apenas o lucro e a exploração desenfreada dos recursos naturais. É preciso refletir, compreender e desvendar acerca das ações da humanidade sobre a natureza e dos impactos gerados pela sociedade consumista sobre ela.

Neste sentido, o conflito entre os grupos econômicos, que têm como prioridade a implantação de condomínios, voltados para uma determinada classe social, e as comunidades tradicionais têm assumido crescente importância, em contraposição ao paradigma ecológico que, devido à sua importância, mobiliza recursos e diversos segmentos da sociedade, gerando polêmicas, debates, posturas e concepções ideológicas divergentes.

As contradições são resultantes do modelo de ocupação e uso do mesmo espaço, sabendo-se que essas comunidades são virtualmente prisioneiras de uma idéia extemporânea, de uma idéia criticável, pela qual se afirma que o homem não pode conviver com o mundo natural.

De acordo com Diegues (2003, p. 24), a criação de reservas e parques é uma imposição de uma cultura sobre a outra, de um mito sobre o outro; essas comunidades locais também têm os seus mitos, as suas histórias, as suas lendas, os locais onde os seus parentes foram enterrados. Vale frisar que a cultura dessas comunidades tem uma simbologia extremamente forte, que não se refere apenas à sua relação com as nascentes, o rio, os brejos e o mar, mas também se refere à terra, às roças, ao tempo e às luas para os plantios das diversas culturas. Sendo assim, o mesmo autor chama a atenção para o confronto dessas duas simbologias, a da conservação consorciada com a expansão dos condomínios e das comunidades tradicionais que, ao se confrontarem, tornam-se, na verdade, uma ideologia, na medida em que uma simbologia em ação é uma ideologia. De um lado, há uma aquisição de bens de uma classe social em busca de novos espaços de lazer e, de outro lado, um grupo social defendendo a sobrevivência.

Pode-se observar que há esse imaginário dos turistas, de chegar a um determinado lugar no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo e ver praias e lugares desertos; essa idéia é usada pela mídia sobre os paraísos ecológicos. Na verdade, é para isso que eles vêm, procurando viver uma simbiose com o mundo natural; e nele, essas comunidades tradicionais não existem.

A não existência dessas comunidades locais é o que há de mais comum, não só nos projetos de desenvolvimento, como nos projetos de desenvolvimento turístico, porque essas comunidades são pobres, carentes, então, elas enfeiam a natureza e uma primeira medida é, ou ignorá-las, ou tirá-las dali, reflete Diegues (2003, p. 24). Como resultado desse processo, observa-se a inexistência dessas comunidades nos mapas.

Já existem movimentos importantes no sentido de reconhecer a importância dessas comunidades tradicionais, não especificamente pela sua reação com o turismo, mas pelos seus conhecimentos tradicionais. E a Convenção da Biodiversidade reafirma que os governos devem respeitar esses conhecimentos tradicionais, e que esses conhecimentos podem ser a base de um manejo melhor, da natureza, pela experiência que têm com a mesma; está aí uma relação mais adequada com o mundo natural.

A ecologia constituiu um vetor do movimento de desordem global que é analisado por Becker (1995, p. 293) quando afirma que, na raiz do conflito, jaz a desigual distribuição mundial da natureza e da tecnologia. Ainda segundo a autora, no contexto da revolução tecnológica, configura-se a questão tecno(eco)lógica, envolvendo conflitos de valores quanto à natureza. Para essa autora, o ar, a água, as florestas têm valor de existência como estoque de vida e condição de bem estar. Concomitantemente, as novas tecnologias alteram a noção de valor até então associadas a bens obtidos através do trabalho e a natureza passa a ser vista como capital de realização futura. Assim sendo, continua, a apropriação de territórios e ambientes como reservas de valores, isto é, sem uso produtivo imediato, é uma forma de controlar o capital natural para o futuro.

Ainda sobre a importância das comunidades tradicionais, para Diegues (2003, p. 25) é muito bom falar na importância do turismo, mas não conseguimos fazer com que essas comunidades tradicionais garantam o acesso aos recursos naturais, que estão cada vez mais colocados em risco, principalmente pelas residências secundárias, porque se acha ótimo ter uma casa na Praia do Forte, no Diogo. Como exemplo dessa prática, a Lagoa

Aruá foi construída represando nove nascentes e loteada para a construção de residências secundárias, comprometendo as nascentes e o acesso da população.

A problemática do conflito de terra põe em evidência as grandes propriedades, apresentando como resultado uma dinâmica em que os agentes envolvidos não apresentam os mesmos objetivos em relação à posse e ao uso da terra.

De acordo com Servais (1979, p. 47), a problemática da terra na Bahia, nas décadas de 1970 e 1980, deve-se a uma violenta fase de especulação imobiliária que atinge indiscriminadamente o interior da Bahia e o Litoral Norte, que aos poucos foi retirando o ganha pão do pequeno lavrador e do pescador artesanal no Litoral Norte do Estado. Continuando, diz ainda que à semelhança do interior, grandes companhias imobiliárias estão tomando conta da orla marítima e expulsando impiedosamente os pescadores das áreas, fechando, assim, as praias, destruindo as comunidades de pescadores, e que, por isso, esses pescadores são obrigados a morar a vários quilômetros das praias. Esse processo foi sendo construído com a cumplicidade dos órgãos competentes, através de termos de compromisso e de decretos estaduais e municipais, comprometendo assim as áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais, acentuando a especulação imobiliária.

Analisando esse processo, acima descrito, busca-se em Santos (1994, p. 96) a clareza para compreender que esse fato é derivado, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. Ainda sobre a especulação imobiliária, o autor diz que ela se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. São criados os sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, adaptando-os a suas exigências e funcionalidades, sendo esse processo responsável para que certos pontos se tornem mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros, mais valorizados. Isto tem sido o resultado da prática da divisão das terras das fazendas em loteamentos específicos no Litoral Norte da Bahia.

Colocadas no mercado de trocas, as terras ou o imóvel não serão transacionados pelo valor da terra em si, mas pelo valor que lhe é atribuído, segundo a lógica da circulação, enquanto processos manipulados pelos grupos imobiliários. E esses imóveis, em geral, atuam como riqueza acumulada.

Essa valorização dos espaços também se expressa na qualidade, quantidade e variedades dos recursos naturais disponíveis numa dada porção do espaço terrestre. São esses recursos que vão dar significação e singularidade aos lugares que, segundo Morais

(1999, p. 126), ocorrem também as vantagens locacionais, advindas de uma localização privilegiada quanto aos frutos da agregação do trabalho, ao espaço numa escala maior ou quanto a uma situação ímpar aos recursos naturais, como a junção de terras e água em abundância e clima favorável.

Quando se aborda a questão do acesso à terra pelas comunidades tradicionais, lembra-se que, nas décadas de 1970 a 1980, elas já estavam nesta área há mais de dois séculos e este período é marcado pela chegada do primeiro hotel em Praia do Forte e do loteamento Quintas do Castelo da Torre.

Sobre a propriedade da terra, Martins (1980, p.35) que a propriedade da terra vem se tornando inacessível a um número crescente de lavradores que dela necessitam para trabalhar, e não para negociar. Afirma que muitos grandes proprietários têm o domínio de mais de uma propriedade, estando, portanto, o campo em face de uma concentração fundiária ainda maior.

Martins ainda alerta que desde 1950 vem se agravando essa proporção, o que indica que um número crescente de lavradores não tem terra e, para consegui-la, eles deverão pagar uma renda ou invadi-la.

Em referência à expulsão dos trabalhadores rurais, entre 1950 e 1970, sendo que, deve-se considerar os milhares de lavradores que tiveram que sair da terra – seja terra própria, arrendada ou ocupada. Como resultado desse processo, ele afirma que as oportunidades de trabalho, para terceiros na agropecuária (assalariados e parceiros subordinados), caíram em cerca de um milhão e meio de emprego. Pergunta-se: para onde foram esses trabalhadores que saíram do campo? Os próprios dados oficiais desta época confirmam que, no país, há cerca de quarenta milhões de migrantes, muitos dos quais obrigados a sair do seu lugar de origem devido, principalmente, à concentração da propriedade da terra e, acrescenta, ainda, o autor, a esse fator, a extensão das pastagens e a transformação nas relações de trabalho na agricultura.

Neste mesmo período, o autor constata que são muitos os conflitos: de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros e, do outro lado, posseiros e índios, tendo como causa o conflito da terra. Coloca, ainda, que violências de toda ordem têm sido cometidas contra essas pessoas para assegurar a sua expulsão da terra.

Nesse processo de violências, fica comprovado o envolvimento de jagunços, pistoleiros e soldados, oficiais de justiça e os próprios juizes. Neste período, observa-se a anomalia da composição de forças combinadas de jagunços e policiais para executar

sentenças de despejos, decretadas pelos juizes (MARTINS, 1980, p. 35), em vários estados do país, incluindo a Bahia.

Sobre as grandes propriedades da terra, Andrade (1987, p. 73) relata que formaram milícias privadas, arregimentando jagunços e armando-os com armas modernas e estes passaram a atacar os posseiros, a destruir casas e plantações e confiscar suas colheitas. Fala também da resistência de posseiros contra proprietários, jagunços e capatazes e que os primeiros passam a ser perseguidos e presos.

Martins (1980, p. 37) aborda o tema expropriação e exploração, sendo conjuntamente combinados, procurando esclarecer que empresas capitalistas, apoiadas, particularmente, nos incentivos fiscais, começaram a vislumbrar grandes negócios com a propriedade da terra. Como resultado concreto desse processo, a expulsão atinge não só posseiros como também arrendatários e meeiros, substituindo as lavouras por reflorestamentos e pela pecuária.

O êxodo rural é uma das conseqüências desse período. Confere o autor que parte significativa desses lavradores tem se dirigido para as grandes cidades, indo engrossar as massas marginalizadas, vivendo em condições desumanas nas favelas, invasões e alagados. E, ainda, justifica que onde a expropriação ocorre diretamente, nem por isso o grande capital deixa de ser presente, estrangulando economicamente os pequenos lavradores, aos quais restou apenas a opção de migrar.

A questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Comenta Martins (1980, p. 39) que é comprovada pela clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem ou deixam a terra, seu principal instrumento de trabalho, em favor de grandes fazendas. Para o autor, esse processo é conduzido, diretamente, por grandes empresas capitalistas nacionais ou multinacionais, através de incentivos fiscais do próprio Estado.

Analisando esse processo, o autor diz que a violência que, geralmente acompanha a expropriação, não é o seu aspecto principal. Confirma que a expropriação constitui uma característica importante do processo de crescimento do capitalismo e que ela é apenas um componente da lógica de reprodução do capital, ao separar o trabalhador do seu instrumento de trabalho, a terra, para evitar que ele trabalhe pra si mesmo. Esse processo ainda está articulado com a transformação das relações de trabalho e com a migração para as cidades, o que torna impossível que esses filhos de lavradores se tornem lavradores também, crescendo a massa dos desempregados.

O quadro criado, através dessa situação no campo, nos indica que se trata de um empresário capitalista engolindo o lavrador, analisa Martins (1980, p. 41). Há, portanto, no país, claramente, uma oposição entre diferentes regimes de propriedades: de um lado, o regime que leva o conflito aos lavradores e trabalhadores rurais, chamado pelo autor de regime de propriedade capitalista e, do outro lado, a propriedade familiar, a propriedade indígena e a propriedade de quilombolas que formam as posses atacadas pelo capital.

Propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada que dela se distingue porque é a propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho. Não se pode, portanto, confundir a propriedade capitalista com a propriedade familiar, ainda que esta última seja propriedade privada.

A propriedade familiar, segundo o autor, não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem, é propriedade direta de instrumentos de trabalho. Por isso, afirma que é propriedade do trabalhador e os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família. Eles são resultantes do trabalho coletivo da família.

Se apropriando da terra, o capital a transforma em terra de negócio, em outra variante que é a terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela é transformada em terra de trabalho. Sendo regimes distintos de propriedade, estão constantemente em conflito um com o outro. Segundo Martins (1980, p. 42), quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito de lucro, direto ou indireto. A terra, neste caso, serve para explorar o trabalho de quem não tem terra ou para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem.

A valorização desses espaços tem sido expressa na qualidade, quantidade e variedade dos recursos naturais, ainda disponíveis nesta porção do espaço terrestre que são as comunidades com sua floresta, nascentes e rios, o que as têm colocado na mira de empresários, conforme Moraes e Costa (1999, p. 124 e p. 139).

A contradição em terra para negócio e terra para trabalho e a sobrevivência coletiva são regimes de propriedades diferentes e opostos, o primeiro responsável pelos conflitos no espaço, conforme Martins (1980, p. 41). Esses dois regimes de propriedade serão analisados no texto, ressaltando as conseqüências vivenciadas no cotidiano dessas comunidades.

A expropriação da terra no espaço em estudo, a partir dos anos setenta, tem sido área de implantação de empreendimentos, em função do turismo e imobiliário, ligados à expansão das moradias secundárias. Monopolizando a terra, lembra Martins (1980, p. 42)

que o capitalismo assegura o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pela ocupação e uso da mesma. É a chamada renda fundiária ou renda da terra. Assim sendo, vender ou alugar significa cobrar uma renda para que a terra seja utilizada.

Concluindo, acrescenta o autor que a terra é um bem de todos e só é legítima a posse porque é baseada no trabalho. Assim sendo, é o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito continua sendo motivo de conflito com os pressupostos da propriedade capitalista.

O que tem acontecido com as terras do Litoral Norte baiano é que os posseiros não podem ter acesso à terra e dela são expulsos ou segregados porque não podem pagar por ela. O Estado tem cedido essas terras, a preço simbólico, a empresários capitalistas para que as revendam e para que negociem com ela. Assim, fica com a terra quem pode pagar por elas. Essa é a lógica da instalação dos grupos ligados ao turismo e ao mercado imobiliário.

A luta pela posse da terra no Litoral Norte, pelas comunidades tradicionais, é baseada na resistência da terra de trabalho contra a terra de negócio, criado pelos grupos imobiliários. É essa resistência obstinada das comunidades tradicionais contra a expansão da propriedade capitalista da terra, através da propriedade comunitária e a posse, que é vivenciada por eles como uma questão de direito. O resultado da resistência dessas comunidades, nos últimos trinta anos, não pode ser o de deserdados da terra.

As propostas de conservação ambiental e construção de condomínios, no Litoral Norte, são, portanto, parte de um projeto político ideológico, atrelado ao processo de globalização dos lugares que tem procurado gerir e controlar recursos naturais, dentre eles as terras, assim como nos países pobres, criando novas estratégias de apropriação, expropriação, controle e gestão do espaço.

Não tendo história são forjadas histórias imaginárias que nada mais são do que uma forma de legitimar o poder da classe dominante num mesmo espaço, segundo Chauí (1985, p. 124). Essa história ideológica é sempre narrada do ponto de vista do vencedor ou dos poderosos. Por esse motivo, não se conhece a história dos índios antigos, ocupantes do espaço, a dos escravos, a dos trabalhadores rurais expropriados, as das comunidades tradicionais – não só suas ações não são registradas pelos historiadores, mas os dominantes também não permitem que restem vestígios (documentos, monumentos, dentre outros) dessas histórias. Conclui a autora que, por isso, os dominados aparecem nos textos dos

historiadores sempre a partir do modo como eram vistos e compreendidos pelos próprios vencedores.

No nosso processo histórico, segundo essa autora, o vencedor ou poderoso é transformado em único sujeito da história, não só porque impediu a história dos vencidos, mas simplesmente porque sua ação histórica consiste em eliminar fisicamente os vencidos ou, então, se precisa do trabalho desses, elimina sua memória. Como resultado desse processo, esclarece a autora, não há direito à memória para os índios e negros. Nem para os camponeses, nem para as comunidades tradicionais do Litoral Norte.

Assim, este trabalho, ao analisar um conflito do presente vai contar a história dessas comunidades, reconhecendo o direito que tem e a história que continuam a escrever nestas terras.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar estas análises e compreender as resistências das comunidades tradicionais, na luta pela posse e uso da terra, e o processo de ocupação e transformações ocorridas antes e após as intervenções feitas pelos agentes externos que interferiram e interferem na área e, visando atingir os objetivos propostos, pretende-se responder as questões básicas da pesquisa. Procede-se aos vários momentos específicos do estudo ressaltando os aspectos do universo desta pesquisa que tem como *corpus* relatórios e entrevistas feitas em oficinas, assembléias e visitas, a partir do ano de 2004 até o ano de 2006. Eles foram feitos nas três comunidades às mulheres, homens, adultos e idosos, crianças e jovens, moradoras(es) das comunidades quilombolas de Tapera, Pau Grande e Barreiro. Foram, também, utilizadas fontes documentais, cartográficas, fotográficas, compostas de textos geo-históricos, estatuto de associação, relatórios de audiências públicas, auto-declaração de comunidades quilombolas e jornais.

Elegeram-se essas comunidades, por estarem situadas na área chamada “reserva” da Sapiranga e Camurugipe e do Loteamento Quintas do Castelo da Torre, atingidas pelo processo de expropriação nos últimos trinta anos, por fornecerem informações pertinentes a este estudo.

Segundo descrição em páginas anteriores, os dados em questão foram coletados nas comunidades quilombolas de Tapera, Pau Grande e Barreiro, localizadas nas proximidades

do Rio Pojuca, comunidades quilombolas em Praia do Forte, no Litoral Norte do município de Mata de São João – Bahia.

Na comunidade da Tapera, residem cinquenta famílias (com as doze residentes na beira do rio e no Pereira); no Pau Grande, noventa e seis e trinta famílias e no Barreiro. Além delas, foram cadastradas mais sessenta famílias no Cardoso, pelo INCRA, expropriadas do Engenho Camurujipe, atual reserva Camurujipe. Nas três comunidades e no Cardoso, reside um total de duzentos e trinta e seis famílias. Todas elas moradoras de pequenos sítios e com grau de parentesco muito grande entre si. A base de subsistência nessas comunidades é mantida pelo plantio de pequenas roças de mandioca, aipim, milho, feijão, além de frutas como mamão, abacaxi, banana, jaca, abacate, caju, pitanga, mangaba e mangas. Plantam a mandioca e produzem farinha e o azeite de dendê que são vendidos em localidades próximas. Criam animais (galinha, porco, gado, jegue) e buscam na pesca (peixes, camarão e curuca) a complementação para a alimentação. São os idosos, através de suas aposentadorias,⁴ que provêm a sustentação de várias famílias; uma parte dos homens são caseiros e domésticos e domésticas; as mulheres buscam trabalho fora em restaurantes, pousadas e hotéis de Praia do Forte e imediações. Além disso, mulheres e homens e jovens trabalham na prefeitura como garis e jovens da comunidade são guardas florestais da Fundação Garcia D'Ávila; desses trabalhadores, alguns têm carteira assinada. A maioria da população idosa trabalha na agricultura/pesca.

A escolha destas é justificada pela urgência em revelar as transformações cada vez mais rápidas deste espaço, visto da eminência do desaparecimento das comunidades analisadas. Isso não significa que a problemática enfrentada por essas comunidades não esteja ocorrendo em outras, no mesmo Município.

A amostra compõe-se de relatórios e entrevistas realizados através das diversas oficinas e assembléias, levando em conta uma participação significativa da população das três comunidades; entre eles, mulheres, homens, crianças e jovens, analfabetos e semi-analfabetos, contadores das histórias dos seus ancestrais e resistentes ao processo de expulsão das terras, de diferentes faixas etárias entre sete e cem anos de idade. Esses moradores foram escolhidos por residirem e permanecerem, a maior parte do tempo, ainda nas comunidades. Os mais novos foram escolhidos por conhecerem as histórias dos seus ancestrais e por quererem continuar a luta pela posse da terra.

⁴ Aproximadamente, cem famílias são mantidas por meio das aposentadorias dos idosos.

A maioria das entrevistas foi diretamente escrita no momento do diálogo, já que os entrevistados apresentavam dificuldade em falar para um aparelho, no caso, um gravador. Utilizou-se ainda de um diário de campo e de uma máquina fotográfica. Demandando várias visitas e oficinas, de longas conversas, estimulou-se os entrevistados para que falassem a respeito dos sentimentos que têm pela terra, do que ela representa para cada um deles e do que ocorreu com os seus ancestrais e o que enfrentam eles para continuar na terra e também dos momentos das festividades.

Vale salientar que todas os relatórios e entrevistas transcorreram de forma espontânea, na perspectiva de resgatar a história que ainda não foi escrita, mas que é contada com simplicidade por aqueles que lá resistem.

Além das entrevistas e relatórios, outros textos aqui analisados foram escolhidos por serem específicos quanto ao uso da terra nessas comunidades e no Litoral Norte do Estado, acompanhando o processo da ocupação e uso dessas terras. Os textos usados buscam esclarecer o processo geo-histórico da ocupação e exploração dessas terras em diversos momentos em que a luta pela terra parecia uma causa pacífica.

Assim, este é um estudo de caso baseado nas histórias das ações e reações das populações das comunidades quilombolas Tapera, Pau Grande e Barreiro em diversos momentos, onde a luta pelo direito de permanecer na terra tem sido sua única razão de continuar vivos.

As histórias dos espaços das comunidades foram relatadas através das várias visitas durante os últimos três anos e são analisadas a partir do aparato teórico da transformação e da valorização do espaço em função do capital, do prolongado conflito gerado entre terra para negócio e terra para o trabalho e a sobrevivência do coletivo.



Figura 3 - Localização das comunidades Tapera, Pau Grande, Barreiro.
Fonte: CONDER, 1993.



Figura 4 - APA Litoral Norte - Localização do Município de Mata de São João.
Fonte: CONDER, 1996.

Os procedimentos de análise foram definidos através dos pressupostos a seguir: a) observou-se nos registros coletivos, anteriormente citados, somente os testemunhos da suas reações enquanto ações de resistências históricas, na luta pelo uso e pela permanência na terra; analisou-se e citou-se todos os registros⁸ que reforçam a resistência histórica no espaço; mapeou-se informações, compatíveis com os objetivos deste trabalho; b) os conceitos analisados para compreender o caso em estudo foram: comunidades tradicionais, resistência histórica, agentes internos e externos, conflitos, terra de negócio e terra de trabalho coletivo, recursos naturais, expropriação; c) as histórias foram classificadas conforme a problemática abordada e o período de registro de cada uma; d) os textos do *corpus* seguem a relação nominal dos registros e estão citados de acordo com a temática abordada; e) a seleção qualitativa das informações e dados são abordados nos registros de forma concreta; f) análise sequencialmente das ações de resistência histórica, presentes nos registros e em textos escritos, segundo os pressupostos do uso e ocupação do solo; g) os registros sejam da

⁸ O termo “registro” se trata de gravação de testemunhos e apontamento de moradores das comunidades.

população jovem e idosa, mulheres e homens, analfabetos e semi-analfabetos, todos os depoentes declaram e autorizam que suas idéias e fotos sejam usados neste estudo.

Neste trabalho, foram analisados registros e textos relacionados de acordo com aspectos específicos a serem percorridos para melhor compreensão dos processos geo-históricos, presentes na formação do espaço em estudo: intervenção dos agentes externos em diferentes períodos históricos; ações e reações de resistências, buscando contornar as estratégias que resultam na expulsão das antigas populações desse espaço; extermínio das populações antigas (etnocídio, suicídio e alcoolismo); audiência pública, buscando a publicidade da problemática da terra dessas comunidades, em especial, e procurando soluções; auto-reconhecimento das comunidades quilombolas, como alternativa para transformar o espaço em território protegido de especulação imobiliária e a garantia de que continuarão nessas terras, assim como a possibilidade de que seus filhos poderão criar seus netos na mesma terra.

Desse modo, o estudo está apresentado em quatro capítulos e as reflexões finais, onde se expõe a temática por capítulos, apresentados de acordo com suas respectivas questões.

No primeiro, que serve de introdução, aborda-se os elementos essenciais usados no processo da elaboração e desenvolvimento desta pesquisa, como os motivos pelos quais estas comunidades foram escolhidas e os procedimentos metodológicos.

No segundo, buscou-se mostrar o processo de expropriação das terras dos povos indígenas pela família D'Ávila, destacando o etnocídio dos povos Tapuias, o nascimento dos quilombos Cardoso e Açú da Capivara juntamente com o nascimento das grandes propriedades através de artifícios como o morgado e o trabalho escravo de índios e africanos, que marcaram os trezentos anos de domínio dessa família sobre terra do Nordeste do Brasil. Enfocou, também, o início do pagamento de renda da terra e o atual processo de expropriação através dos projetos de preservação, implantados pela Fundação Garcia D'Ávila e pela separação do espaço através do projeto Imobiliário Açú da Torre, a partir de relatos históricos da população dessa área.

No terceiro, analisaram-se as ações e reações de resistência histórica pela terra. Contornando as diversas estratégias de expulsão do espaço, essas comunidades enfrentam a opressão, a violência e o jogo para eliminá-los das diversas fazendas, onde moram como posseiros. De acordo com os moradores, através de depoimentos aqui registrados, as comunidades, desde Pau Grande até o Barreiro, sempre usaram essas terras para roças, festas, expressão religiosa e, por isso, essa área se transformou em refúgio para as famílias expulsas das outras fazendas. Destacam-se as reações em busca de seus direitos, através de

movimentos coletivos e as relações entre os diversos agentes sociais, assim como as estratégias utilizadas, os conflitos e as alianças que se estabeleceram para atender aos interesses dos diferentes segmentos sociais. Destaca-se, ainda, o momento em que a problemática da Sapiranga é exposta à interferência de órgãos públicos e ONG's, através de audiências públicas na Assembléia Legislativa Estadual e Municipal. De acordo com depoimentos feitos, essas entidades vão revelando seu envolvimento, poder e conhecimento do conflito e, ao mesmo tempo, propondo soluções. A revelação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Ambientais (IBAMA) é esclarecedora quanto à existência da reserva particular e de como esse processo tramita em Brasília.

No quarto, demonstra-se como esta audiência pública representou um marco na história dessas comunidades tradicionais do Litoral Norte da Bahia, tanto para as entidades ali presentes, como para as próprias comunidades. O embate dos diferentes pontos de vista fez surgir novas idéias e saídas para a resolução desse conflito pela terra, mostrando que esse processo de forma mais explícita no que diz respeito à mentalidade, conduta, políticas e a ética.

Finalmente, são apresentadas algumas reflexões com base nos resultados obtidos durante as fases da pesquisa, as críticas e os pontos de imbricação dos temas analisados, os quais poderão ser retomados num próximo estudo sobre comunidades tradicionais, suas lutas pela terra e o processo de expropriação resultante dos diversos projetos turísticos e imobiliários. Desta forma, espera-se estar contribuindo para registrar as geo-histórias dos espaços ocupados por essas comunidades e do valor patrimonial que Tapera, Pau Grande e Barreiro são depositárias, como forma de vida.

2 AGENTES EXTERNOS E SUAS INTERVENÇÕES NO ESPAÇO EM DIFERENTES PERÍODOS HISTÓRICOS

Iniciado o período da colonização onde ocorreu a expropriação real das terras dos povos livres da Costa Marítima dos continentes americano e africano, nascem aí os senhores das terras, as grandes propriedades e, conseqüentemente, os sem-terra, os sem-tetos, os escravos, homens e mulheres sem sobrenome e sem paternidade.

Caracterizando esse período da colonização, verifica-se que ele é determinante no sentido de deixar clara a presença dos agentes externos, enquanto grupos que se apossam dos espaços e suas riquezas, segundo a mesma lógica: destruir qualquer obstáculo que os impedia da posse e exploração desses recursos. Como exemplo dessa agressão, há o etnocídio dos índios tapuias, no final do século XVII.

Sinteticamente, verifica-se, a seguir, um pequeno apanhado da expropriação da terra no Litoral Norte da Bahia, já que é essa a área foco desse estudo, tendo esses mesmos procedimentos resquícios nos dias hodiernos.

Analisa-se, desse modo, aspectos da ocupação da área em estudo, durante os três séculos pelos D'Ávilas, o domínio dessa família sobre as terras que se estendiam da Bahia ao Piauí, do mar ao sertão, de 1549 – usando artificios como o morgado⁹, para manter a propriedade da terra em família – até 1852, quando o patrimônio da família se dispersou, mediante heranças e vendas.

As famílias, hoje moradoras das comunidades em estudo, descendem desse processo anterior, resultante das fazendas de criação de gado que pagaram foro¹⁰, quando essas terras foram subdivididas entre herdeiros da família D'Avila, que venderam ou entregaram terras das fazendas e da marinha, no Litoral Norte da Bahia ao fazendeiro Otacílio Nunes de Souza. Este, por sua vez, juntamente com Pedro Dantas Novais, as adquiriu do Coronel João dos Santos e de sua mulher, sendo essas terras com benfeitorias das fazendas Covão, Passagem Grande e Engenho Camurijipe. Esses terrenos foram recebidos em partilha pelos filhos Valdemar Padilha, Paulo Padilha, Maria Antonieta, Gertrudes Nair e João Padilha.

As fazendas pertencentes aos irmãos Padilha foram vendidas, segundo escritura de venda e compra de 06 de dezembro de 1971, livro 644, folhas 9v a 27, a Klaus Peters, o

⁹ Instrumento jurídico segundo o qual o filho primogênito é herdeiro de possuidor de bens vinculados pelo morgado. Vigorou no Brasil até 1835. Propriedade vinculada ou conjunto de bens vinculados que não se podem alienar ou dividir e que, em geral, por morte do possuidor, passava para o filho mais velho (Dicionário Aurélio).

¹⁰ Encargo ou despesa habitual ou obrigatória.

alemão, “o homem”, assim chamado pelos mais idosos das comunidades, — a Manfred Peters e a Mario Barbosa Ferraz. Juntamente com o “alemão”, chegaram os projetos de Preservação Ambiental, as idéias de natureza intocada, árvores e bichos sim, humanos não. Nos últimos trinta e três anos, as comunidades têm vivido como intrusas nas suas próprias casas e sítios, ameaçados de expulsão do seu próprio chão.

Segundo documento elaborado por Mott (Reis, 1988, p. 24) e depoimentos dos moradores das comunidades atuais, essa população é descendente daqueles que sobreviveram aos açoites, maus-tratos, fome, trabalho duro sol-a-sol, matança dos seus animais, marcados pela escravidão e pela expropriação de suas terras.

Essa população ora nega, ora afirma a escravidão como passado dos seus ancestrais, muitas vezes usando o silêncio como uma forma de proteção e reserva. Cria-se, desse modo, a comunidade de refúgio “Pau Grande” que é resultado da mudança de uma fazenda para outra em busca de um local onde a vida fosse melhor, onde houvesse terras para plantar.

Eles sobreviveram por um longo período, através do trabalho em mutirão, fazendo as roças no meio da mata, em lugares de difícil acesso na beira do rio; construindo casas de “sopapo” (taipa) e palha de piaçava (muitas vezes queimadas pelos fazendeiros); limpando sempre os sítios e brejos; criando galinhas, porcos e vacas soltos; plantando as roças nos pequenos sítios e terrenos.

No momento em que foram impedidos de ir e vir a essas áreas, eles reagiram de várias formas, tais como: quebrando as cancelas implantadas pela Fundação Garcia D’Ávila que delimitou a Reserva Sapiranga, impedindo a acessibilidade aos sítios; não assinando, em assembléia, o estatuto feito pela Fundação, onde negariam o direito de posse das terras; fazendo “gato” de energia para beneficiar famílias não atingidas pela iluminação da Coelba; elaborando projeto de iluminação em floresta encaminhando à Coelba.

Nesse contexto, foi criada a associação de moradores para garantir seus direitos, junto a órgão como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa (CMA), Comissão dos Direitos Humanos (CDH), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Procuradoria Geral da República, Fundação Cultural Palmares, Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre outros. Tinha-se o objetivo de encaminhar propostas para resolver a problemática da terra, sendo que, foram pedidas audiências públicas à Assembléia Legislativa Municipal e Estadual, para que se tornasse público e se buscasse apoio de outras entidades na luta pela terra. Assim, tenta-se garantir o encaminhamento de um processo, assim como o auto-reconhecimento como

comunidade quilombola junto à Fundação Cultural Palmares e, posteriormente, enfrentando processo de demarcação do território, juntamente ao INCRA.

2.1 A COLONIZAÇÃO: FORMA MAIS RICA DE MANIFESTAÇÃO DA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO

Para compreender o processo de formação e valorização do espaço em estudo, procura-se entender os diversos períodos que deixaram marcas nessa evolução.

Reflete-se, num primeiro momento, o processo de ocupação européia em busca de riquezas e expansão territorial. Esta ocupação é responsável pela gestação da valorização dos espaços em nível mundial, resultantes das atividades produtivas que se expressam na qualidade, quantidade e variedade dos recursos naturais e artificiais, disponíveis numa dada porção do espaço terrestre. A maior contribuição desse processo foi ressaltar a singularidade dos lugares num dado momento, necessário ao processo da própria colonização.

Deve-se dizer que é a internacionalização que constituiu o momento mais avançado do processo de valorização do espaço. A colonização é uma das formas mais ricas de manifestação dessa valorização dos espaços, que se justificou pela expansão sobre uma nova terra, sobre a constituição de novos territórios e a ampliação do horizonte geográfico de uma dada sociedade. Então, pode-se afirmar que, em todo espaço atingido pelo processo de colonização, essa prática significou uma adição de fatores de produção: força de trabalho, recursos naturais e terra em geral, apoiados nos objetivos da colonização (povoamento ou exploração). Conclui-se daí que toda sociedade que tenha sido gestada por este ou aquele modelo de colonização estará, ao mesmo tempo, valorizando os espaços originais, que contêm trabalho acumulado. A colonização torna evidente aquilo que poder-se-ia chamar de um movimento de valorização extensiva dos espaços em intervenção.

Nos processos históricos, as formas de criação e expansão dos espaços são marcadas por rugosidades, que contam ações do presente e do passado. E dentre essas variáveis, algumas resultam de fluxos atuais, outras derivam de fluxos antigos, já incorporados ou transformados no próprio lugar, conforme Santos (2004, p. 259). É acertado dizer que o modo de produção criou formas de rugosidades e aponta a sua dinâmica sobre os processos sociais posteriores.

A Casa da Torre, também chamada de o Castelo Garcia D'Avila, a residência da família D'Ávila no período colonial, construção que data do século XVI, combinou as

funções de moradia, observação e defesa territorial, tornando-se essa habitação uma caracterização do lugar. Essa construção dá a possibilidade do estudo geográfico como histórico territorial, desse período colonial.

Entende-se que a Casa da Torre e o poder que a família D'Ávila exerceu sobre a terra, é mais que uma rugosidade¹¹, pois representou um movimento externo e um movimento interno de produção e valorização do espaço: a terra é, aqui, uma realidade natural e material, definida pela história do trabalho acumulado de várias gerações, sendo necessário salientar essa variável para melhor compreender a geohistória desse espaço.

2.2 O DOMÍNIO DOS D'ÁVILA NO ESPAÇO

Ao obter favores e a doação de sesmarias¹²⁴ ao norte de Salvador, Garcia D'Avila, “almocharife” – tesoureiro do governador Tomé de Souza conseguiu juntar um patrimônio em terras e dinheiro, mas não o suficiente para montar um engenho (Pessoa, 2004, p. 57). Resolveu, então, investir na criação de gado, produto essencial para o abastecimento da cidade do Salvador que crescia. Abandonou o cargo no governo de Tomé de Souza e iniciou a atividade pecuarista em Itapoã e depois expandiu para Tatuapara (atual Praia do Forte), onde se fixou. A expansão das fazendas pelo interior é resultante do processo de busca e controle dos índios para auxílio na defesa e como fonte de mão-de-obra. A escravização de índios, no entanto, provocou a ira dos habitantes locais – vários povos da nação Tupi e dos Tupinambás no Recôncavo, e dos Tupiniquins, ao sul – a ponto de desencadear violentos conflitos nos arredores de Salvador e o etnocídio¹³ dos índios Tapuias, durante a segunda metade do século XVI e parte do século XVII. Para provocar e incentivar esses conflitos, tendo como objetivo a expansão das terras e a criação de gado, Garcia D'Avila contou com o apoio dos mamelucos e de índios confederados e amigos que, com suas flechas e armas, traziam outros índios por paz e por vontade ou por guerra e por força. Verifica-se na figura 5, a Região Nordeste do Brasil

¹¹ Conforme Santos (2004, p. 173), o termo rugosidade traz o conceito de resíduos de um determinado modo de produção, em um certo espaço e a própria permanência da forma no tempo. Ao permanecer como rugosidade, por longo tempo, a estrutura revela a fortaleza.

¹² Sistema vigente em Portugal, que refletia os impasses entre a nobreza decadente, apoiada pela igreja, e a burguesia ascendente com o objetivo de reativar a agricultura em crise em Portugal. E no Brasil, são cedidas terras de povos indígenas.

¹³A destruição de um grupo étnico.

era ocupada por diversos povos indígenas desde a chegada dos D'Ávilas até 1819, como por exemplo, os Karirí, Tupiná, Tupinambá, Sapuya, Payayá, entre outros.

Vários autores como Pessoa (2004), Andrade (1990), Mott (1988) e Reis (1988) dentre outros, relatam o poder e as riquezas adquiridas por esta família e as barbaridades cometidas com o objetivo de expandir suas terras, tornando os principais latifundiários e pecuaristas do Brasil colonial, sendo conquistadores das terras de Sergipe e do Rio São Francisco, proprietários da metade de todo território do Piauí. Ao longo do tempo, a família D'Ávila escravizou mulheres indígenas, com as quais tiveram filhos bastardos. Assim, assegurou a força de trabalho e as alianças militares necessárias para construção de sua fortuna.

Além dos inúmeros combates para apossar-se das terras dos povos indígenas, em direção ao rio São Francisco e de negócios associados à pecuária, essa família se dedicou a construção de uma vistosa moradia em Tatuapara, a chamada Casa da Torre, ampliada pelas gerações seguintes tornando um símbolo de poder da família e de histórias misteriosas contadas pelas comunidades de seu entorno.

Situada em ponto estratégico, ao norte de Salvador, a Casa da Torre funcionaria como ponto de vigilância da costa da Bahia. Suas ruínas foram reconhecidas recentemente como patrimônio histórico e reconstituída em centro turístico.

A história da descendência da família D'Ávila está centrada em filhos “bastardos”, como, por exemplo, o mameluco¹⁴ João Homem, — morto ainda jovem em conflito com indígenas no Sertão — e da mameluca Isabel D'Ávila, casada com Diogo Dias, neto de Diogo Álvares Correia, o Caramuru. Dessa união nasceu Francisco Dias d'Ávila que herdou todos os bens após morte de Garcia D'Ávila, em 1609. Francisco se destacou nas lutas contra as invasões de Salvador e de Pernambuco pelos holandeses, arregimentando índios e mamelucos. Como recompensa, a Coroa portuguesa concedeu-lhe novas terras, além de honrarias e patentes militares. As terras obtidas através de doação de sesmarias, na década de 1640, se estendiam do norte de Salvador até o sertão de Sergipe, conforme Pessoa (2004, p. 58).

Para manter esse imenso patrimônio conquistado pela família, realizaram-se casamentos entre parentes próximos. Aqueles que casaram fora da família foram deserdados, o que gerou muita disputa e tentativa de anulação de casamentos. Como resultado desses conflitos na família, foi combinado o casamento de Leonor Pereira Marinho com o tio, Francisco Dias D'Ávila II. A partir dessa união, se estabeleceu o morgado¹⁵. Com esse

¹⁴ Filho de índio com branco.

¹⁵ Pessoa (2004, p. 58) concebe ao termo morgado o conceito de herança destinada apenas ao filho mais velho.

instrumento, confirmado por alvará real em 1681, a família vinculou os bens aos herdeiros do dito casal. Essa família sofreu novamente um abalo em sua estrutura em 1750 e o morgado torna-se alvo de uma nova disputa com a morte do titular, Francisco Dias D'Ávila III, aos quarenta anos, em circunstâncias misteriosas. A viúva Catarina Francisca de Aragão se casa, no ano seguinte, com um pernambucano da família Albuquerque, surgindo suspeita de que o casal o teria envenenado. Após a morte de Francisco III, a responsabilidade pelo morgado passou para Garcia D'Ávila Pereira Aragão, figura singular, sendo o IV da geração. Homem culto e muito rico tornou-se conhecido e temido pelo seu extremo sadismo. Morreu em 1805 sem deixar descendentes, após dois casamentos. Por isso, a sucessão por linha masculina dos D'Ávilas se extinguiu e passou para a família Pires de Carvalho e Albuquerque, por meio do sobrinho-neto de Aragão, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. Este mais tarde recebe o título de Barão e de Visconde da Torre de Garcia D'Ávila, por sua participação na luta pela independência do Brasil; sendo o último morgado da Casa da Torre. Segundo Pessoa, o sistema de morgado foi extinto legalmente em 1863, após a criação da Lei da Terra (1850) e da morte do Visconde da Torre, em 1852, e o patrimônio da família se dispersou mediante heranças e vendas. Além disso, secas recorrentes no sertão liquidaram rebanhos, associados a pressões pela posse de terras, pela crescente população sertaneja, contribuindo para o fim deste patrimônio.

A história desse espaço geográfico se distinguiu por conflitos sangrentos com indígenas e por maus-tratos a escravos africanos. Esses conflitos foram iniciados por Garcia D'Ávila e outros fazendeiros de gado ao se adentrar do mar ao sertão e culminaram nas guerras dos bárbaros, entre as décadas de 1650 a 1680, na região do Rio São Francisco, e do final do século XVII ao início do século XVIII, ao exterminar vários grupos indígenas. Ao findar essas lutas, as fazendas de gados atingiam terras do Piauí e destruíram várias missões católicas, segundo Pessoa (2004, p. 59).

Ainda, para Pessoa, a partir da metade do século XVII, os índios são vistos claramente como um obstáculo que precisava ser eliminado para o avanço da colonização, caso não se submetessem aos interesses imediatistas do colonizador por terra e controle do seu trabalho.

Esses conflitos culminaram em massacres de milhares de indígenas muitos dos quais por tropas paulistas, contratadas para os combates. Proprietários interessados em expandir suas terras e escravizar os índios usavam qualquer incidente isolado como razão para atacar missões e aldeias. Seus vaqueiros levavam rebanhos para as roças dos índios, a fim de destruí-

las. Os índios reagiam matando o gado invasor e esse era o pretexto usado pelos fazendeiros para os ditos massacres. Pessoa ainda (2004, p. 59) reflete da seguinte maneira esse contexto:

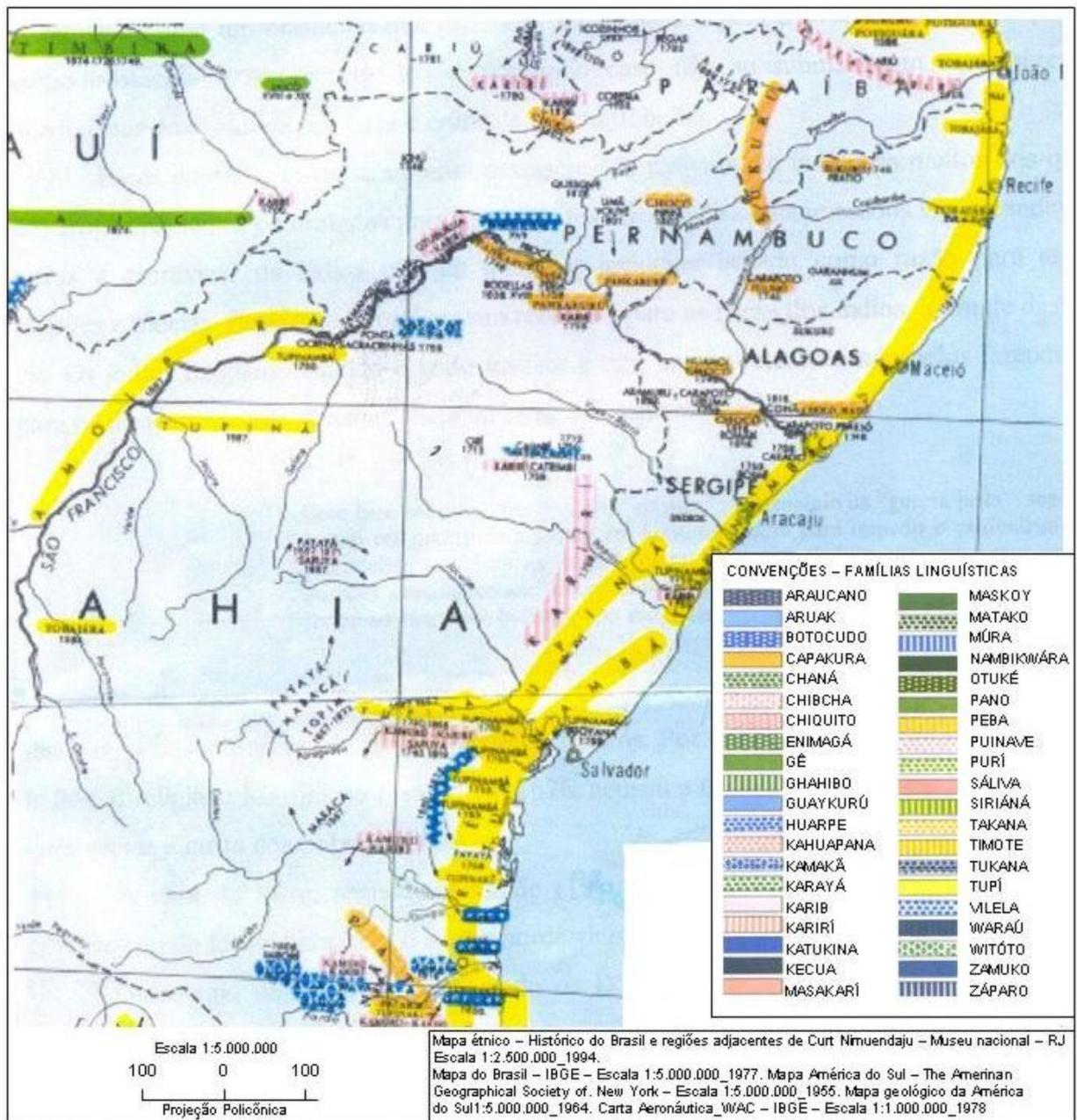


Figura 5 - Mapa étnico-histórico. Presença dos povos indígenas no Litoral Norte da Bahia. Fonte: IBGE, 1978.

Com base em uma interpretação “elástica” do princípio da “guerra justa”, segundo o qual era permitida a guerra em legítima defesa para impedir o canibalismo, os fazendeiros tomavam as terras e escravizavam os índios. Pouco a pouco muitas missões desapareceram; os missionários acabaram expulsos ou se retiraram do sertão ao passo que índios foram escravizados ou exterminados violentamente.

O processo de extremo acirramento desses conflitos entre colonos e índios, resultou nos massacres de povos indígenas inteiros. Por causa dessas atrocidades contra os índios, o

religioso Martins de Nantes, em 1676, acusou a Casa da Torre de ter sido erguida e enriquecida a custa dos pobres índios.

A Casa da Torre, segundo Andrade (1990, p. 37) foi importante ponto de penetração da colonização do litoral para todo o sertão nordestino (figura 6).

Outro tipo de atividade envolvendo os D'Ávila, citados por Pessoa (2004, p. 60) descreve que, no início do século XVIII, um contrato entre a viúva Leonor Pereira Marinho, filha segunda de Catarina Fogaça, com o capitão Vasco Marinho Falcão e a Coroa, envolvendo-se numa nova atividade no sertão da Bahia: a exploração do salitre (nitrato de potássio), essencial para a fabricação de pólvora. Esse contrato previa a exploração e o transporte do salitre até Salvador pela Casa da Torre, em troca da concessão de terras, de título de nobreza para o segundo Garcia D'Ávila Pereira, com onze anos apenas, e de outras benesses. Este trabalho foi realizado por índios escravos; mesmo a família não tendo conseguido honrar prazos de entrega e de quantidades ajustadas, teve a falha perdoada e manteve as vantagens solicitadas.

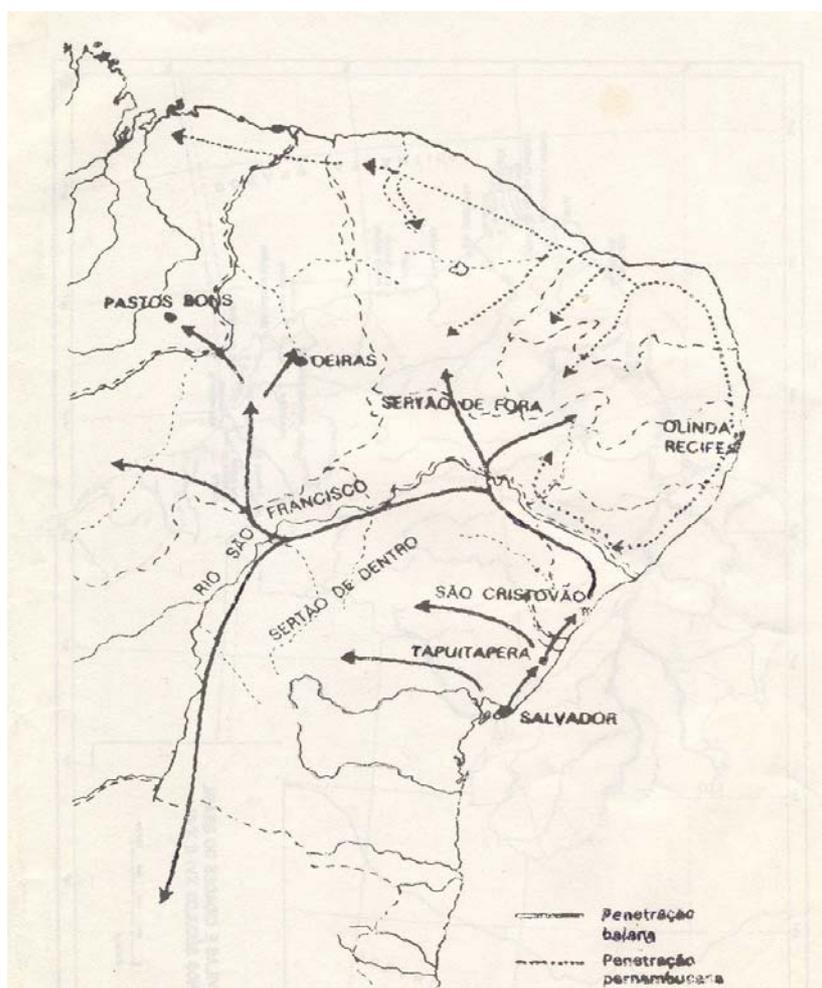


Figura 6 - Mapa de colonização e ocupação do território.
Fonte: Manoel Correia de Andrade, 1990, p.37.

Essa extensa propriedade obtida através de sesmarias, e que não poderia ser fracionadas através do morgado, englobava, além de terras, escravos, mercadorias, embarcações, equipamentos, dinheiro, objetos de ouro e prata, mobiliário, vestuário, gado e outros bens, de acordo com Pessoa (2003, p. 255).

Bochecha Filho (1980, p. 22) comenta que a Casa da Torre fornecia óleo de baleia para a iluminação e construção em todas as vilas próximas e era somente produzido o óleo de baleia pela Casa da Torre e, que por terem frotas próprias de embarcações, podendo assim negociar com vários pontos do Brasil e, especialmente, por todo o Nordeste.

Essas terras que estiveram em poder da família por três séculos foram subdivididas em 129 grandes propriedades, as fazendas, tendo como função a criação de gado. As fazendas Camurujipe, Covão, Passagem Grande, Cardoso, Itacaeira, reduzidas, hoje, à Fazenda Praia do Forte, propriedade de Klaus Peter desde 1971, posteriormente transformada em duas reservas particulares: Sapiroanga e Camurujipe e em áreas de loteamentos. A fazenda Retiro, de propriedade da imobiliária Açú da Torre, em quase toda a sua totalidade, foi loteada desde 1981, através de decreto da Prefeitura Municipal de Mata de São João, processo que será estudado ainda nesta pesquisa.

2.3 OS ARQUIVOS SECRETOS DA INQUISIÇÃO DE LISBOA

Do silêncio dos que foram açoitados e calados, às ações dos que hoje resistem, será permitido reconhecer como cevavam a fúria selvagem e os bestiais instintos de certos senhores e feitores de escravos, da família D'Ávila, conforme Mott (1988, p. 19). A Casa da Torre foi um lugar-testemunha das ações reveladoras do poder e da crueldade dessa família que ergueu sua riqueza e poder sobre o sangue de indígenas e de africanos; também nos seus engenhos poderosos no Recôncavo Baiano e nas fazendas Praia do Forte e Camurujipe.

O triste herói aqui denunciado, Garcia D'Ávila Pereira Aragão, nasceu em 4 de outubro de 1735, em Santo Tomás do Iguape, na fazenda do avô. Não deixou descendente, apesar de ter casado por duas vezes. Foi condecorado com a comenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo (1752) e Mestre de Campo dos Auxiliares da Torre (1753). É o quarto da família dos D'Ávila e faleceu em 5 de outubro de 1795.

Esse riquíssimo fazendeiro baiano, segundo Mott (1988, p. 19), é:

O autor de uma série de torturas e castigos contra seus escravos, que o torna merecedor do deplorável título de o maior carrasco de que até então se tem notícia na história do Brasil.

Este documento, aqui analisado, encontra-se na Torre do Tombo, entre os processos da Inquisição de Lisboa, sob o número 16.687: com doze folhas manuscritas, assinado por José Ferreira Vivas. Acredita-se que este documento tenha sido escrito na segunda metade do século XVIII, contando com o testemunho de cinquenta e seis pessoas. Localizado por Luiz Mott, quando em estudos de pós-doutorado, em Portugal, no ano de 1983, este texto foi indicado pela historiadora Ana Maria Cunha, da Universidade de Lisboa, podendo ser consultado no anexo 1 deste trabalho.

Este documento foi utilizado nesse estudo com o objetivo de relatar o martírio e o assassinato de africanos e seus descendentes, que regaram com seu suor e sangue, somados ao etnocídio indígena, as terras desta família do Litoral Norte ao Sertão do São Francisco no Nordeste do Brasil. E contar que continuam regando, nos tempos atuais, as terras em conflito entre a Fundação Garcia D'Ávila e as comunidades tradicionais Tapera, Pau Grande e Barreiro; busca-se também lembrar que aqueles negros e mestiços, crianças, mulheres e homens que ainda clamam por justiça, nas pessoas daqueles camponeses que ainda hoje lutam pela posse da terra nessas três comunidades tradicionais, localizadas nas imediações das ruínas da Casa da Torre e em todas as pessoas engajadas nos movimentos pela luta da terra. Acredita-se na possibilidade de uma nova humanidade, em que as práticas escravagistas, a opressão e a servidão, base para o enriquecimento das classes dominantes, explorando o trabalho do outro, não sejam motivos para esconder documentos delatores de atitudes sádicas e assassinas, acobertados, inclusive pela igreja, conivente com o etnocídio dos povos indígenas e com a escravidão africana.

Através de novas pesquisas tem-se procurado descobrir, revelar e tentar incentivar outros pesquisadores que possam acreditar que é possível recuperar a cidadania de populações excluídas do processo econômico, resgatando a memória dos ancestrais indígenas e africanos.

Respeito e solidariedade é o que se clama para com todos esses seres humanos massacrados. Como a criança, Leandra, de três anos, que ao ser chamada para perto do Mestre de Campo, que colocou a carinha da pobre menina declinada sobre um fogareiro de brasas acesas, segurando-a para que não retirasse o rosto do fogo e abanando o fogareiro. Esta mesma criança foi obrigada a comer doce quente, derramando em sua mão, ameaçando açoitá-la, queimando a mão e a língua. Outra criança chamada Arquileu, de quatro anos, que

vigiava passarinhos para que não comessem os figos numa figueira e, ao achar uma fruta picada, era açoitada com chicote de açoitar cavalos, pondo-a nua e deixando a criança toda em carne viva. A sua mãe Prudência ficava ali olhando sem poder fazer nada, sem poder mostrar sequer tristeza, nem o filho pela mãe. Isto era feito com todas as crianças daquela casa. Todos tinham que presenciar e andar alegres; o menino chamado Gerônimo, oito anos, que foi agredido com uma tábua, deixando-o quase morto, mandando depois açoitá-lo e pô-lhe grilhões nos pés e uma argola de ferro no pescoço e, mais tarde, ainda furar-lhe os rejeitos dos pés para passar uma corda e pendurá-lo. Outra criança chamada Manoel, de seis anos, no qual foi colocado cera de vela quente sobre o anus, alegrando-se por estar queimando aquela criança; ainda o adolescente Ipólito, de dezesseis anos, açoitado das oito da manhã às onze horas, depois sendo pendurando.

Nossa solidariedade para com as mulheres: Lauriana, Páscoa, Tereza, Rosaura, Maximiana, Francisca do Carmo, Maria do Rosário, Ana Maria e aquelas, aqueles, tantos outros que não foram citados, mas que vivendo essa experiência traumática de negação do ser, onde não podiam cantar, dançar ou se alegrar de alguma forma, porque tudo isso era motivo de castigo e martírios.

Que este estudo seja a nossa oportunidade de revisar a pedagogia da senzala que ainda continua sendo aplicada na vida das comunidades tradicionais Tapera, Pau Grande e Barreiro, e de outras tantas comunidades, onde a prática da expropriação de suas terras é réplica desse processo de martírios, com intuito de tomar-lhes as terras, o bem maior que têm. Que não permaneçam as práticas de tirar a terra, que é o mesmo que tirar a vida. Não importa o método atualmente usado, o resultado é sempre o mesmo: famílias e pessoas sem direito à vida.

2.4 COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A CASA DA TORRE

A partir de 1913, o zelador da Casa da Torre, Alexandrino Marques Teixeira, assumiu o cuidado da capela da casa, assim como havia cuidado o seu pai. Por volta de 1980, o zelador encontrou intacta a secular biblioteca dessa casa, contendo livros e documentos raros, e, entre eles, os diários da Casa da Torre, onde estão registrados os acontecimentos do dia-a-dia da casa, em diversos livros manuscritos. Eles foram guardados por Alexandrino e são esses fatos aqui registrados, sendo retirados desses livros por Manoel Bochecha Filho, uma das últimas pessoas a ter contato com esses livros e com Alexandrino. Outras testemunhas

oculares contam que esses livros foram queimados e ainda outros exemplares dados a pessoas diversas, durante os últimos anos de vida do zelador.

Registros destes livros contam que a família D'Ávila conduzia o comércio com auto-suficiência em quase todo o nordeste brasileiro e não tolerava a existência dos quilombos que foram se formando em suas terras. De acordo com Bochecha Filho (1980, p. 16),

Os quilombos mais importantes sob o domínio dos D'Ávilas e próximos à Casa da Torre foram os de Cardoso e Açú da Capivara, entre outros, que tiveram duração menor que cem anos. O quilombo de Cardoso foi criado por volta de mil setecentos, quando um transportador de escravos da Casa da Torre, que se hospedaram em um curral de tropeiro, sete quilômetros antes do castelo, durante a noite estes mesmos escravos foram libertados por um grupo de negros salteadores, que viviam em pequenos esconderijos às margens das estradas.

A partir dos ataques feitos por negros à Casa da Torre, esses escravos não mais poderiam continuar nômades, como constata o mesmo autor, “eles subiram pela estrada e atacaram a feitoria do engenho nas margens do rio pela ponte, saqueando tudo que puderam e destruindo a ponte. Após feita a travessia do rio, seguindo pela trilha dos índios durante vários dias” (1980, p. 16).

Após esta caminhada, acharam um lugar seguro onde não seriam facilmente localizados pelos soldados e o local era protegido pela própria vegetação que “ajudava na camuflagem dos negros e ainda eram protegidos pela cachoeira do rio Pojuca e por várias armadilhas naturais, além de grande quantidade de víveres que existiam na região”. (1980, p. 16).

Outro quilombo foi o do Tabuleiro do Simeão (nas proximidades do povoado de Areal) protegido, segundo Bochecha Filho (1980, p. 19), por espias em vários pontos das trilhas.

De acordo com o mesmo documento, foi organizado, no governo de Francisco Dias D'Ávila III uma tropa comandada por um lugar-tenente de nome “Felipe Ferreira Coutinho com seiscentos homens, entre jagunços e soldados, para caçar índios e quilombolas dentro das terras da Casa da Torre” (Bochecha Filho, 1980, p. 18). Os primeiros a serem atacados foram os índios, visto a sua proximidade às terras do litoral. O primeiro quilombo a ser atacado foi o de Açú da Capivara por sua proximidade a Vila de Abrantes. Durante mais de um mês esse quilombo foi atacado sem trégua. “Os quilombolas fugiram mais para o interior e se refugiaram com a ajuda de índios rebeldes, atacaram após quinze dias um posto avançado de guarda, próximo a vila, roubando armas, munições e alimentos” (Bochecha Filho, 1980, p. 18).

Como o local do antigo quilombo a partir dessas investidas fora abandonado e os quilombolas espalhados pelas matas, as tropas do castelo voltaram, comenta Bochecha Filho (1980, p. 20):

Seguindo pelo litoral, atacando os índios que encontravam pelo caminho, fazendo verdadeiros massacres. Subiram para o norte, para rebater roubo de gado no Curralinho, pois outros quilombolas estavam atacando os pastos do norte. Esse era o quilombo de Lagoa Encantada, chefiado pelo negro Catarino. Foram mortas mais de trezentas pessoas, entre índios e quilombolas. Sendo escolhidos cinquenta para serem executados na porta do castelo, na presença de todos os escravos, para servir de exemplo aos outros, e no Curralinho foi erguida uma nova fortificação, para proteger a administração do curral, contra os negros fugitivos.

A existência do quilombo do Cardoso e de sua resistência contra a Casa da Torre relaciona-se ao ataque sofrido pelo terceiro Francisco D'Ávila. Em visita aos currais de Monte Gordo, negros quilombolas do Cardoso, apesar das fortificações, conseguiram “pilhar o local e deixar uma baixa de mais de quarenta pessoas incluindo o senhor das terras. Esses negros fugiram do local, com grande espólio do ataque, enviado pelo governador de Salvador, levando armas, gado, munição, apesar das grandes baixas sofridas”. Após quinze dias uma caravana foi atacada e roubada “a carga de óleo de baleia, que era levada para Salvador por terra” (Bochecha Filho, 1980, p. 21).

Perseguições e ataques aos grupos quilombolas e indígenas continuaram com o quarto Francisco D'Ávila que procurou reforçar as investidas contra os grupos de negros, sendo os quilombos do Cardoso, do Tabuleiro de Simeão e o de Vargem de Baixio os que resistiram por mais tempo e, sendo o quilombo do Tabuleiro de Simeão o mais deserto de todos, “só foi extinto nos anos de 1980, por motivo de instalação das empresas de reflorestamento, com os plantios de eucalipto no litoral norte baiano” (Bochecha Filho, 1980, p. 24).

A família D'Ávila foi deixando a região por volta de 1860 e a fazenda foi sendo passada para outros donos. Motivados pelas constantes fugas de escravos e pelo empobrecimento da Casa da Torre, as várias vilas foram adquirindo autonomia e sendo desligadas, também pelo não pagamento do que era chamado quinto arrendamento de posseiros.

Foi esta família a última a libertar os escravos, segundo os abolicionistas que estavam sempre denunciando os maus tratos aos negros e aos filhos destes, além das revoltas dos negros e de suas fugas. Os cofres da Casa da Torre estavam empobrecidos pela falta de mão de obra, inclusive de feitores, conforme Bochecha Filho (1980, p. 27), esses e outros fatores levaram à pobreza a Casa da Torre e ao confisco das terras por parte da Província e por

credores de casas bancárias. A Casa da Torre, já falida, começa a arrendar ou vender parte das terras. É criado o distrito de Açú da Torre e o município de Mata de São João.

2.5 PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Tenta-se registrar aqui os depoimentos dos moradores destas comunidades, relatando as suas experiências no processo histórico de expropriação da terra. Esses relatos são testemunhas dos vários períodos vividos por essa população, procurando preservar as áreas então ocupadas e trabalhadas, na perspectiva de manter o coletivo.

2.5.1 **Aparente desvalorização do espaço: uma visão interior**

Durante dois séculos, os moradores dessas fazendas viveram como se o tempo estivesse parado: plantando fruteiras, fazendo suas roças, criando animais, pagando a renda da terra e vivendo como encarregados das fazendas. Esse processo encontra-se registrado na memória das populações dessas comunidades e cabe a elas o direito de expor a sua própria geohistória, como fonte incontestável de experiências que retratam a verdadeira história da apropriação desse espaço. Os depoimentos que se seguem têm como objetivo relatar a história de como chegaram a essas terras.

(...) nossa terra era pequena, plantava-se apenas para comer e o rio dava o peixe, assim nada faltava. Meu avô conseguiu a terra da Gamboa trabalhando para os Garcia D'Ávila. Ele era um renteiro, a família já pagava a renda da terra por mais de duzentos anos. Quando ele morreu, deixou os quatro filhos na terra. E a única viva deles é Marta Alves de Almeida, morando em Praia do Forte. (João, março de 2006)

Os descendentes descrevem ainda como era a divisão dessas propriedades nas diversas fazendas de criatório de gado e como no decorrer dos anos, essas terras foram sendo passadas para outras pessoas. Por volta de 1920, essas propriedades estavam com o Cel. Laurindo de Oliveira Régis, depois passadas ao Cel. João dos Santos, que as passou à Pedro Dantas da Silva Novaes, posteriormente repassadas para Octacílio Nunes de Souza e inventariadas por sua esposa Antônia Amélia Padilha de Souza, em 20 de julho de 1941, para os filhos: Maria Antonieta Padilha de Souza, Gertrudes Nair, Paulo, Waldemar, João e Ana

Maria de Souza Falcão. Esses fatos serão comentados, a seguinte, pelos moradores e vistos na figura 7,

Essas terras estavam divididas em cinco fazendas: a do engenho Camurujipe, Corvão, Passagem Grande, Itacaera e Praia do Forte. Depois dos D'Ávila, essas fazendas foram passadas para o Cel. Octacílio Nunes de Souza quando ele era político na Bahia. Quando faleceu, deixou as terras para os filhos Valdemar, Paulo, Antonieta e Nair. A fazenda Praia do Forte e Retiro foram vendidas pelos irmãos ao Alemão. Fizeram de tudo para tirar as famílias das fazendas. Foram tirando o povo das terras aos poucos. Primeiro foram proibindo de plantar as roças, e como as roças eram só para os sustento das famílias, as famílias foram passando privação, passando fome, as roças eram tudo. Se vivia delas. Eram três roças por ano, no verão a roça era feita perto do rio e nos brejos. Durante o inverno as roças eram feitas nas partes de terras mais altas, e a outra entre o rio e as partes altas. Todos tinham onde botar roça. Da madrugada até as três horas da tarde se trabalhava nas roças e depois ia para o rio fazer a pesca, era uma fartura de peixe e camarão (João, março de 2006).

Os moradores em assembléia esclarecem que foi após a chegada dos novos donos que as famílias das comunidades foram sendo oprimidas até abandonar as propriedades, e a opressão se torna então uma estratégia de expropriação:

Depois que eles chegaram, proibiram a criação de animais soltos. Paulo Padilha de Souza vinha de jipe e matava os animais no terreiro, a tiro, na frente do dono só pra ver o que ele fazia. Quem falasse alguma coisa saía da fazenda. Já na década de 70, quando alemão Klaus Peter comprou as fazendas, o gerente que ele colocou, um tal de Antônio Peixoto, continuou com a opressão a todas as famílias que na terra ainda estava na teimosia. Além de proibir as roças, a gente era obrigado a plantar coco, então a terra ficou fraca e sem outros lugares para botar novas roças. Só via gente passando necessidades, então eles vinham para comprar as terras que nos restavam. (João, março 2006).

Ao relacionar os motivos usados para a expulsão das terras, os moradores pontuam da seguinte forma:

São esses os motivos que fizeram com que o povo saísse das terras:

- proibiram de plantar as roças;
- não podiam mais criar animais soltos, pois matavam a tiro os animais nos terreiros;
- proibição de cortar madeiras para a construção das casas e nem permitiam fazer de blocos, nem botar piso, nem cobrir com telhas nenhum conserto para melhorar as moradias, por isso muitas casas caíram;

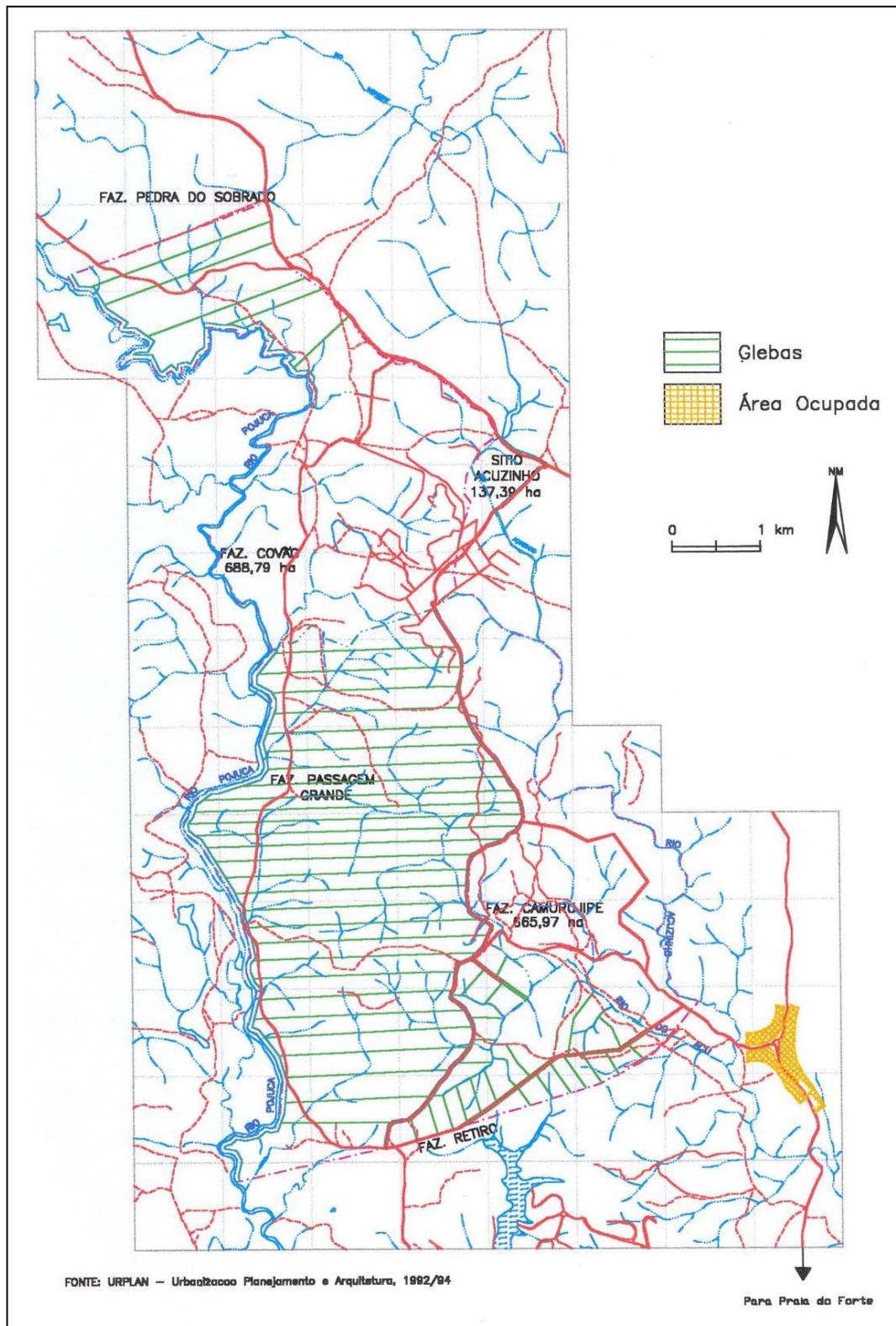


Figura 7 - Divisão do espaço em fazendas.
 Fonte: Lirandina Gomes Sobrinho, 1988.

- não era permitido cortar madeira para fazer as cercas, assim ninguém podia criar nada, mas assistir aos funcionários da fazenda cortando árvores e mais árvores (das matas de sucupira não sobrou nada);
- não podiam botar as tapagens nos rios, assim não tinha a pesca nem o marisco, nossa fonte de alimento;
- não podiam buscar lenha seca no mato, imagine que nossa comida era cozida no fogão de lenha;
- contratavam capangas para vigiar a gente e eles cavavam buracos nas estradas e a gente foi perdendo caminhos para chegar às nossas terras, aos brejos e às aguadas;
- criaram um loteamento no Açuzinho onde nós chamamos de “vaugem” e para esse loteamento iam levar as famílias da Tapera, Beira do Rio, os Pereiras e do Pau Grande, mas os lotes eram tão pequenos comparados com os nossos sítios cheios de frutas. Poucos foram.
- cavavam os buracos nas estradas para não passar nenhum carro, quando alguém ficava doente, a gente dava o socorro carregando no carrinho-de-mão ou no benguês. Assim mesmo escoltavam as pessoas com o doente até a polícia, era como se a gente fosse bandido;
- muita gente perdeu o sítio, assim: alguém da família morria, não tinha como fazer o funeral, a FGD pagava o funeral, quando a família chegava de volta à casa, as coisas já estavam no terreiro e sítio era já da Fundação.

Nada foi restando do processo de expulsão além dos “quintais”, confirmam os moradores, contando as suas histórias na terra:

Minha mãe morreu aqui já com 115 anos. A avó de sua esposa era uma africana que nasceu aqui também. Esta terra foi herança que meu pai recebeu da avó materna e por muitos anos pagaram foro à Fazenda Praia do Forte e só depois de 1977 pra cá não pago mais a renda... As roças foram proibidas e a fazenda só dava trabalho e trabalho. Quando o Alemão (Klaus Peters) comprou a Fazenda Praia do Forte na mão de Octacílio Padilha, os empregados foram proibidos de botar as roças, de fazer casas de taipa e de tijolos, não podiam fazer as cercas..., não podiam mais pescar e foram aparecendo os turistas de São Paulo e da Alemanha. Noutras fazendas por perto, a gente roçava e plantava. Quando o Alemão foi botando o povo pra fora dessas fazendas, ai só ficamos com os quintais.

Retirar as famílias de uma fazenda após a outra, foi a prática mais usada pelos fazendeiros, para “vencer pelo cansaço”, confirmam os moradores ao falar de todo o processo vivido por eles ao serem expulsos dessas fazendas:

Meu pai nasceu na Fazenda Itacaera, viveu na Fazenda Camurugipe e Passagem Grande. Quando o Alemão comprou, foram expulsando todas as pessoas que viviam nessas fazendas. Primeiro elas foram para a Rua do Açú e depois para Tiririca e Barra do Pojuca. Pra expulsar as famílias, eles queimavam as casas, também matavam os bichos. Meu pai tinha cinquenta tarefas e deu a cada filho dez tarefas, alguns irmãos trocaram por cachaça. Todas as famílias que vivem aqui no Barreiro nasceram aqui mesmo, nessa fazenda, era a fazenda do Dr. Licurgo que deu pra gente um quarto de terra, quinze por quinze braças. Todos pagavam renda da casa de madeira, da mandioca e plantava coco. Quando ia pagar a renda da terra, as mulheres faziam o pagamento primeiro que os homens... As fazendas eram uma coisa boa para os fazendeiros, eles nada faziam e ainda recebiam a renda.

A construção da barragem Lagoa do Aruá pela imobiliária Açú da Torre, a partir de 1985 e concluída em 1993, é um marco significativo de impacto sócio-cultural, pois antes havia ali brejos e nascentes usados pelo coletivo da população, assim comentam os moradores, como se confere na foto 1:

Todo ano iam ao Açú para pagar a renda da terra as duas irmãs, Maria Antonieta e Gertrudes Nair. O marido de uma delas vinha consultar o povo e elas viam receber a renda da terra. O meu bisavô e os avós também nasceram, criaram e morreram aqui. A minha avó materna, Margarida, era uma cabocla, filha da índia Maria da Fazenda, pariu 22 filhos. Morava na Fazenda, Passagem grande que ficava na parte mais alta do Barreiro... Foram sendo expulsos depois da barragem.

Ao perder as terras, restou o êxodo rural dos mais novos em busca de emprego nas cidades:

Eu abandonei a terra da Sapiranga porque não agüento mais trabalhar, estou velho e fraco para esse trabalho, na roça e os filhos não querem saber da roça, foram para a cidade de Camaçari e Salvador procurar outros trabalhos.

Uma vida inteira gasta nos trabalhos das fazendas para ser mandado embora da terra sem direito algum:

O meu pai era carpinteiro. O avô paterno Adão Gregório era trabalhador na Fazenda Praia do Forte. Fazia cerca de arame da Fazenda e vivia de botar roças. Ainda jovem foi para Salvador à procura de trabalho e sua mãe foi obrigada pela Fundação [Fundação Garcia D'Ávila] a vender as terras, mas não recebeu dinheiro nenhum. Agora eu luto para retomar as terras.



Foto 1 - Visão panorâmica do Loteamento Açú da Torre, 1993.
 Autoria: Foto cedida por moradores em 2002

Outros moradores continuam carregando o sentimento de que vão ser retirados da terra de qualquer forma:

Depois que a FGD chegou aqui começaram as proibições: não fazer mais roças, querer tirar a gente daqui de toda forma, não pode fazer a casa dos filhos, proibiam de tudo vieram três vezes na minha casa, o Adriano Paiva, para proibir de construir a casa dos meus filhos. Aparece para ameaçar. Se eu não posso construir no meu quintal, como, então eu me sinto?

A pressão exercida pelas novas construções em suas terras é fator definitivo para a expulsão:

Os parentes do meu marido estão nessas terras há mais de 150 anos, pagaram renda até 1974 quando a Fundação não quis mais receber o fóro para expulsar a gente daqui. As casas grandes do Hotel estão chegando cada vez mais perto, pra tirar a gente daqui vai custar muito. Os posseiros mais velhos estão todos morrendo de pressão alta e diabete, vendo a hora de não ter onde morar.

O trabalho na Fundação e no Hotel sempre foram formas de perseguição. E na comunidade, resta apenas o trabalho de caseiros:

Sempre trabalhei na roça e também trabalhei no Hotel Praia do Forte, quando descobriram que sou da comunidade, me mandaram embora. Agora sou caseiro numa casa na Barragem, os patrões são da Alemanha misturado com paulista, mas o que eu gosto mesmo é do meu, a roça de mandioca,

aipim e só não planto feijão porque a terra está fraca, toda coberta de coqueiro e o coco caiu de padrão, está de graça. Já fizeram muita coisa ruim com a gente pra tirar daqui, cortavam jiquis [instrumento de pesca] da gente no rio, botavam pra fora das roças, davam coisas bobas pra tomar as terras e ainda dão e teve muita gente que recebeu essas migalhas e perdeu tudo, tem pouco tempo que acordamos pra tudo isso.

As “roças” são citadas em todos os depoimentos, constatando o que elas significavam para a vida e organização das comunidades. A roça significa a sobrevivência do grupo:

Nasci aqui na fazenda Camurujipe, no Município de Mata de São João. Na fazenda, a gente fazia duas roças por ano, uma no verão e a outra no inverno. Cada família fazia a sua e era ajudado pelos outros, ninguém passava fome. A gente botava roça em todo lugar, dependendo da época do ano.

A miséria veio junto com o Alemão (Klaus Peters). A polícia veio para dentro das roças, arrancou a mandioca e acabou com tudo que tinha. A gente plantava mandioca para farinha e o beiju. É bem assim, gente pobre não tem lugar certo. Se não está dando certo aqui, procura logo outro lugar. Foi assim que as famílias foram saindo da fazenda Camurujipe. E olhe que eram muitas famílias. Por exemplo, a família de Benícia Batista dos Santos que tinha sete filhos, todos casados e com sua moradia lá. Era preciso andar o dia todo e mesmo assim não chegava ao fim das terras da fazenda. E era toda cheia de famílias. As casas de moradia foram ficando velhas, e ninguém podia tirar madeira pra consertar as casas e nem fazer mais as roças. Foi assim que uma por uma das famílias foi abandonando as terras pra não morrer de fome e nem morar no tempo.

As constantes proibições transformaram essas populações em famintos e mendigos em um espaço de ricos empreendimentos:

Meu marido era o encarregado da fazenda Camurujipe por muitos anos. Numa parte da fazenda onde a gente morava e nela tinha nossa casa, a casa de outros moradores e a casa de farinha. Existia a casa grande da fazenda e muitos outros moradores e todos criavam porcos para fazenda.

Aqui era tudo mata, não tinha capim, tinha muitas frutas (bananeiras, jaqueiras, mangueiras e outras frutas).

Tomaram conta da fazenda, tomaram conta das casas e da terra. A gente começou a passar fome. Foi assim que fomos obrigados a sair de lá, sem terra e sem casa pra morar com os filhos pequenos.

Depois de tantos anos de trabalho na fazenda, o meu marido ficou doente e morreu. Não recebemos nada. Não podíamos ficar lá, então fomos obrigados a sair de lá. Durante alguns meses, o responsável pela fazenda dava uma migalha pra ajudar nas despesas dos cinco filhos, mas sem terra pra plantar não dá.

Da fazenda Camurujipe a gente se mudou para a fazenda Itacaera, tivemos que sair de lá, também. A gente não tem documento nenhum dos tempos que trabalhou nestas fazendas.

Resta na consciência dessa população o valor da terra e dos lugares, as histórias das pessoas e as causas dos sofrimentos por perder a terra:

Nasci na fazenda Camurujipe em 1944 e sou filha de Isac Alves, nascido em 1912, também na fazenda Camurujipe.

A fazenda era uma mata de frutas. A gente vivia da criação de porcos, cabras e gado.

Minha avó já morava na fazenda e meu avô, também, e morreram lá. Outras famílias moravam em diversos pontos da fazenda: os Falcão, os Dias e os Alves, era muita gente dessas três famílias. E todos são negros.

A minha mãe nasceu em 1892 e morreu em 1972, ela era a única da fazenda que sabia escrever e numa caderneta anotava os nascimentos e morte de todos na fazenda. Ela era parteira.

A gente saiu da terra porque a casa de palha e barro botaram fogo. Ai não deram mais um lugar pra fazer a casa e botar as roças. Muita gente ficou doente de desgosto e depois ficaram malucas. Todos foram saindo pra não morrer de fome. Perdendo tudo o que fizeram durante as suas vidas. Mataram nosso gado com tiro e a gente não podia mais criar nada. Vendemos o resto do gado e todos os bichos, assim não podíamos mais ficar lá. Os parentes que sobraram estão espalhados morando em Morrinho perto de Barra de Pojuca.

As marcas da escravidão estão na terra e na consciência de muitos deles:

Na fazenda tinha engenho, os tachos eram grandes e de ferro, também os tanques. Tinham que ser lavados, eram enormes.

Meu avô era o destilador do engenho, era muito sabido. Só restou as paredes dos tanques.

Meu pai era negro, por isso saí assim, negona. Ele contava que quem fizesse qualquer coisa errada na fazenda era mandado embora sem direito a nada. E antes era um lugar de escravos.

Essa terra era dos índios. Existe a fonte “malassombrada”. Debaixo das pedras saia berros e havia encanto. O primeiro local que colocaram energia aqui foi na barragem, em 1996.

Sonho com os quintais de bananeiras, com as roças, com a criação de bichos e com a água boa lá na fazenda Camurujipe. Também sonho com a árvore de quiri muito grande na porta da casa, dessa árvore fazia o cabo de machado, foice e de outras coisas; lembro das dificuldades quando alguém ficava doente, imagine tirar de lá e levar pra Salvador. Muitas doenças eram curadas com folhas e banhos. Foi isso que a gente perdeu, está desaprendendo das nossas lembranças.

A partir desses depoimentos, entende-se que todas as famílias mais antigas, residentes na área, até antes de 1981, estavam locadas nas diversas fazendas, e que fora o processo de venda, grilagem e outras estratégias, que aos poucos foram expulsando, desarticulando e segregando-as em pequenos sítios, onde hoje estão assentadas, podendo relatar esse longo processo de resistência.

2.6 A EMPRESA AÇU DA TORRE: EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO

Uma violenta fase de especulação imobiliária atingiu indiscriminadamente o Litoral Norte da Bahia nos anos 1980; vários depoimentos confirmam esse processo.

O Presidente da Associação de Pescadores de Praia do Forte, afirma que desde maio de 1980, vem lutando contra esse processo de grilagem, onde grandes companhias imobiliárias tomaram conta da orla marítima, expulsando impiedosamente os pescadores, fechando as praias de modo geral, destruindo as suas comunidades e, acrescenta ainda que esses trabalhadores são obrigados a morar há vários quilômetros das praias, ou migrando para as cidades, tendo como resultado o inchaço das centenas de favelas que se acentuam nos centros urbanos. E isso tudo foi sendo acentuado com a omissão e, às vezes, a cumplicidade dos órgãos competentes municipais e estaduais, através de decretos e leis.

Toda a faixa litorânea do município de Mata de São João, onde as comunidades tradicionais estão inseridas, foram completamente descaracterizadas pelo processo de instalação da infra-estrutura para o turismo e loteamentos imobiliários que não só prejudicaram a vida dessas comunidades e introduziram novos hábitos, mas também lhes roubam as terras e a identidade cultural.

Um caso concreto desse processo é o Loteamento Quintas do Castelo da Torre, situado, desde 1980, no distrito de Açú da Torre, que se estende até as comunidades de Pau Grande e Barreiro, criado pela prefeitura na gestão do Coronel Ladislau Reis Souza e a Imobiliária Açú da Torre Empreendimentos Imobiliários LTDA, em dezembro de 1981, como podemos ver na figura 8, onde se constata o loteamento em volta da Lagoa Aruá. Nessa área estão localizados dez brejos ou nascentes de uso comunitário. Como resultado desse acordo, a população aí residente não é sequer mencionada.

Relata o termo de acordo do memorial descritivo, de acordo com a lei municipal 18-77, feito entre a prefeitura e a empresa Açú da Torre Empreendimentos Imobiliário LTDA, que os proprietários disseram que “sendo legítimos proprietários da Fazenda Retiro devidamente registrada”, pedem aprovação de um projeto para lotear parte das terras dessa fazenda, a primeira etapa do loteamento, que abrange as terras de Açuzinho ao Pau Grande, envolvendo as áreas das nascentes.

A prefeitura considera a licença para a implantação do Loteamento Quintas do Castelo da Torre, com 584 lotes, ficando obrigada a imobiliária a executar, às suas custas, todas as

obras de infra-estrutura, inclusive a execução de obras de construção da represa e saneamento em suas margens, bem como a execução das obras de saneamento das nascentes mananciais.

Na cláusula décima sexta do termo de acordo, a prefeitura “isenta por três anos do imposto territorial a imobiliária, sobre o lote ou glebas parceladas e ainda não vendidas”. Na verdade, a imobiliária não tem arcado com os tributos de lotes não vendidos.

No termo do acordo, já analisado, nem a prefeitura, nem a imobiliária propõem alguma mudança dessa população para um outro local. O processo de ocupação das terras tem sido justificado para vencer a resistência dos moradores das comunidades Pau Grande e Barreiro, com promessas de emprego. As populações foram surpreendidas com cercas, dividindo e demarcando lotes já vendidos, perdendo suas áreas de roças.

A imobiliária lança a segunda etapa em dezembro de 1985, com mil quinhentos e oitenta e oito lotes (de cinco mil metros quadrados), aprovado pela Prefeitura de Mata de São João, através do decreto nº 130/85, mantendo as mesmas regras anteriores. De acordo com o decreto, haveria “área destinada à construção de equipamentos municipais”, na quadra 19; na realidade esses lotes nunca existiram. Para esse empreendimento, as comunidades de Pau Grande e Barreiro não existem, conforme mostra o croqui, figura 8.

Essas comunidades representam uma cultura que deve ser preservada, principalmente do ponto de vista do patrimônio histórico, pois nossa colonização se deu a partir do litoral, comenta Nascimento (1992, p. 24). E ainda porque essa “área é rica em sítios arqueológicos dos povos pré-cabralinos, dos verdadeiros donos dessa terra”. Continua esse autor, porque “nada temos escrito sobre os povos Sambaquis na costa baiana, visando à preservação do patrimônio dos povos indígenas que viveram nessa região” e do próprio resgate da memória desses povos.

Para Martins (1980, p. 35), a concentração fundiária é um processo que vem se estreitando ao ponto de a propriedade da terra vir a se tornar inacessível a um número crescente de lavradores que dela necessitam para trabalhar, e não para negociar. Esclarece ainda o mesmo autor que, desde 1950, vem se agravando essa proporção, o que indica que um número crescente de lavradores não tem terra e para consegui-la deve pagar uma renda ou invadi-la. Para esse autor, a questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e exploração. Essa expropriação constitui uma característica essencial do processo do crescimento do capitalismo, é um componente da lógica de reprodução do capital.

Necessariamente precisa-se ter clareza nesse estudo sobre a terra para não confundir a propriedade capitalista e a propriedade familiar. Essas correspondem à terra apropriada pelo turismo e pelas imobiliárias, terra de negócio, e às terras de trabalho dessas comunidades que estão sendo expropriadas nos últimos trinta anos.

Os depoimentos feitos por Felipe, descendente de ancestrais antigos dessas áreas, qualificam as diversas etapas desse processo de expropriação, experimentado por essas populações:

Nasci na beira do Rio Pojuca, perto do Castelo. Minha mãe era da terra e o meu avô por parte de mãe era um índio chamado Elias Bispo do Nascimento, morreu com cento e cinquenta anos em 1944. Ele era da Lagoa dos Prazeres do Rio Pojuca. Daí ele foi para Tiririca, para sua outra morada, seguia o rio. Nesta época a palavra é que valia. Até um cabelo da barba valia como documento.

Depois os terrenos começaram a ser arrendados, já eram do coronel Otacílio. Não pagamos mais renda porque o meu pai era trabalhador da fazenda. Era tratado como o dono da terra. Ele deu essa terra pelo trabalho do meu pai. Ele era um pescador. Tinha muito peixe no rio e no mar. Nem salgava. Só pegava a quantidade do dia.

Com a chegada de Klaus Peters, com o hotel para o turismo, e com a presença da Imobiliária Açú da Torre, o que aconteceu com as terras das três comunidades, relata Felipe e se verifica na Foto 2:

Quando Klaus Peters pegou as terras, não havia mais trabalho pra ninguém. Daí muita gente foi embora. Não dava mais serviço, não havia mais roças e nem roçagem de coqueiro. E muita gente era empreiteiro aqui dentro, mas só no depósito de coco se pagava diária, era um só depósito bem grande em Praia do Forte. Eu trabalhava tirando coco, oitenta a noventa coqueiros por empreitada. Zuca só trabalhava na foice e bionga (estrovenga). Este sítio era uma parte de dona Sérgia e a outra parte de cá foi Maria Antonieta que me deu. Fiz a casa de sopapo e paguei renda. Quando ela vendeu, disse pra não incomodar os posseiros. Lotearam a parte da Lagoa Aruá (1985) onde estão as nascentes e os brejos para os “barões”, e os que moravam em volta da lagoa saíram para área de cá de cima. Aí muita gente perdeu as terras em volta da lagoa, isso aqui era muito grande, é muita terra. Tomaram as terras daqueles que não cercaram. Quando deram conta do que estava acontecendo, já estava tudo loteado.



Foto 2 – Lagoa Aruá, desaparecimento das nascentes com a construção da barragem, 1993.
Fonte: Morador de Pau Grande.

Sobre a presença da Imobiliária Açú da Torre, comenta ainda, como ela avançou pelas terras que não tinham cercas daí ocupando as áreas, inclusive os espaços das nascentes, conforme se observa na Foto 3:

O Dr. Licurgo e Maria Antonieta davam roças para plantar no local marcado pelo fiscal, o vigia deles. E aconselhavam plantar coco para não pegar os dela. Mandava plantar coqueiro e cobrava a renda dos coqueiros, da mandioca e da madeira. Quando a terra foi vendida, eles não queriam ninguém aqui dentro. Queriam expulsar. Como não conseguiram expulsar, venderam para o loteamento Quintas do Castelo da Torre, que é o nome deste loteamento.

A Maria Antonieta morava no Rio de Janeiro. Quando o Dr. Licurgo morreu, essas terras ficaram aí abandonadas. A Fundação foi botando cerca e avançando pelos terrenos todos (Felipe, 04/08/2006).

“As fazendas eram uma coisa boa para os fazendeiros, eles nada faziam e recebiam a renda”. Este comentário de Bernardino, morador da área, coloca de volta a problemática da terra no Litoral Norte da Bahia, resultado desse processo da formação e expansão do grande

latifúndio em fazendas de gado. Durante quatro séculos, foi perdendo gradativamente essa importância e muitos dos fazendeiros abandonaram o campo, centrando suas atividades na cidade do Salvador em busca de outras atividades mais lucrativas. Essa região se tornou um vazio demográfico e econômico. Esta superfície e seus recursos ficaram aí esperando valorização. Ao serem desativadas as fazendas de gado, a mão-de-obra dos moradores, os encarregados das fazendas não havia, portanto, necessidade dessa mão-de-obra. As famílias dos encarregados foram transformadas em foreiros¹⁷, pagando renda da terra com plantio de mandioca, replantando as grandes fazendas com coco, criando porcos e entregando o resultado desses trabalhos ao final de cada ano aos fazendeiros. Viveram essa aparente situação de calma até o início da década de 1960, quando vivenciaram o processo de reconstituição do latifúndio, através de diversos mecanismos.



Foto 3 - Instalação da barragem na área, de uso coletivo, Lagoa Aruá 1993.
Fonte: Moradores do Pau Grande.

Os elementos desta nova concentração territorial foram muitos, pois as necessidades e políticas no espaço abriram outras e novas perspectivas de desenvolvimento para o Litoral

¹⁷ Aquele que paga a renda da terra.

Norte. Esses mecanismos de ordem política e econômica se revelaram nas concessões territoriais feitas por governos, afetando tanto as terras públicas como as comunitárias. As terras públicas foram passadas para as mãos de comerciantes e políticos, subdividindo várias vezes o próprio município. O município de Mata de São João tem uma grande concentração territorial. Pequenos e médios proprietários e até mesmo comunidades antigas vão desaparecendo muito rapidamente, principalmente nas proximidades da orla marítima, nas proximidades dos complexos hoteleiros, condomínios e reservas particulares, muito rapidamente.

Conclui-se que há, no Litoral Norte da Bahia, um processo de concentração de terra muito grande, conforme índice do GIN, gestado no período da colonização e acentuado nos anos de 1960 que chega aos dias atuais mantendo-se estreitamente relacionado às conjunturas do capitalismo mundial, dos seus tentáculos enterrados em várias partes do mundo. Haja vista a diversidade de espaços-território de grandes grupos hoteleiros e empresas nacionais e estrangeiras, no Litoral Norte, aqui relacionados: LAYONDELL (TIBRÁS), em Camaçari; o Condomínio Quinta das Lagoas, do grupo português ANTAEL, em Guarajuba; Eco-resort, do grupo Espírito Santo, também português, e Iberoestar (espanhol), em Praia do Forte; Reta Atlântica (português) e Reserva Imbassaí, de grupos portugueses, e entre as duas últimas um grupo italiano, em Imbassaí; Complexo Sauípe (Fundação Banco do Brasil e Odebrecht), em Sauípe, no município de Mata de São João; e PACAB (portuguesa) em Massarandupió, município de Entre Rios. Esses empreendimentos estão localizados na área costeira sobre ecossistema de restinga e liberados pelo CRA e IBAMA.

2.7 CONTRADIÇÃO ENTRE A FILOSOFIA E A PRÁTICA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

O atual momento histórico pede uma reflexão mais profunda sobre o paradigma ecológico e da sua proposta filosófica de desenvolvimento sustentável, já que o manejo dos parques e reservas nacionais, públicos e privados, baseiam-se em dois inquestionáveis pensamentos norte-americanos sobre a natureza selvagem: a crença monumentalista de que o

mundo selvagem tem de ser grande e contínuo e que toda intervenção humana é necessariamente negativa para conservação da biodiversidade, conforme Guha (2000, p. 95).

Esses pensamentos, na verdade, foram responsáveis pela criação de grandes santuários ecológicos, cobrindo espaços extensos, levando total proibição da entrada de humanos em espaços específicos e da exposição de outros ao turismo ecológico, também definido como ecoturismo.

Diversos estudiosos, ao comentarem esses pensamentos, classificam de gigantismo e de exclusão humana, ainda que freqüentemente associados ao jargão da ciência biológica, são pura e simplesmente preconceituosos. Como justificar a presença exclusiva da fauna e flora como sendo mais importante, num determinado espaço que a preservação de comunidades antigas?

Este pensamento tem privilegiado a formação de redes de solidariedade, colocando em cena novos agentes sociais como as Organizações Não Governamentais (ONG's), os empreendedores ecologistas, associações (pescadores, comerciários e moradores), empresas, pesquisadores e comunidades antigas. As ONG's, atuando nos vazios deixados pelo Estado e mercado, criam uma nova ordem social.

A atuação desses agentes e as suas influências nos diversos setores da sociedade e nas relações internacionais, assim como fomentar o conteúdo ideológico que orienta o discurso e as práticas, são marcadas por contradições e conflitos entre os grupos recentes e antigos no espaço. Destaca-se também o papel e o poder da mídia, agente responsável pela reprodução e propagação do pensamento ideológico das classes dominantes e pela manipulação do imaginário coletivo.

2.7.1 Marcas históricas das práticas de intervenção no espaço pelo ecologismo

A conservação da vida selvagem não é somente extensiva, é também um grande negócio globalizado, em resposta a um mercado turístico mundial crescente, baseado na natureza e pressionado por interesses internos e externos. Os grupos sociais que alimentam a idéia de conservar a vida selvagem, segundo Guha (2000, p. 82), são cinco:

1. os moradores da cidade e turistas estrangeiros que tomam algum tempo de férias para visitar o mundo selvagem. Seus motivos são diretos: prazer e recreação;

2. as elites governamentais que vêm na proteção de um animal (tartaruga, baleia, por exemplo) a veneração de um símbolo de prestígio nacional;
3. organizações ambientalistas internacionais como IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais ou *World Conservation Union*) e WWF (*World Wildlife Fund*) que trabalham para educar os indivíduos nas virtudes da conservação biológica;
4. funcionários dos serviços de parques e reservas. Motivados pelos privilégios que podem extrair dessa atividade (salários, cestas básicas, cursos, fardas e gorjetas);
5. os biólogos que acreditam na importância da vida selvagem e na preservação das espécies por causa da “ciência”.

No processo histórico de conservação, esses cinco grupos se unem pela hostilidade para com os camponeses, pastores e caçadores, grupos que habitaram e habitam o espaço antes da criação dos parques e reservas. Defendem a idéia de que essas comunidades humanas são responsáveis pelos efeitos destrutivos sobre o meio ambiente e suas formas de vida são responsabilizadas pelo desaparecimento de espécies e florestas, não sendo capazes de enxergar o seu próprio bem e o de outros que precisam dessa mesma natureza. Esse preconceito alimentou inúmeros projetos de conservação ao redor do mundo, visando o estabelecimento de áreas protegidas, expulsando seus habitantes sem nenhum respeito ao seu passado e futuro, em nome da herança global da diversidade biológica, segundo Guha (2000, p. 83).

No Brasil, há a influência dessas duas correntes, principalmente a norte-americana que, em 1872, cria o primeiro parque nacional do mundo, o *Yellowstone*, um lugar onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades. Conforme Diegues (2000, p. 04), essas idéias foram precursoras do que hoje se denomina de desenvolvimento sustentável. Sobre essa influência, no Brasil, são criados vários parques de preservação da natureza, tendo início, em 1862, com a criação do Horto Florestal da Cantareira, em São Paulo e a Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, em 1896. Com a elaboração do Código Florestal Brasileiro, em 1930, são instituídos os parques nacionais: o Parque Nacional de Itatiaia (1930) e o Parque da Serra dos Órgãos e de Iguaçu (1939).

Tomando como base o modelo norte-americano conservacionista, também foi criada a maioria dos parques e reservas ecológicas no país, nas décadas de sessenta e setenta,

exatamente no período do regime militar. No final da década de noventa, já existiam cerca de trinta e cinco parques nacionais e é também neste período que emerge o novo ecologismo.

A corrente do movimento ambientalista surge aí, associada aos movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra e aos recursos naturais, por parte de camponeses, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta, atingidos por barragens e por setores do ambientalismo do terceiro mundo, para os quais a crise ambientalista está associada à crise do modelo de desenvolvimento político-econômico concentrador de riquezas, gerador de desigualdades sociais, reveladas através da miséria crescente e da degradação ambiental, conforme Diegues (2000, p. 17).

A partir dessa mobilização e pressão dos movimentos sociais, o governo federal decretou a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, em dezembro de 2004, tendo como objetivo a implantação de políticas nacionais especificamente dirigidas para essas comunidades. Segundo Almeida (2004, p. 02):

A expressão “comunidades”, em sintonia com a idéia de “povos tradicionais” deslocou o termo “populações”, reproduzindo uma discussão que ocorreu no âmbito da OIT em 1988-89 e que encontrou eco na Amazônia através da mobilização dos chamados “povos da floresta” no mesmo período. O “tradicional” como operativo foi aparentemente deslocado no discurso oficial. Em verdade, o termo “populações”, denotando certo agastamento, foi substituído por “comunidades”, que aparece revestido de uma dinâmica de mobilização, aproximando por este viés da categoria “povos”. Seus representantes passaram a ter instituídas suas relações com os aparatos de poder e integrarão a mencionada Comissão, consoante o art. 2, inciso 2 do referido decreto, cuja finalidade precípua consiste em estabelecer uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Por mais que estes termos e expressões estejam se tornando lugares-comuns do discurso oficial pode-se asseverar que o sentido “terras tradicionalmente ocupadas”, encontra-se entretanto, implícito.

Nos parques e florestas tropicais brasileiras, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, pescadores artesanais, remanescentes de comunidades quilombolas, chamadas por alguns autores de comunidades tradicionais e por outros de comunidades antigas, pois portadores de uma outra cultura que tem as suas próprias histórias e mitos, resultantes de suas relações com a natureza, diferentes daquelas que são vividas nas sociedades urbanos-industriais.

Uma das características dessas comunidades é o tipo de organização econômica e social marcada por reduzida acumulação de capital, pobreza, usando a força do trabalho

coletivo, e não a assalariada na produção de sua subsistência. São produtores independentes, envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como a agricultura, pesca, coleta e artesanato. Usam recursos naturais renováveis. Outra característica importante é a do domínio do conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares e convívio harmonioso, dentre outros.

Para Almeida (2004, p. 02), as características dessas comunidades estão voltadas para as relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social.

Tanto podem expressar um acesso estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas relativamente transitórias características das regiões de ocupação recente. Tanto podem se voltar prioritariamente para a agricultura quanto para o extrativismo, a pesca ou para o pastoreio realizados de maneira autônoma, sob forma de cooperação simples e com base no trabalho familiar. As práticas de ajuda mútua, incidindo sobre recursos naturais renováveis, revelam um conhecimento aprofundado dos ecossistemas de referência. A atualização destas normas ocorre, assim, em território próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como “nômades” e “itinerantes”.

Um critério importante para a definição de culturas ou comunidades antigas, além do modo como elas vivem é o reconhecimento como integrantes daquele grupo social particular. Diegues e outros autores argumentam que para as populações tradicionais é incompreensível que se permita a entrada de turistas, quadrecículos e motocross, ao mesmo tempo em que se nega a permanência dos posseiros que vivem nas áreas há muitas gerações e que, pelo seu modo de vida, não podem ser responsabilizados pela poluição dos rios, dos brejos, pelo desmatamento das florestas e, ainda, pelo desaparecimento das espécies vegetais e animais que nelas vivem.

Conclui-se que o ecoturismo, realizado em parques, reservas e áreas de proteção ambiental rigorosa e unidades de conservação, está ainda imbuído do mito da natureza intocada e selvagem. O ecoturismo, aplicado na área em estudo, ao contrário ao turismo de massa, é elitista e excludente, reservado apenas para aqueles poucos privilegiados que, através de agências turísticas especializadas, encomendam e compram pacotes prontos.

A área de estudo apresenta, de forma específica, “característica e problemas próprios” de áreas destinadas à preservação e conservação, como conflitos permanentes entre a população antiga e os grandes proprietários fundiários e o Estado. As relações são conflituosas e reveladoras de profundas contradições que se refletem no discurso, bem como na prática desses agentes, visivelmente percebida na organização sócio-econômico-espacial.

Nas comunidades Tapera, Pau Grande e Barreiro, vizinhas de Praia do Forte, o processo de apropriação, controle e gestão territorial aconteceu e acontece segundo uma perspectiva ecologista, usando o discurso preservacionista e conservacionista e uma prática de privatização e controle de acesso às áreas verdes, aos parques florestais, rios, praias e lagos. Essa apropriação se utiliza de leis e decretos estaduais em que os atuais proprietários da fazenda Praia do Forte passaram a restringir e proibir a utilização dos recursos naturais pelas populações dessas comunidades antigas no espaço e cobrar taxas para os visitantes e turistas para que possam usufruir também desses recursos, conforme Sobrinho (1998, p. 63).

Essa autora, analisando o turismo em Praia do Forte, pôde constatar que, por trás do paraíso ecológico, estão as populações em situação de exclusão, decorrente desse processo de ecoturismo implantado e da ocupação imobiliária.

O Parque Florestal Garcia D’Ávila foi criado 28 de fevereiro de 1975, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), hoje, Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Segundo a autora, o parque foi criado conforme o decreto Estadual nº24.643 e mediante solicitação dos proprietários. Esta reserva foi transformada, em 1977, em Área de Refúgio Particular de Animais e Plantas Silvestres, pela portaria IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal) nº327/77-P. Essa lei declara e transforma as áreas denominadas por fazendas Praia do Forte, Covão, Camurujipe e Passagem Grande, situadas no Município de Mata de São João-Bahia, segundo o projeto em reserva Sapiranga, da FGD, cuja administração encontra-se a cargo da Fundação, em áreas destinadas à floresta de domínio privado. Sendo floresta de domínio privado, estão sujeitas ao regime de utilização limitada, proibindo qualquer atividade de caça, pesca, corte de árvores, extração de madeira e lenha, coleta e caça de espécimes da fauna e flora silvestres. Pode-se ver, na figura 9, a localização das duas reservas e no espaço entre elas, a lagoa Aruá, dividida em lotes pela imobiliária Açú da Torre.

Ao se apossar dos dispositivos da Lei, a FGD impõe às comunidades proibições diversas, sujeitando essas áreas à designação de áreas particulares que, além das garantias estabelecidas nas referidas leis, estariam amparadas legalmente pelo Código Civil.

As comunidades recebem o Projeto da Reserva Sapiranga, apoiado pelas seguintes proibições específicas, relacionadas no artigo 26 da lei nº4.771/65 e o artigo 10 da lei nº5.197/67, abaixo relacionadas:

- 1) destruir ou danificar floresta, mesmo em formação;
- 2) cortar árvores em floresta;
- 3) entrar em floresta conduzindo armas, substâncias ou instrumentos próprios para a caça proibida ou para exploração de produtos florestais;
- 4) fazer fogo, por qualquer modo, em floresta e demais formas de vegetação;
- 5) soltar balão em locais próximos à floresta ou vegetação;
- 6) impedir ou dificultar a reconstituição de floresta e vegetações;
- 7) receber madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem florestal;
- 8) transportar e guardar madeira, lenha, carvão e outros produtos florestais;
- 9) retirar de florestas pedra, areia, cal ou outra espécie de minerais;
- 10) utilizar, perseguir, destruir, caçar ou apanhar espécies da fauna silvestre.

Quem, por alguma razão, descumprisse as normas acima mencionadas, seria punido com a pena de três meses a um ano de prisão simples ou com multa de uma a cem vezes o salário mínimo. E, em alguns casos, ainda poderiam ser aplicadas as duas punições juntas. Poderiam ter a pena aumentada, independente das previstas no código penal.

A função da FGD foi instituída pelo proprietário da área destinada ao refúgio de plantas e animais. O principal objetivo e fundamento básico da Fundação seria a memória cultural e a preservação da ecologia da Praia do Forte.

Consta no próprio Projeto da FGD que a população local, julgando-se ameaçada pela implantação do respectivo projeto, reage, oferecendo grande resistência à implantação dos trabalhos, provocando constantes agressões ao meio ambiente, bem como inúmeras e incessantes denúncias inescrupulosas. A população, de acordo com o Projeto Sapiranga, apresenta uma real ignorância e falta de interesse em saber as verdadeiras atividades reservadas no Projeto, no transcorrer da aplicação do Projeto Sapiranga.

Por causa dessas resistências, a Fundação fez circular um informativo na esperança de que estes problemas sejam, de uma vez por todas remediados com a compreensão e a paciência dessas pessoas, esclarecendo que o proprietário do refúgio não tencionava usar dos meios legais disponíveis para fazer valer os seus direitos.

Diante desse processo imposto às comunidades, houve reações por parte destas, por ser a terra onde elas estão situadas, vital para a preservação de suas vidas. A população da Tapera, vivendo em condições sub-humanas, utiliza aquele mesmo santuário ecológico para tirar dali seu sustento, plantando suas roças de feijão, milho, mandioca, arroz, banana ou pescando nos rios, especialmente no Rio Pojuca.

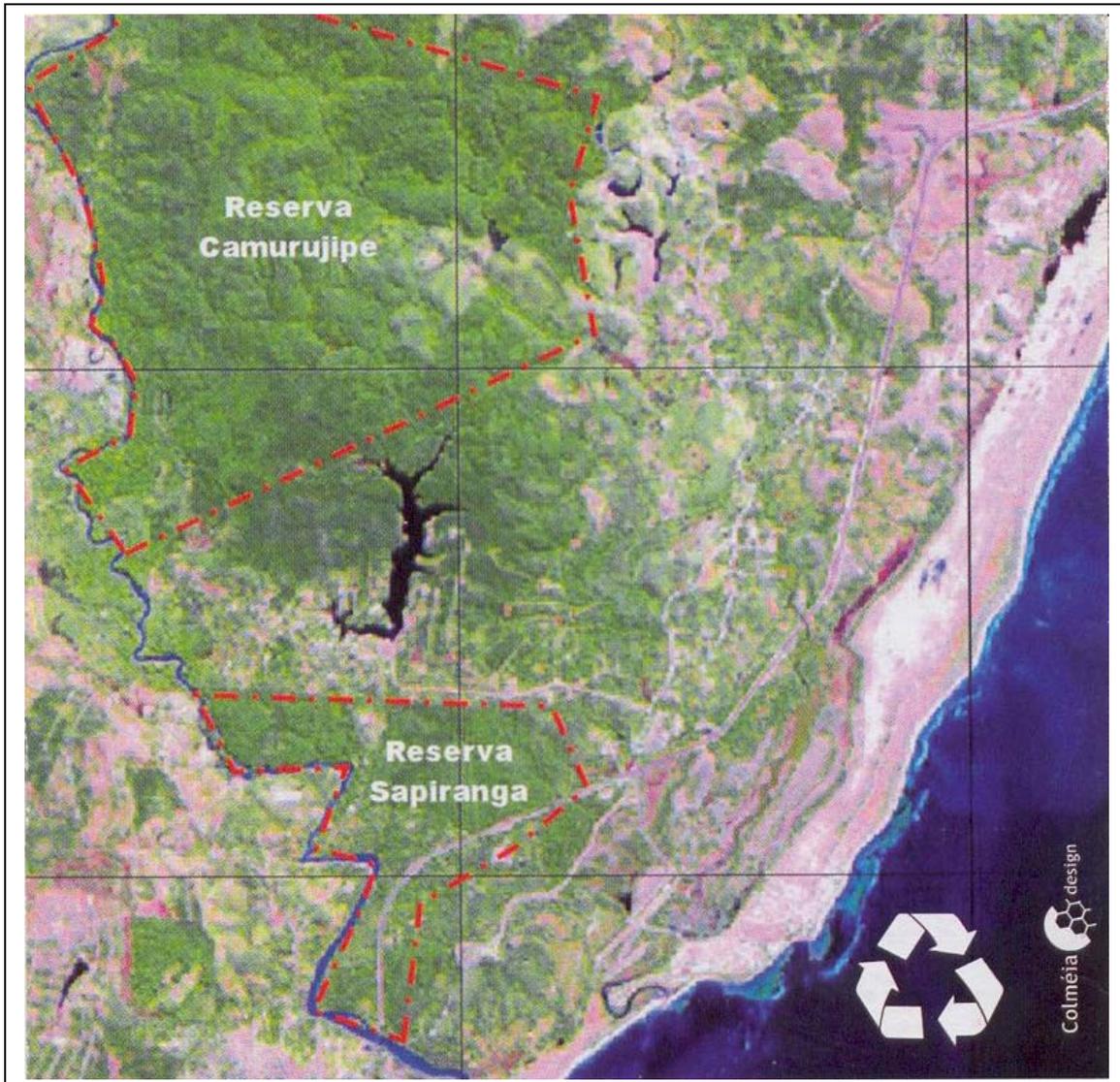


Figura 9 - Reservas Sapiranga e Camurujipe
Fonte: Fundação Garcia D'Ávila, 2007.

Estavam as comunidades diante da seguinte problemática: preservar o homem e garantir a continuação da existência da natureza. O que parece ser mais emergente?, está na discussão do naturalista e ecólogo Jean Ives, na Jornal da Bahia em 31/08/1989:

(...) prevalece é a continuidade do Projeto, assegurando garantia de vida para as cento e setenta e cinco espécies de pássaros, cinquenta de cobras e

cinquenta e quatro tipos diferentes de orquídeas selvagens, sem questionar a fome e a pobreza das trezentas pessoas do local.

Já, segundo a opinião de um morador de Praia do Forte, “Vevé”, irritado diante da situação enfrentada pela comunidade, com a presença de estrangeiros, argumenta, no mesmo jornal citado:

(...) ameaçar gente humilde com armas, para que a caça e a pesca não aconteçam na região e expulsar famílias de posse em nome da ecologia, não é justiça. Primeiro, o homem, sobretudo o nativo que sempre viveu aqui, conhece melhor que qualquer gringo os desejos da terra.

2.7.2 Justificativas para o atual processo

Os elaboradores do Projeto tentam encontrar uma justificativa para a atual situação das reservas da Sapiranga com 533 hectares e da Camurugipe com 1329 hectares no Litoral Norte da Bahia (APA Litoral Norte), sendo elas esclarecedoras dos seguintes aspectos: nessas reservas, vivem preguiça-de-coleira, rãs, tatu-verdadeiro, tamanduá-mirim, capivaras, mico estrela-de-tufos-brancos, iguana, lontra, gato maracajá, papagaio do mangue, pássaros diversos, cuja proteção exige a atenção de guardas florestais e recursos financeiros (segundo folhetos publicitários da FGD).

Além das 50 que habitam a Tapera na área da Sapiranga, 96 residem no Pau Grande, 30 no Barreiro e mais 60 do Cardoso, cadastradas recentemente pelo INCRA. Todas elas de uma forma ou de outra necessitam e usam os recursos naturais dessa área. Enquanto comunidades antigas, vivem no espaço há mais de 200 anos.

A Fundação Garcia D'Ávila, nos últimos 30 anos, procurou expulsar essas famílias, assim como expulsou as 42 famílias da reserva Camurujipe, acusando-as de destruir a floresta e matar os animais. Em resposta à sociedade, essas famílias asseguram que, quando veio o Projeto da “reserva”, eles já estavam aqui “cuidando de suas nascentes”, vivendo de “botar duas roças por ano” e usando a “lenha para cozinhar” suas comidas, pescando e caçando alguns animais. Se as reservas Sapiranga e Camurujipe são preservadas apenas para os animais, por que os turistas são trazidos de quadricículos, carros poluidores e vão construindo condomínios cada vez mais perto das nascentes, rios e praias? Perguntam os moradores das comunidades. Pode-se verificar na Figura 10, o espaço ocupado pelos projetos e o

desaparecimento das comunidades tradicionais, que estão nessas áreas há bastante tempo. Qual é o interesse de fazê-las desaparecer?

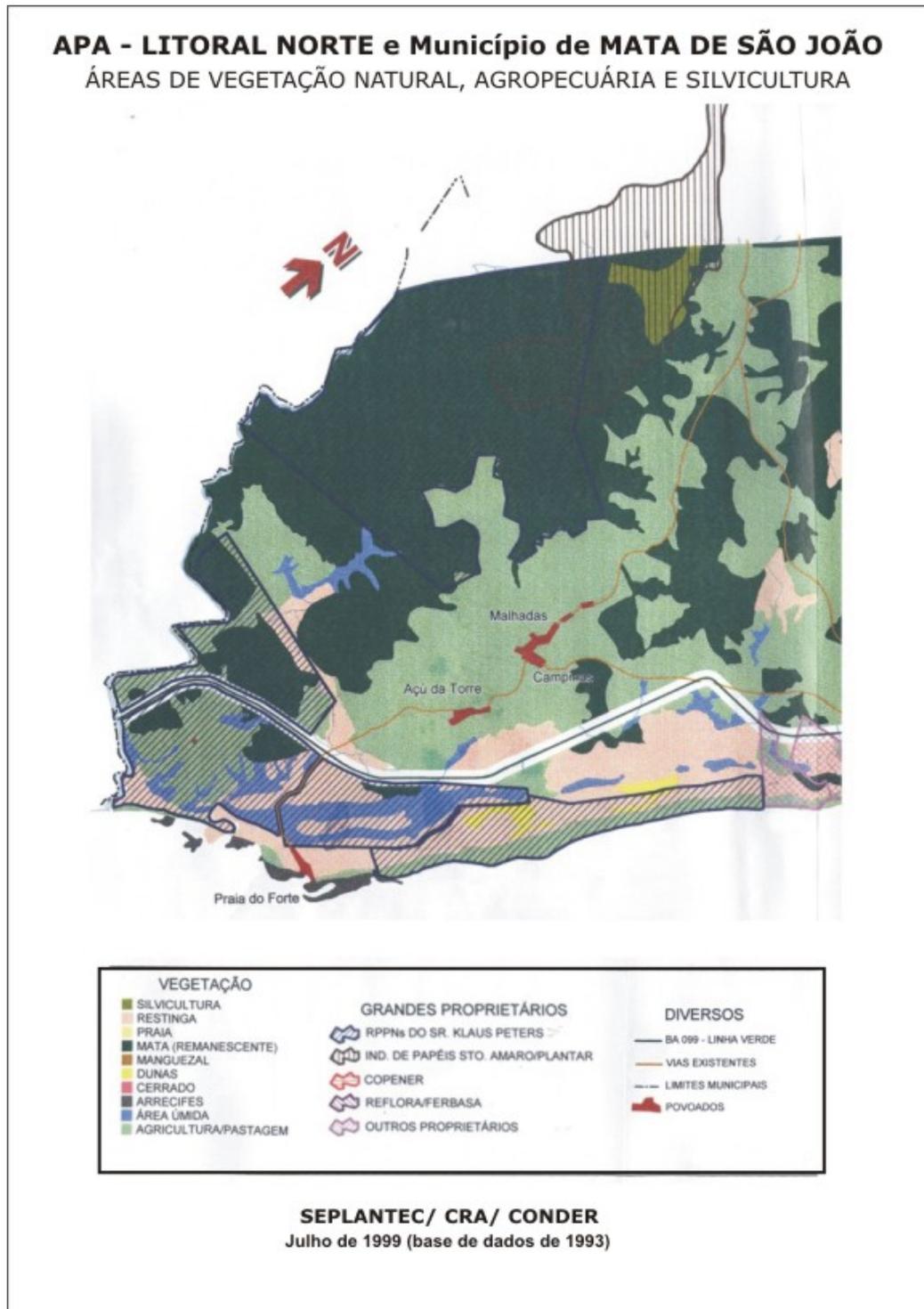


Figura 10 - Ocupação do espaço pelas grandes propriedades.
 Fonte: SEPLANTEC/ CRA/ CONDER, 1999.

Durante os últimos trinta anos em que essas comunidades lutam para continuar nas terras, onde habitaram seus ancestrais, nenhuma organização local os defendeu. Por isso, se perguntam: serão eles os próximos animais em extinção?

Tanto as florestas como os animais e povos antigos conviviam em harmonia. São as demandas das cidades, as segundas moradias e indústrias que pressionam enormemente as reservas florestais; e uma espécie após a outra é acrescentada na lista de espécie em extinção.

As comunidades antigas de agricultores-pescadores foram transformadas, nesse processo, em ameaça às reservas, ao passo que os reais agentes de destruição das reservas, rios, manguezais, os especuladores de terras e os políticos, são ignorados. Enquanto os especuladores fazem seus projetos, eles não refletem sobre o estilo de vida de uma parte pequena da população, são os ricos que impõem maior pressão sobre os recursos naturais e a mais de dezenas ou milhares de comunidades antigas. Enquanto os “planos escondidos” para despejar as comunidades estão de pé, várias empresas internacionais são bem vindas para construir seus hotéis, reservas particulares, na área costeira da Praia do Forte ao Sauípe. O que tem acontecido nestes últimos seis anos, principalmente, na APA Litoral Norte, é a abertura de espaço para interesse econômico externo. O modelo de parceria proposto por esses grupos cala as lideranças dessas comunidades antigas com cestas básicas, alguns empregos, enquanto ganham tempo e avançam sobre suas terras.

Pergunta-se: como esses povos podem destruir a floresta? Não têm tratores, não têm carros, apenas jegues e carrinho-de-mão; o que eles podem carregar da floresta são algumas madeiras para refazer suas casas e cercas, continuar suas roças, pesca e artesanato de palha.

O sentimento que aflora nas três comunidades é o de que todas as justificativas, em favor da preservação das reservas, pretendiam, mais cedo ou mais tarde, tirar deles o direito à terra. Porque, quando se trata das moradias secundárias sobre as nascentes e em volta das lagoas, dos hotéis, condomínios e reservas particulares, todas as justificativas necessárias, através de decretos e leis, para a preservação foram esquecidas e vastas áreas são colocadas à disposição dos projetos de desenvolvimento do Litoral Norte, destruindo inúmeras nascentes, uma diversidade imensa de árvores, brejos, contaminando manguezais e rios. Ao analisar esse processo, voltado para o desenvolvimento econômico dessa área, deduz-se ter ele um único objetivo, a venda desses espaços coletivos e preservados por comunidades tradicionais, para grandes condomínios. Comprova-se esse processo na Figura 11, com a implantação do Condomínio Quintas do Castelo da Torre, localizado no mapa na grande área rosa escuro.

Compreende-se com esta experiência que já é tempo de novos enfoques, visando conciliar, de verdade, a ética, o desenvolvimento econômico e a conservação, visto que o

processo aplicado tem deixado um saldo social de expropriados, de crianças, mulheres e homens sem cidadania.

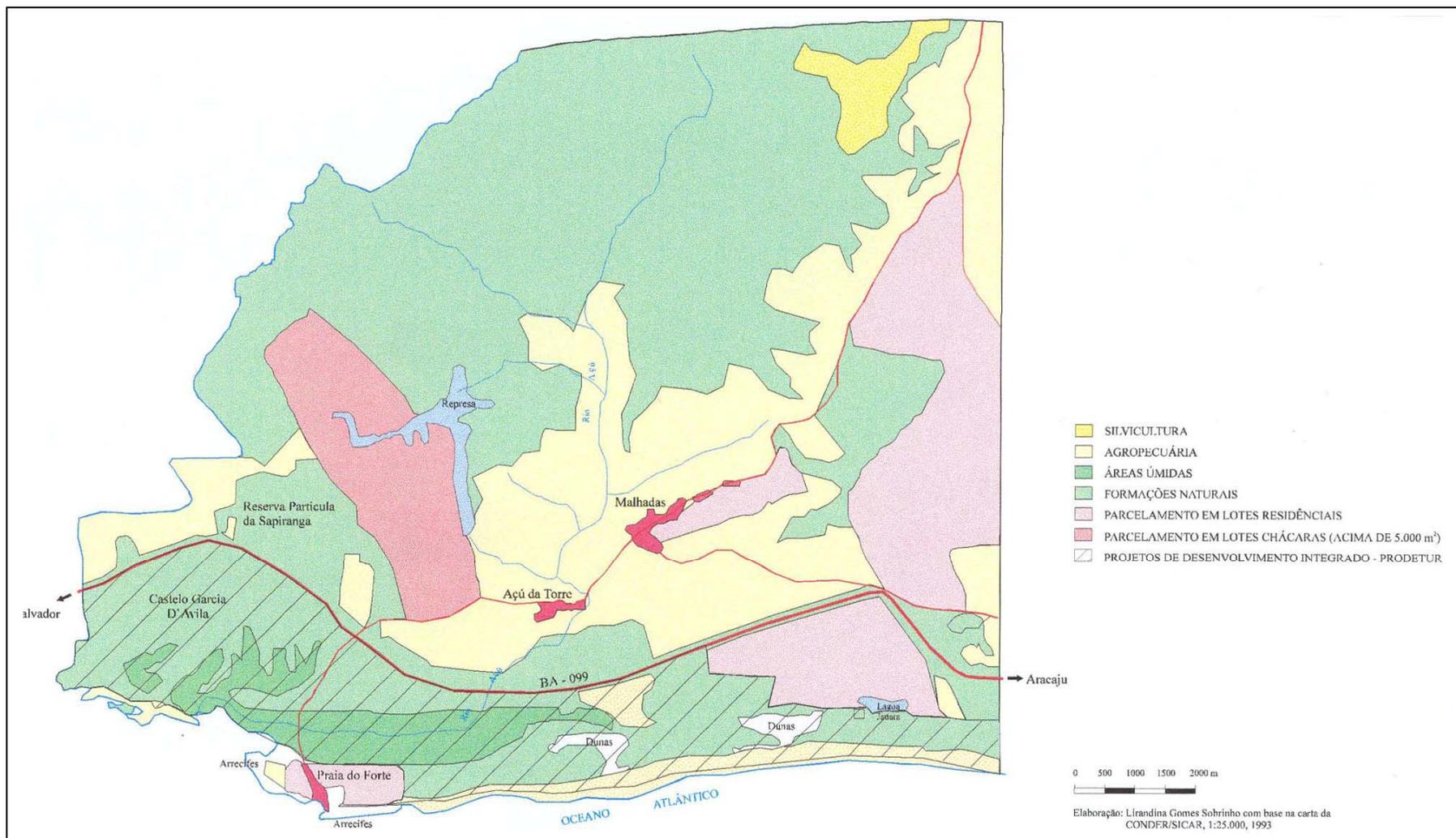


Figura 11 – Parcelamento da área em lotes e chácaras – Quintas do Castelo da Torre, 1998.
 Fonte: CONDER, 1993.

3 RESISTÊNCIA HISTÓRICA: FERRAMENTAS USADAS PARA EXPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO E EXPULSÃO DOS MORADORES DO ESPAÇO

A história dessas comunidades a partir daí é marcada pela violência dos “novos proprietários” que os fazem também desumanizados, não instauram uma outra vocação: a do ser menos como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos, segundo Freire (1987, p. 30). A “grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos” deve ser sempre “libertar-se a si e aos opressores”. Portanto, a luta para transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens e mulheres. Mesmo se encontrando imponentes em face da realidade opressora, como “situação limite”, lhes resta a luta como desafio. Lutar com o objetivo de ser mais. E ainda, “ser oprimido é o resultado de uma relação de violência”, resume Freire (1987, p. 43).

Assim, pode-se constatar, no decorrer deste capítulo, que as práticas de violência e opressão, impostas por grupos econômicos, enquanto comportamento padronizado e legitimado, são respaldadas a partir das propostas oficiais de desenvolvimento econômico, trazidas por eles e pelo Estado, pois não são condizentes com o modo de vida da população, desde seu momento inicial, criando, desse modo, uma enorme insatisfação nas comunidades tradicionais envolvidas por esse processo.

3.1 PROCESSO DE OPRESSÃO E VIOLÊNCIA

Tomando como exemplo o processo histórico de opressão e violência vividas pelas comunidades em estudo, reveladoras de situações-limite, pois qualquer que seja a situação em que alguns homens proibam aos outros que sejam sujeitos de sua busca, se instaura como situação violenta.

A opressão, como cultura, presente no processo de expropriação, constrói e reforça sentidos que a legitimam e justificam. Ela se auto-justifica. E há duas faces da opressão político-econômica-cultural à qual as comunidades de forma específica estiveram submetidas e que se procura interpretar: o sentido (sentimento) ético da opressão e sua introjeção (dialética do escravo), partindo do sentido ético da opressão e de como ela foi sendo introjetada. Para muitos autores, a ética é o “modo pelo qual estabelecemos nossas

relações pessoais, comunitárias e societárias no nosso comportamento no cotidiano”. Faz-se urgente questionar sobre qual é o sentido dessas relações.

Há um questionamento sobre as situações geradoras de exclusão, eliminação e subordinação. Podem-se discutir alguns usos da palavra opressão, aqueles que dizem respeito às relações referidas acima.

3.1.1 Opressão como expulsão ou processo de exclusão do espaço

A forma como se pergunta indica o caminho que se toma para chegar à resposta desejada. Perguntar sobre o sentido ético da exclusão como opressão, não é só inferir a maldade ou a bondade dos atos de exclusão, mas compreendê-los enquanto comportamentos padronizados. Sugere-se ler a padronização estabelecida por uma sociedade que tem pautado suas relações sociais com uma lógica de exclusão. As pessoas e os grupos “relacionam-se com o princípio da demarcação de espaços próprios, estruturalmente”, conforme Julvenelli (1993, p. 13).

Uma sociedade escravocrata é naturalmente estabelecida pelo princípio da exclusão. Segundo o mesmo autor, as sociedades que adotaram o liberalismo e o neoliberalismo, como forma de organização social, geram, nos países ricos, o estado de bem-estar social; e nos países pobres, o estado de mal-estar social, ambos sociedades excludentes.

Analisando mais profundamente estados de mal-estar social, com o qual convivemos cotidianamente, pode-se perceber essa padronização da exclusão em muitos dos sistemas e subsistemas de nossas sociedades complexas.

A padronização da exclusão rege cada sistema social, os papéis sociais nos sistemas de poder, educação, cultura e economia se definem pela contradição estabelecida entre os sujeitos/atores que interferem na cena. Assim, nas sociedades complexas do estado de mal-estar social, cada sistema excludente delimita a participação dos atores.

O processo de exclusão no espaço das comunidades, em estudo, é construído sobre a falácia hegemônica da FGD. As comunidades excluídas da cena principal, o direito à terra, são normalmente alocadas na categoria de massa, conjunto de pessoas, funções e desejos, sufocados, formando uma sociedade de reprimidos. Famílias vêem sufocadas suas

aspirações mínimas. E o lado mais agressivo da padronização da exclusão é ver o esbanjamento de alguns, contra a pobreza e a miséria de muitos.

3.1.2 Opressão como processo de eliminação

Essa sociedade excludente está envolta em uma lógica maior, “a lógica da eliminação”, segundo Julvenelli (1993, p. 14). Esse é o outro sentido da opressão, é uma “normatividade reguladora das relações sociais que supõem a inadequação, a incapacidade, inabilidade, a incompetência” e a ineficácia das populações dessas comunidades antigas Tapera, Pau Grande e Barreiro, como sujeitos/atores. A eliminação dessas comunidades é a outra face, também, da exclusão, a exclusão da existência, da vida, enquanto atores históricos no espaço. A essas comunidades, assim como foi com a comunidade de Camurujipe, é negado o direito de existir e viver socialmente naquele espaço. Não é dentro do Projeto Turístico o seu lugar, é fora deste projeto social, ou recluso¹⁸. E os reclusos são aqueles que incomodam a sociedade vigente e, neste caso, incomoda o projeto de preservação.

Segundo Julvenelli (1993, p. 14), os reclusos são aqueles que denunciam a face desumana da sociedade que não pode conviver com o diferente. São as comunidades tradicionais que lhes oferecem perigo à vida, ao desenvolvimento do Litoral Norte, à normatividade, ao projeto turístico e imobiliário em curso no espaço.

Para o mesmo autor reclusar é dominar o corpo do outro. E eliminar é “extirpar o corpo do outro”, o corpo das comunidades tradicionais que incomodam e põem em risco esses projetos que são a ordem vigente, um ato de eliminação política. Eliminação política lembra os Quilombos do Cardoso, do Açú da Capivara, o do Tabuleiro do Simeão e o dos Palmares, os Cangaceiros Revoltosos, lembra todos aqueles que tiveram seus corpos expostos como prova de que aquele incômodo desapareceu. Eliminar os corpos traz de volta os “400 tapuias aprisionados e degolados, de uma só vez por Francisco Dias D’Ávila, em 1676, aprisionando-lhes as mulheres e as crianças”, conforme Mott (1988, p. 18), todos os outros indígenas massacrados e dizimados, os negros escravizados e torturados na Casa da Torre, as meninas e meninos na rua dizimados, as prostitutas e os pobres, assassinados e violentados.

¹⁸ Recluso, neste caso, refere-se ao ato ou efeito de encerrar.

Toda essa história enterrada, assim como semente plantada, tem brotado na sociedade atual, como sendo um novo elemento. Porém, ao resgatar esse processo histórico, procura-se retomar a partir da história dos ancestrais.

A lógica da eliminação supõe os excluídos e estes são eliminados, paulatinamente, por conta da degradação, da ganância e da disfunção dos sistemas sociais” que deveriam promover as necessidades básicas ou “eliminando imediatamente”, por conta por um bem elaborado sistema de dizimação (a expropriação, a escravidão, a miséria, a fome, a marginalidade organizada, as drogas). O sentido ético da eliminação é fazer vítimas àqueles que incomodam. Eliminar, portanto, é sacrificar.

Falar em sacrifício é falar em ídolos e idolatrias. O grande ídolo da nossa sociedade, segundo Santos (1987) e Julvenelli (1993) é o *mercado globalizado*. Por ele e para ele todos os sacrifícios. O sacrifício do mercado globalizado é normatividade estabelecida no Litoral Norte da Bahia. Eliminam-se os não produtivos, segundo a lógica do turismo. Nesse modelo, as comunidades tradicionais produzem pouco ou nada, mas o espaço ocupado por elas é rico em recursos naturais, a terra, a floresta, as nascentes, os rios, a fauna e a flora, são mercadorias valiosíssimas no momento.

Sacrificar é ato sagrado. O sacrifício¹⁹ pedido a essas comunidades tradicionais são as suas terras, as pequenas propriedades. Elas não cabem no modelo em implantação, por grupos econômicos diversos, o ecoturismo. As pequenas propriedades têm outra lógica: a propriedade da terra pertence a muitos, a qualidade de vida é para todos, o consumo é baseado naquilo que é necessário. Dentre elas, a propriedade da terra e a qualidade de vida, bens com preços muito altos, são mercadorias valiosas no atual projeto, vendidas para quem pode pagar por elas.

3.1.3 Opressão como processo de subordinação.

Os sujeitos ainda não excluídos ou eliminados, nos dois processos anteriores, agora ficam subordinados. Subordinação é uma situação pela qual não se opta, mas introjeta-se. Esse tipo de relação constrói-se numa relação onde alguém se sobrepõe a outra. Trata-se da construção de um princípio de subordinação que legitima a estruturação hierárquica da

¹⁹ O termo sacrifício é utilizado para conceituar a prática de oferenda em que a população se submetia, doando as suas terras e propriedades.

sociedade local. Segundo Julvenelli (1993, p. 15) uma vontade de poder que é introjetada socialmente se manifesta nas relações pessoais estabelecidas.

O princípio da subordinação é, simultaneamente, vivência de auto-desvalorização e desvalorização do outro. Temer o outro é o terror dessa convivência no espaço. As pessoas vivem relações de medo. A FGD e a comunidade vivem uma experiência de hostilização. Sendo mais claro, são a FGD e a Imobiliária subordinadoras das comunidades tradicionais; o rico submetendo aos pobres; os produtivos, aos improdutivos; os cultos, aos incultos; os informados, aos desinformados. Esta lista é infindável. Cada sujeito/autor deve submeter o outro e a atividade, para conquistar a vantagem desejada.

O racismo brasileiro, usado como exemplo de subordinação, possui requintes de crueldade. Primeiro no etnocídio das populações indígenas, onde a discriminação é direta. Também aos negros não foi reservado destino muito diferente, de discriminação e exploração, basta ver documento da inquisição, já citado anteriormente neste trabalho.

Esse modelo da opressão, baseado na expropriação como forma de exclusão, eliminação e subordinação no espaço, tem sido o chão onde essas comunidades da Tapera, Pau Grande e Barreiro têm pisado nos últimos trinta anos.

3.2 PERÍODO MARCADO PELO PAGAMENTO DA RENDA DA TERRA: PERMANECER NA TERRA OU MIGRAR.

A prática do pagamento da renda da terra realizada por foreiros, iniciada com a família D'Ávila, consta no documento citado por Mott (1988), quando resgata as denúncias de torturas feitas pela Casa da Torre, escritas por José Ferreira Vivas ao citar que Manuel Francisco dos Santos era foreiro e compadre de Garcia D'Ávila Pereira da Gama. Eram os encarregados²⁰ das fazendas que ficaram responsáveis por tomar conta das terras e dar as roças, dizendo em que lugar poderiam ser feitas as roças. Testemunhos (registros) e documentos (recibos) de várias épocas da história dessas comunidades tradicionais nos esclarecem o tempo de permanência na terra por essa população, como o reproduzido na Figura 12, onde se mostram recibos de pagamentos de foro.

Após os trezentos anos dos D'Ávilas, todas as fazendas ficaram entregues aos encarregados das fazendas Camurujipe, Itacaera, Cardoso, Covão, Passagem Grande,

²⁰ São os responsáveis pelas terras das fazendas.

Retiro e Praia do Forte, de metade do século XIX até o século XX na década de 1970. Esses encarregados, segundo os idosos, não pagavam renda da terra com dinheiro. Tomavam conta das propriedades, traziam outros trabalhadores para a fazenda e marcavam os lugares das roças, de criações e recebiam um pedaço de terra na fazenda pra viver.

Os recibos de foro eram uma prática dos fazendeiros desde a época da colonização até os anos de 1977, com a finalidade de receber a renda da terra, na verdade um aluguel pelas casas de taipa e palha, pelas roças de mandioca, renda essa paga com animais (porcos), dinheiro e trabalho na limpeza dos pastos, plantio de capim e coqueiro. Desses processos, essas comunidades têm recibos de 1901 a 1977. Relatam que muitas casas foram queimadas e com elas documentos e recibos das terras, também, viraram cinzas.

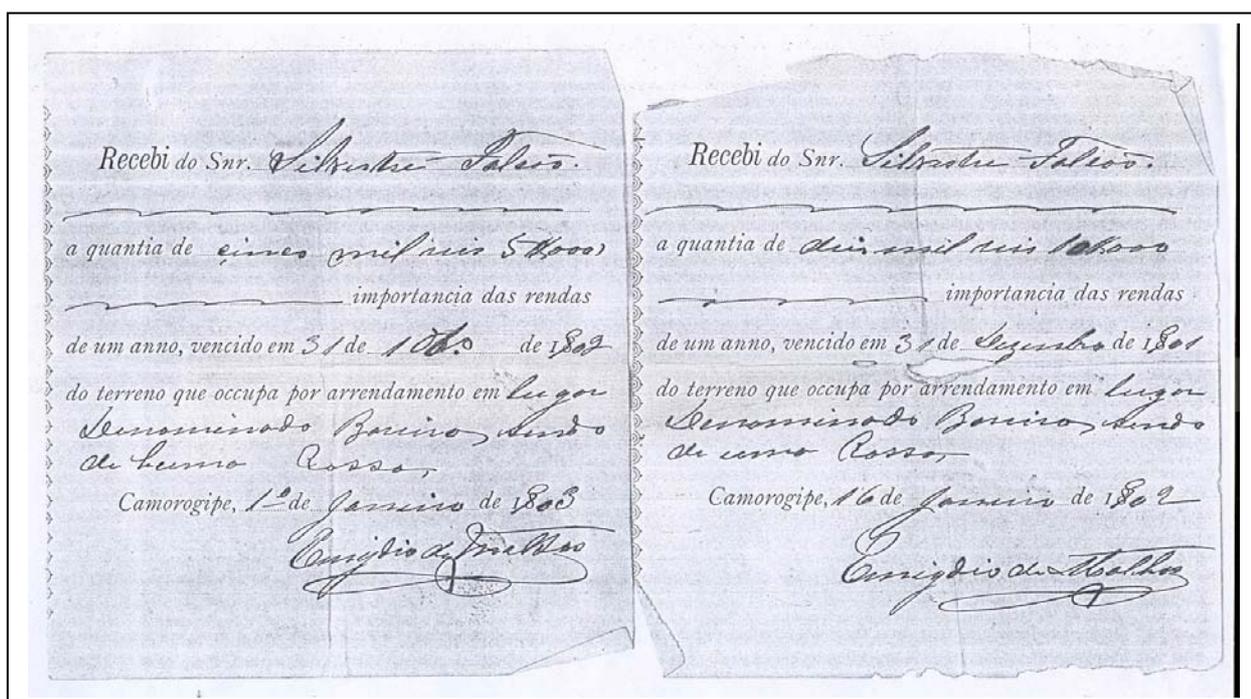


Figura 12 - Recibo de pagamento de Foro de 1901 e 1902.

Fonte: Moradores da comunidade.

A partir de 1977, último ano de pagamento da renda da terra, o modelo de recibo entregue à população dessas comunidades contava dos seguintes itens: 1) do imóvel e da sua localização (nome das fazendas); 2) do ano ou anos pagos de renda; 3) da quantia de renda a pagar (valor); 4) das proibições, onde ficava bem claro o que era proibido para as populações dessas comunidades tradicionais, como consta na Figura 13.

A primeira proibição se refere ao “não é permitido novos plantios”, e funcionários da fazenda arrancavam as plantações anteriores. Não podendo mais plantar as suas roças, de que sobreviveriam? Na seqüência das proibições, vem: “não reformar os imóveis” (moradias) e nem criar animais. Tais proibições comprometiam suas sobrevivências, o sentido das roças, base principal da alimentação, e a criação de animais que reforçava essa base de sustentação.

FAZENDA PRAIA DO FORTE
Município Mata de São João

Ao Snr. MARIA FERREIRA OS SANTOS. 5.33.

Servimos da presente para confirmar, como novos proprietários da Fazenda Praia do Forte, o arrendamento do imóvel abaixo especificado nas condições a seguir declaradas:

a) Imóvel: 1 tarrafa de terra contendo uma casa de
telha coberta de palha e 50 covões. Situa-se na Foz da Praia do
Forte.

b) Prazo: 01 / 07 / 77 a 30 / 06 / 78.

c) Renda Cr\$ 120,00 (cinto e vinte cruzeiros) por
ANO. _____ pagável até o quinto dia útil após o vencimento.
ANO/MES _____

d) Proibida a sub-locação ou sub-arrendamento, e a cessão ou
transferência, sem nosso consentimento prévio e por escrito.

E terminantemente proibido novos plantios bem como
reforços no imóvel sem autorização da direção da Fazenda. A criação
de animais só será permitido dentro da referida área.

~~O não cumprimento das cláusulas deste contrato~~
será motivo para rescisão automática.

Praia do Forte, 01 de Julho de 1977

Testemunhas:

Figura 13 - Recibo de pagamento de Foro da Fazenda Praia do Forte de 1977.
Fonte: Moradores das comunidades.

Nos recibos, consta, ainda, o seguinte alerta: o descumprimento de qualquer um desses itens era motivo para rescisão automática, motivo pelo qual a Fundação exerce o poder de pressão sobre as populações dessas comunidades. Segundo dona Maria de Jesus (Jornal A Tarde, 22/08/1995), revoltada com a situação, diz que não se pode sequer limpar o quintal que a polícia é convocada para impedir isso.

3.3 IMPLANTAÇÃO DO HOTEL FAZENDA PARA FINS DE TURISMO

Durante os primeiros dez anos de implantação do projeto de turismo, a resistência dessas comunidades tradicionais foi uma postura de permanente vigília. Opunham-se a qualquer tentativa de tirá-los da terra. Mas, muita gente foi enganada pelo dinheiro oferecido por suas terras e pela pressão para expulsá-los a qualquer custo, matando seus animais, não deixando pôr as roças, não deixando pescar, passando fome, desempregados e vivendo perseguidos pelos administradores e biólogos da Fazenda Praia do Forte; não resistiram e foram embora. Outros foram teimosos, ficaram ali para ver um projeto de preservação ambiental para o qual eles, enquanto moradores, não foram consultados, não opinaram, nem consentiram. Sobre esse processo de desagregação social, Morais (2003, p. 76) diz que os exemplos são variados, para mostrar áreas, no Brasil e no exterior, onde a implantação do turismo gerou, na verdade, uma degradação e uma desagregação social.

Nos depoimentos feitos pelas comunidades, a partir dos anos 1990 quando foi construída a estrada do Coco (BA 099), muita gente foi aparecendo para ver as belezas do Litoral Norte, hotéis e imobiliárias apareceram dizendo-se donas das terras; neste caso, o Hotel Eco-resort Praia do Forte e a Imobiliária Açú da Torre Ltda.

Para o processo de instalação do turismo, a questão básica é a necessidade de planejamento prévio, começando pela construção de estradas. O grande indutor da atividade turística é o acesso aos locais. Criando-se uma estrada, conforme argumentos apresentados por Morais (2003, p. 77), uma série de outras coisas virão, em decorrência, e a instalação desses equipamentos, para não entrar naquele mais específico do turismo. A forma do planejamento, em grande parte, é o que vai definir o resultado do processo do turismo. Além da capacidade de uma eficiência técnica, necessária nesse planejamento, ele expressa também o grau de democratização da sociedade e do governo que o exercita.

Na verdade, a sociedade (as comunidades em estudo) não foi ouvida pelo governo, na hora da definição de suas prioridades e ações ao criar a APA Litoral Norte. Os grupos privados executaram e executam seus projetos para a área que tem como meta a

manutenção das paisagens naturais de alta originalidade, definindo o uso restrito deste lugar, com uma densidade de ocupação muito baixa. Logo, trabalha-se uma idéia de capacidade de suporte que, no limite, vai induzir à idéia de reserva e de áreas protegidas que, por sua vez, qualifica um determinado tipo de usos social dos lugares, comenta Moraes (2003, p. 77).

Decorrente deste processo, vários lugares no espaço das três comunidades foram definidos como áreas protegidas, áreas de proteção rigorosa. A legislação vigente estadual cobre muito bem esse assunto. As três comunidades foram povoadas por placas de decretos estaduais e federais, avisos e proibições de uso pela Fundação Garcia D'Ávila. Aos poucos seus espaços foram sendo restringidos. Os espaços passaram a ser gestados pelas necessidades dos empreendimentos e pelo que eles determinam para o espaço. Revisando o padrão de ocupação da zona costeira da Bahia, revela-se uma marca de concentração, já refletida anteriormente, um padrão essencialmente concentrado desde o período da colonização e podendo ser visto na atualidade, Figura 14.

Segundo depoimento dos idosos, até a década de 70 do século passado, a Praia do Forte era meio isolada e as três comunidades mais ainda. Essas comunidades estão situadas num raio de cem quilômetros do centro urbano de Salvador. Sabe-se que, até a década de 1970, o que se tem são aglomerações litorâneas, vilas de pescadores, comunidades pequenas e vastas extensões do Litoral Norte, desarticuladas do fluxo da economia estadual e nacional. Nesta década de 70, chega o novo proprietário das terras da fazenda Praia do Forte.

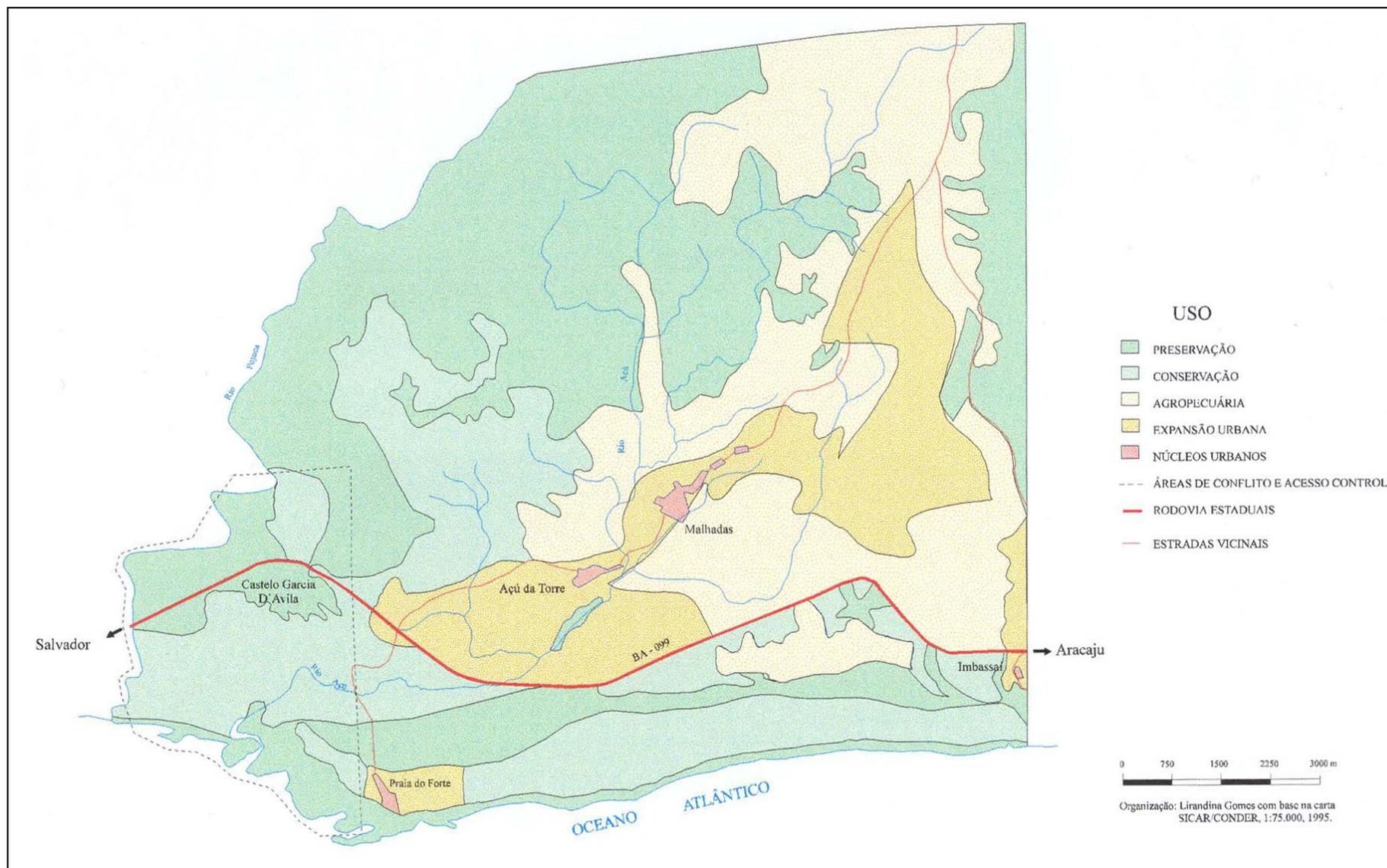


Figura 14 - Zoneamento ecológico – econômico da área em estudo.
 Fonte: SICAR/ CONDER, 1998.

3.4 PAU GRANDE: SUA ORGANIZAÇÃO E SUA RESISTÊNCIA

3.4.1 Organização em volta dos brejos

O nome da comunidade Pau Grande vem de uma grande árvore de *imbirucu* (árvore de floresta atlântica). Ela servia como sinal para a época de boa pescada, diz Casimiro (Zuca). A árvore era a marca da fonte de dona Venância. Valdinéia diz que a árvore tinha um mistério. Quando lavava a roupa e botava no chão pra secar, vinha um vento muito forte e levava a roupa para o olho da árvore. Diz, ainda, que era preciso que a sua avó viesse conversar com a árvore e assim as roupas caíam. Era fonte de água pura, podia beber, podia tomar banho e lavar pratos. Por volta das seis horas da tarde, todos tinham medo de chegar lá pra fazer qualquer coisa, fazia um barulho de lata por cima da árvore que assustava a todos. Os mais velhos diziam que eram os espíritos dos índios naquela árvore.

Conta ainda Valdinéia que cada família tinha uma fonte, um brejo. Eles estavam em toda a comunidade conhecidas, freqüentadas por todos, assim como na Foto 4, mulheres lavam roupas e utensílios no Brejo da Fulô.

O brejo de dona Daciana, o de dona Loló, o de dona Maria do Carmo (Mirim 1), o de dona Venância, o de dona Bico, o do Poço, o de dona Cecília (a Bica), o Canta Galo, o Brejo do Boi, a Fulo (dividida em três partes, a fonte dos homens, a das mulheres e crianças, e das moças), o brejo de dona Maria de Iria (africana muito brava, batia e usava o chicote), o brejo de Basílio, o brejo de Zuca, o brejo de Ester, o de dona Avarisca, o brejo de dona Diva, o Derebu 1 e 2, a Gamboa, os Milagres, a Fontinha (é a fonte dos índios, fonte sagrada, não selava roupa, e se pegava água bem cedo na madrugada. Todos respeitam. As pedras são marcadas. Por flechas onde os índios as amolavam), todas essas no Pau Grande. A fonte das Caboclas, a dos Sapateiros e do Sapiranga, na Tapera.

Na fonte dos Milagres havia um ritual de batizados por ano: rezava para Santo Antônio, acendia velas, pegava água e jogava na cabeça de quem ia ser batizado. Todos os anos, a comunidade se reunia para fazer essa caminhada.



Foto 4 - Brejo da Fulô: atividades de lavagem de roupas e utensílios, setembro de 2005.
Fonte: Elaine Pedreira.

Segundo senhor Felipe, ao se referir à fonte dos milagres, diz que:

(...) quando chegou o loteamento, a Quinta do Castelo da Torre, os tratores foram abrindo os matos, derrubando tudo. Era mata fechada. Tudo que desmatou, acabou a graça, o encanto; abriu o brejo, a capela foi abandonada. Era lá que a gente batizava. Destamparam tudo. A capela caiu. Evaristo que tomava conta morreu e ai ficou tudo abandonado.

Contam na comunidade que qualquer visitante que chegasse à comunidade era levado a uma das fontes para ser batizado, pondo a água na cabeça dele. Algumas dessas fontes nunca secaram, como a Fontinha, a Sapiroanga, o Canta Galo e a Bica. Se, neste momento for à procura da bica, não vai encontrar. Pode-se verificar a localização da barragem e as nascentes restantes na Figura 15. A construção da Pousada de Paulo desmatou em volta da nascente, então ela sumiu. Com a construção da barragem Lagoa do Aruá, alguns brejos não secaram mais. A construção de casas em volta da barragem contaminou tudo, lamenta Elias.

3.4.2 A autonomia baseada nas roças e criatórios soltos

Aqui a terra não era vendida. Cada família fazia sua roça onde queria. Todos tinham onde plantar, comer e dar. Diz João que saía na madrugada para as roças e só voltavam pela tarde, indo direto para o Rio Pojuca, tomar banho e pescar. Era muito peixe e camarão. Romualdo (Bó) diz que a pesca é feita usando o buzuá e cofo para pegar o camarão e o jiqui para barrar o peixe no rio. Valdinéia diz que trabalhava na roça com sua avó, plantando abóbora, melancia, aipim, milho, feijão, arroz, fava, mandioca, banana, abacate, manga, jaca, caju. Comentam que passavam todo o dia na roça e, já no fim da tarde, iam para o rio para pegar pitu no Jereré (instrumento de pesca), tecido pelos mais idosos. Também faziam esteiras e chapéu de palha.

Segundo dona Dadá, todos aqui viviam das roças, trabalhavam nas roças e também nas fazendas, limpando capim e os coqueiros. Tudo que se precisava tinha aqui, não comprava nada pra comer fora daqui, afirma dona Umbelina.

O costume que vem dos mais velhos era assim, diz Casemiro (Zuca), roçava a terra, queimava com o aceiro para que o fogo não espalhasse e só plantava poucas vezes no mesmo local para não enfraquecer a terra, complementa, daí a seis anos podia voltar e plantar naquele mesmo lugar. Registrada através da Foto 5, as roças estão na base da subsistência das famílias dessas comunidades, assim como foram dos seus ancestrais. Conta José do Carmo (Dedé) que:

Por aqui tudo era roça. Botava três roças na fazenda, passagem grande e duas no Barreiro. Tinha muita casa de farinha, umas treze casas. Se plantava muita mandioca, feijão, milho e tudo que precisava. Cada família tinha a sua roça. Todos ajudavam uns aos outros, trocando dias. Na hora que apertava a necessidade, o homem ia para o ganho e a mulher para a roça com os filhos plantar, limpar, colher e para o rio pescar.

Os idosos das comunidades confirmam que a vida era roça, pescar e mariscar, pegavam o cofo (instrumento de pesca) e iam fachear (pescar à noite com facho de luz), voltavam de lá meia noite.

Segundo Elias, morador antigo dessa comunidade:

Tinha muita fartura por aqui, todos criavam porcos, cabras, ovelhas, galinha e gado, criando solto. Se aparecesse um animal diferente no terreiro, depois de três dias a pessoa saía procurando o dono do bicho.



Foto 5 - Plantios de bananeiras, maio de 2002.
Fonte: Edite Diniz.

3.4.3 Festas, novenas e Casas de Santos.

Contam Manoel, Dinha e José do Carmo (Dedé) que em toda casa havia festa. O samba de roda e a dança de sala (com cavaquinho, violão e pandeiro) era dança de pares. No bar do Zinho (marido de Umbelina), no Barreiro, tinha muita festa de sala. Disse Dedé que era muita festa de caruru: era muita comida, pirão e samba a noite toda com muita cachaça.

A mais antiga puxadora de samba era Marcimiana. Foi ela quem criou e ensinou a Mariosa e a Alfredo, seus filhos. São eles os principais puxadores de samba da comunidade, ainda vivos. E tem também o Miguel de Piu.

O maior caruru era o de Sergia (faleceu em 2004, com 115 anos), a mãe de Maria de Filipe. Conta Filipe que o caruru tinha galinha, quiabo, arroz, feijão preto e branco, cana, banana, pipoca e camarão. Vinha gente até de Salvador para este caruru, ele era muito falado. Toda a vizinhança ajudava, era um caruru feito com o trabalho de muita gente.

Nas comunidades tinham muitas rezas, mas não era só reza, era festa também. Contam os mais idosos que as rezas eram a de Santo Antonio, com treze noites: no primeiro dia, era o dia das crianças e depois, os outros dias, eram divididos com os adultos homens. Os homens daquele dia levavam fogos, tinha balão, doces, comida e bebida. Manoel Falcão e Dinha faziam à festa de São Crispim, da boca da noite até o amanhecer. Na casa de Madalena, na Tapera, também se faz a festa de São Crispim.

Quando se pergunta por que essas festas estão acabando, dizem: hoje tem tanta confusão e cachaça que não dá mais para fazer festas. Dizem também que a chegada de outras igrejas vão acabando essas festas, o que tem sido retomado nos últimos anos, após a construção da igreja (2004), vê-se na Foto 6 a celebração da trezena de Santo Antônio.



Foto 6 - Trezena de Santo Antônio, junho de 2006.
Fonte: Edite Diniz.

Contam eles que na igreja da Casa da Torre, igualmente, tinha festa. Foi Alexandrino Marques quem revitalizou a capela nos anos de 1960. No dia 1º de

novembro, Dia de Todos os Santos, as pessoas das comunidades vizinhas vinham para a festa, botavam muitas barracas, butiquins, esmola (saíam cantando e pedindo aos presentes) e no último dia da festa, entregavam o ramo para o dirigente do próximo ano. Conta Elias que era também uma forma de ganhar dinheiro, vendendo comida e bebida; comentário nostálgico das pessoas mais idosas, essas tradições estão caindo todas.

Os terreiros, chamados de casas de santo, estavam nas comunidades de Pau Grande, Malhadas, Areal e nos cantinhos do outro lado da cachoeira do rio Pojuca.

Manoel Falcão conta que as casas de candomblé eram o de Ester, onde tinha o toque do tambor, e o da casa de Cecília, a moreninha. O candomblé da casa de Ester fechou, ela passou para e lei de crente. Contam os seus vizinhos que seus filhos e netos têm medo de falar que são filhos da casa de candomblé; jogaram os santos fora, quando foram para essas igrejas; agora todo mundo vai ficando sumido; essa lei vai separando e proibindo tudo; vão ficando cada vez mais fechados e dividindo as famílias, comenta Dinha.

Acerca da casa de candomblé de Cecília, comenta José do Carmo, fui muitas vezes à casa da Moreninha, era assim que todos chamavam ela. Lá batia o gunga (tambor) e dançava. Conta ainda que muita gente ia pra ficar olhando, porque os caboclos eram muito forte; só sei que vinha gente de todo o lado se divertir. Continua Dedé dizendo que,

aqueles que tinham calundu, ficavam pulando e os outros dando risada. Muita gente procurava a casa dela por causa de doenças. Outros porque tinha usura com o que dos outros, aí jogavam uma pamba [mistura de ervas usada no candomblé] ruim e só descobria se fosse em uma outra casa para desmanchar o que tinha sido feito.

Como foi fundado o terreiro de Cecília, comenta sua filha, Bernardina (Dadá):

Minha mãe trabalhava na Fazenda Retiro com espanadeira (estrovengando) e limpando coqueiros. Trabalhou tanto que acabou enfraquecendo e ficando muito doente. Tratou com um médico, não adiantou nada. O irmão dela levou para a casa de cabocla no Areal. Lá disseram que ela precisava ser tratada e trabalhar numa casa de santo.

Explicando como era o trabalho da mãe, diz: ela trabalhava tratando pessoas, como ela foi tratada. Muita gente vinha de vários lugares para fazer tratamento com ela.

O Centro Caboclo Gentil das Matas foi fundado em Pau Grande no dia 24 de agosto de 1990, sob a matrícula de nº 2364, na Associação Bahia de Cultos Afro-

Brasileiro, para não ser tirada daqui. É um dos poucos espaços na comunidade que tem documento de registro da terra, por exigência da associação, acima citada.

Dadá conta que sua mãe trabalhava com duas mesas: a de água (mesa branca) a de flor (dendê), onde se fazia despacho. Muita gente vinha para fazer limpeza. O trabalho dela despertava muita inveja, botavam ebó para acabar com o trabalho dela.

Com a morte de Cecília, ficaram apenas duas discípulas: Eulália, que tem sua casa construída no terreiro, mas não continua o trabalho; Elizabete, que faz trabalhos em uma casa, em Camaçari. Das casas que compunham as casas de santo atualmente, só restam as ruínas. Verifica-se o estado atual das casas de santos nas Fotos 7 e 8, onde o tempo logo apagará o que representou essas casas para a comunidade.

Dadá, ainda, conserva as ervas medicinais para remédio e para banhos, usados no terreiro; são mais de cem ervas.



Foto 7 - Casa de limpeza do terreiro de Dona Cecília, março de 2006.
Fonte: Elaine Pedreira.



Foto 8 - Casa de despacho do terreiro de Cecília, março de 2006.
Fonte: Elaine Pedreira.

3.4.4 As parteiras na comunidade

As parteiras na comunidade sempre foram pessoas muito importantes. Elas foram e são responsáveis pela vida deles e por colocar os nomes dos recém-nascidos. Grande parte da população tem o seu nome colocado pela parteira, a partir da folha do Almanaque, era o nome do santo do dia.

Valdinéia conta que sua avó, ao fazer os partos, tinha o seguinte ritual:

O trabalho de minha avó, como parteira era acompanhar a mulher até o dia de parir. Bem antes do parto, dizia ela, não devia tomar banho frio, mas devia tomar sempre banho de folhas de maravilha, algodão, vassourinha de relógio, mais perto do parto. Não tomar banho nos brejos, porque a água estava sempre fria. Tomar purgante de olho rícino para a criança nascer limpa e depois do parto tomava outra vez para limpar o resto de sujeira que ainda ficou do parto. Cortava o umbigo da criança com uma tesoura que só fazia isso, não era pra cortar mais nada (a tesoura era limpa e fervida). Tratar o umbigo com óleo de coco. Depois do parto, tomar banho de casca de cajueiro e barbatemão para sarar tudo. Quando começava as dores do parto ela dava chá de algodão preto para aumentar as dores.

Paula de Carvalho, também apelidada por Neném, na comunidade, conta que todos os filhos foram aparados em casa pela parteira Dos Santos (Maria do Espírito Santos). Era ela que botava o nome das crianças e a família, os apelidos. Nas comunidades, não adianta chamá-los pelo nome.

Quando uma parteira dizia que um parto ia ser difícil, que a criança não podia nascer ali, a mãe era tirada da comunidade numa rede até a ponte do rio para ser levada para outra comunidade.

Cecília de Jesus era também parteira. Deixou muitos filhos na comunidade. Rezava antes dos partos.

As parteiras não ganhavam nada. O Elias conta que sua mãe, Maria Ferreira, tem muitos filhos na comunidade.

Ainda hoje muitos partos são feitos na comunidade pelas senhoras mais idosas, como Maria Ana. Essa parteira diz que é chamada na hora da necessidade. Muita gente é pobre para pagar carro e sair daqui.

3.4.5 Transporte

Pra se chegar à comunidade, há duas formas de acesso: pela estrada de chão, no interior da reserva, e pela estrada do loteamento Quinta do Castelo da Torre; estradas vicinais. Por muito tempo, a população das comunidades de Barreiro e Pau Grande conviveu com o isolamento físico e político.

Segundo os moradores, sair dali sempre foi uma dificuldade. Valdinéia comenta que carro nenhum era visto por aqui; só carro de boi e os animais com os caçuás (cesto para transportar utensílios) nas roças e caminhos, carregando gente e coisas.

Lindauro Coutinho fala como é que se fazia para comprar e trazer as coisas que se necessitava.

Para comprar o que precisava e trazer para casa era preciso ir até Pojuca de Cima ou até Mata de São João, comprar e vender coco e peixe na feira do sábado. Era uma viagem longa: atravessava o rio Pojuca de canoa; depois que a ponte velha caiu, botaram uma balsa para atravessar gente e carros. Essa ponte que está aí agora foi construída no governo de João Durval.

Segundo senhor José dos Santos, em Barra de Pojuca passava “marionete” uma vez por semana. No momento atual, as comunidades não contam com nenhum meio de transporte regular, sendo necessário caminhar entre três e seis quilômetros até chegar a BA-099, por estradas vicinais. Pode-se ver, na Foto 9, essa experiência vivida pela população.

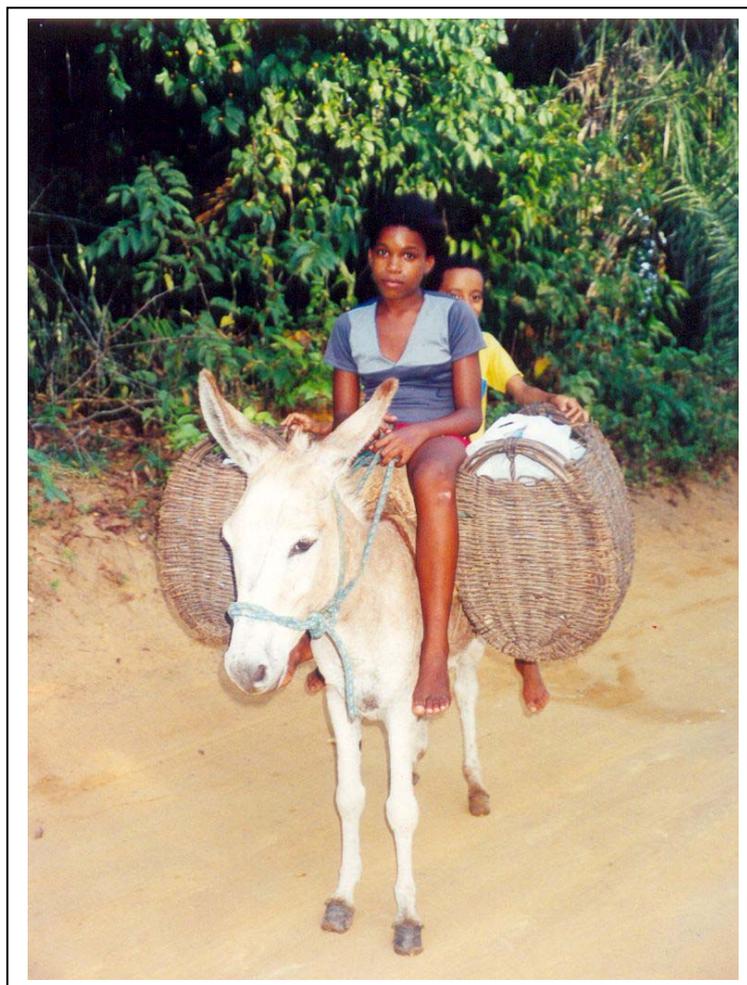


Foto 9 - Transporte de mantimentos, novembro de 2006.
Fonte: Elaine Pedreira.

3.4.6 Trabalho

O trabalho na comunidade está dividido em atividades realizadas na própria área (anterior à chegada dos empreendimentos) e o trabalho assalariado fora da área.

- 1) Atividades realizadas na própria área:

A base da alimentação ainda é a farinha e o dendê. A função das casas de farinha está ligada à produção de farinha e do azeite de dendê, trabalhos esses feitos pela família e pelos convidados. O azeite de dendê é usado na alimentação e é vendido. Julia comenta que é tudo feito aqui nas casas de farinha e que agora eles fazem pouco dendê. Já fizeram até cinquenta litros por dia. Vendiam por aí, em Pojuca e em Praia do Forte.

As roças de mandioca e de aipim, todos plantam e o dendê está nas matas. O processo da produção de farinha é descrito por Casemiro (Zuca), assim: “planta a *maniba* (caule da mandioca), e cuida. Daqui a seis meses pode arrancar as raízes e levar no *caçua* para as casas de farinha. Bota a *maniba* pra murchar e planta novamente”.

Contam esses moradores que a família toda e outras pessoas trocam ajuda, em um processo antigo de serviço coletivo, como se vê nas Fotos 10 e 11. Encontram-se para,

rapar e botar as raízes nos balaios e bacias. E uma pessoa senta no cocho e seva (moí as raízes na roldana ou passam no motor), transformando em massa. Leva a massa para o cocho da prensa para ser espremida, saindo daí a *manipueira* [água da mandioca] que é usada nos formigueiros para combater as formigas ou nas bananeira para adubo. Peneira a massa na *arupemba* [peneira] e bota no forno de lenha já quente, sem parar de mexer pra não embolar, carocar. Este trabalho demora dois dias.



Foto 10 - Preparação das raízes da mandioca para produção de farinha, março de 2006.

Fonte: Elaine Pedreira.

Todas as casas de farinha têm um sistema de manutenção (energia, limpeza e consertos). Zuca comenta que “todas as casas de farinha precisam da colaboração de todas as pessoas que usam. Toda família deixa quatro a cinco litros de farinha. Se fizer um saco, vai deixar para a casa de farinha dois *paus* (duas medidas de cinco litros, uma *cuia*)”.

Valdelice de Jesus, ao comentar como é seu trabalho na casa de farinha, de Genésio, no Barreiro, descreve.

A mandioca, que está fazendo a farinha, foi comprada. Agora tem poucas roças. Desde ontem estamos trabalhando, eu e minha nora. Raspamos e sevamos a mandioca ontem. Hoje, já sevamos, prensamos e peneiramos. Agora estamos torrando a massa, vamos botar nos sacos e vasilhas e levar pra casa.

Quanto à venda da farinha, comenta não faz farinha pra vender, porque não tem quem compre e as roças são cada vez menores. Sobre os instrumentos que está usando, explica Valdelice de Jesus:

Usamos as cuias de cabaça e bacias de tábuas para os trabalhos com a farinha. A arupemba é feita de talisca [varetas da palha da piaçava] de piaçava para peneirar a massa. A madeira da prensa é de sucupira para durar muito tempo.



Foto 11 – Produção de farinha, março de 2006.
Fonte: Elaine Pedreira.

Os mais idosos da comunidade comentam sobre as muitas casas de farinha, dizendo que as famílias moravam umas longe das outras. Por isso, cada família tinha sua casa de farinha; só no Barreiro tinha umas treze casas; todos plantavam mandioca e também faziam o dendê. Quando tiram a massa da prensa e passam na peneira, tiro a *crueira* que dou para as galinhas e porcos.

Ginoaldo (Bó) fala da sua experiência, fazendo o óleo de dendê, como pode-se ver na Foto 12, e explica que:

é um trabalho que precisa da família toda. Até as criança vão juntas. Durante a semana colho os cachos de dendê, subindo com a ajuda de corda e *peia* e cortando com a machadinha. Acho sempre lá em cima do dendê cobras e sariguês. Carrego os cachos pra casa no lombo dos animais, jegue e cavalo. Vou fazendo as pilhas. Paro um dia para *descastolar* os cachos, lavo e jogo dentro de um tonel de duzentos litros: ai fervo, usando um fogão de barro no meio do terreiro, ele ferve até amolecer a polpa, levo então para o pilão. Machuco até soltar o caroço. Separo a bucha do caroço que vai ser jogado fora ou fazer aterro na casa e estrada. Quebro o caroço para fazer óleo para pentear os cabelos. A bucha tirada vai para o forno ser torrada e depois vai para a prensa, daí sai o óleo para uma bacia. Engarrafo e vendo em Barra de Pojuca e em Praia do Forte (nas pousadas, hotéis e mercados). Os mercados são os que mais compram o nosso óleo para revender.

Comenta com tristeza que logo não vai ter mais dendê por causa do desmatamento feito pela imobiliária. Outro comentário na comunidade sobre isso é que tem muita gente cortando os pés de dendê pra tirar os cachos. Assim, o dendê fica cada vez mais difícil de achar, diminuindo a quantidade de litros produzidos. Sabe-se que em média quarenta famílias ainda vivem disso. O litro é vendido a sete reais.



Foto 12 - Produção de dendê, março de 2006.
Fonte: Elaine Pedreira.

2) Trabalho assalariado fora da área:

Fora aqueles que trabalham nas roças e na pesca, muita gente trabalha em outras localidades.

Segundo Manoel, muita gente sai pra trabalhar fora das comunidades, principalmente, as mulheres adultas e as moças, umas quinze ou vinte vão para Praia do Forte todos os dias fazer faxinas; são caseiras, arrumadeiras e cozinheiras em restaurantes e pousadas. Todas essas mulheres são diaristas e sem carteira assinada. Trabalham na alta temporada do turismo, ficando desempregadas parte do ano.

Contam ainda as suas experiências como trabalhadores no Hotel Praia do Forte, dizendo: quando trabalhamos na Fundação Garcia D'Ávila, tínhamos o sentimento de ser seguidos e perseguidos. E todos aqui temos o mesmo sentimento até hoje. Sobre os outros homens da comunidade e os seus trabalhos, comentam:

Os homens que estão aqui dentro agora trabalham uns oito na limpeza, contratados pela prefeitura, seis no *resort* e uns quinze nas firmas do

IBEROSTAR. No Projeto Tamar só tem da comunidade, dona Dina, que trabalha lá há uns quinze anos.

Para o trabalho na construção civil, os trabalhadores foram cadastrados pelas associações de moradores, fornecendo carta de recomendação para o trabalho. Esses trabalhadores da construção civil estão expostos à própria sorte, saem por volta de 5:00 e voltam após às 17:00. Reclamam bastante da jornada de trabalho, da alimentação fornecida (marmitta) e de como é diferente o trabalho na construção civil do trabalho na comunidade nos seus sítios.

Maria José conta que sua filha Maria trabalha na Pousada do Dr. Paulo, lá na bica, ela e o marido. Comentam que a pousada Aruá foi fechada em fevereiro de 2007, mandando todo mundo embora, sem receber direitos trabalhistas. As causas do fechamento desta pousada são irregularidades sanitárias e ambientais e o não pagamento de energia elétrica.

Toda a comunidade, ao comentar sobre a construção da barragem Lagoa do Aruá, diz que:

A barragem criou emprego pra alguns, mas as casas, construídas em volta dela, são um problema; elas estão muito próximas da água, construídas sobre as nascentes. Já contaminaram a água toda.

Ainda sobre a barragem, comenta Valdinéia que os trabalhadores encarregados da construção causaram danos enormes, matando e comendo os camaleões (iguanas), restando poucos na comunidade; além de destruir a árvore que dava o nome à comunidade.

Esses trabalhadores que exercem atividade fora da comunidade, estão locados em sub-trabalhos e reclamam da insegurança de terem trabalhos temporários na construção e na alta temporada do turismo.

3.4.7 O cemitério

O único cemitério nas proximidades dessas comunidades é Cemitério do Castelo. Os adultos, quando morrem, são levados nas costas para a Torre, diz Elias. Acrescenta que antigamente as crianças eram enterradas aqui mesmo no Barreiro e até hoje esse processo do enterro na comunidade permanece o mesmo.

3.4.8 Água e energia.

Com tantas nascentes e brejos, os moradores sempre usaram essas nascentes e aguadas para limpeza, banho, lavagem de roupa, lazer, uso doméstico e dos animais.

Com a construção da barragem (1993) e com o avanço do loteamento em volta dessas nascentes, foram construídos muros e proibido o acesso direto a esses brejos. Logo após, vieram as construções das pousadas e segundas moradias. A partir daí, a água foi ficando cada vez mais contaminada e, proliferando na comunidade, vários tipos de verminoses.

A Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB) perfurou um poço artesiano no Barreiro, em 2001, com capacidade para dez mil litros hora. As obras de implementação desse poço duraram quatro anos, sendo usadas pela prefeitura do município como objeto de manobra para angariar votos. Tendo sido colocado em funcionamento em 2005, mas, somente em janeiro de 2006, os moradores de Pau Grande e Barreiro tiveram água em suas casas, de forma precária, pois existem famílias que ficam meses sem receber água em suas casas. Mesmo assim, o prefeito João Gualberto inaugurou, em março de 2006, esse sistema.

Segundo os moradores da comunidade da Tapera, a Estação de Tratamento de Esgoto trouxe, para a área em volta, um aumento de mosquitos, aranhas e escorpiões, além do suspiro da Estação despejar resíduos nos brejos e aguadas.

3.4.9 Educação.

Até o ano 2000, essas comunidades não contavam com o ensino público; a escola mais próxima ficava a cinco a sete quilômetros. A primeira escola municipal é criada neste ano, na comunidade de Pau Grande, com o nome de Escola Municipal Carlos de Souza Guimarães – nome escolhido pelo representante da prefeitura na comunidade. Contudo, nos registros da prefeitura de Mata de São João, a escola é chamada de Escola Municipal São Pedro.

Os professores desta escola vêm de outras localidades, apenas uma professora, nesses últimos dois anos, pertence à comunidade. Todos aqueles que estudaram até o abc e a cartilha, estudaram com professores leigos em suas próprias moradias. Conta Valdinéia que o seu avô materno, senhor Tió, como era conhecido na comunidade, ensinou até ficar cego. Paula Carvalho fala que, para estudar, era preciso ir até a Praia do Forte. Na comunidade, só o senhor Tió e o Romualdo ensinavam a criançada.

Manoel conta as várias situações de constrangimento passadas em filas de banco por não saber escrever e, no trabalho, os diversos documentos estiveram ali na sua frente, ao alcance de sua mão, mas, por não ler, era como se estivesse cego.

Atualmente as crianças e jovens da comunidade estudam na Escola Estadual Alaor Coutinho, no Açuzinho, desde 1993, a 500 metros da BA-099, numa distância de cinco quilômetros de estrada vicinal das comunidades. Até o ano de 2006, funcionava apenas em dois turnos: a partir de 2007, passou a funcionar em três turnos, evidenciando que o processo de alfabetização dessas comunidades chegou tardiamente, o que leva a constatação do alto nível de analfabetismo dessa população. Essa escola estadual atende 11 comunidades no Município de Mata de São João, algumas comunidades dos municípios de Entre Rios, Subaúma e Esplanada.

3.5 CERCEADOS DO DIREITO DE IR E VIR

Em agosto de 1995, a Fundação Garcia D'Ávila instalou duas cancelas geminadas na estrada vicinal que liga Tapera, Pau Grande e Barreiro à Praia do Forte, assim como o acesso ao Castelo e ao Cemitério. Uma das cancelas fica na Tapera, nas terras de dona Maria, juntamente com a primeira guarita, fechada com correntes e cadeados; a outra cancela, nas proximidades da casa de dona Umbilina, no Pau Grande, dividindo a comunidade ao meio. Com o intuito de fechar o território da Reserva da Sapiranga, alega a Fundação ser sua propriedade particular, com o objetivo de controlar a entrada de visitantes e das demais pessoas que por ali transitam. Um outro motivo é “cobrar pedágio, no valor de R\$ 3,00 por pessoa e de todos os veículos que passam pela estrada”.

Estas cancelas, segundo o Jornal A Tarde de agosto 1995:

Foram colocadas no início do mês, causando imediata reação contrária da cerca de 160 famílias que residem nas localidades da Tapera, Pau

Grande, Barreiro e Varginha, e também entre os proprietários de áreas do Loteamento Quinta do Castelo da Torre, que usam a estrada como opção mais rápida para chegar às suas propriedades.

A partir do dia 13 de agosto de 1995, conforme o mesmo jornal, um grupo de moradores da área tocou fogo nas cancelas e guaritas construídas pela Fundação Garcia D'Ávila, não restando nada das tais cancelas. Como reação imediata, a FGD recolocou-as no dia seguinte.

Os moradores das quatro comunidades voltaram a se reunir, no dia 20 de agosto do mesmo ano, em frente às cancelas, localizadas na Tapera, para protestar contra o que eles consideraram uma violação dos seus direitos. Essa mobilização pode ser vista na Foto 13.

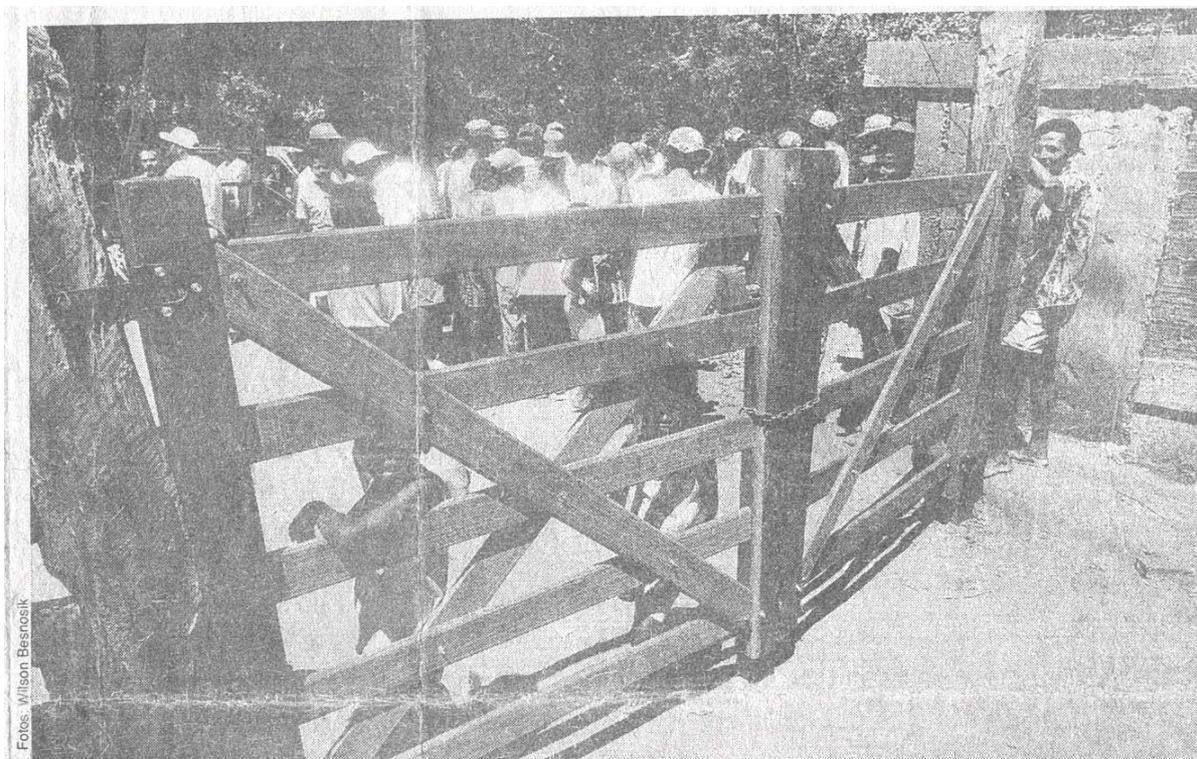


Foto 13 - Articulação dos moradores para derrubar cancelas, agosto de 1995.
Fonte: Jornal A Tarde: Wilson Besnosik.

O mesmo jornal, ao relatar a manifestação dos moradores, afirma que:

A delegada titular da Delegacia de Proteção Ambiental de Praia do Forte, Josenice da Silva Benci, chegou ao local no meio da manifestação e ordenou ao funcionário da Fundação Garcia D'Ávila que abrisse a cancela, retirando a corrente e o cadeado; o mesmo fazendo com a segunda cancela.

Segundo declaração dos moradores das comunidades, foram surpreendidos desta vez com as cancelas, assim como de outras vezes pelas estratégias de expulsão da terra pela FGD:

Tem pouco tempo que acordamos nessas lutas. Foi quando eles botaram as cancelas. Como já tinha outras pessoas morando aqui dentro, foi Malafaia que ajudou a gente a enfrentar a parada, porque a FGD tinha tapeado a gente e, quando a gente viu, já tinha que pagar para entrar e chegar nas moradias (Manoel, 12/05/2006).

De acordo com o mesmo morador, surgiram discórdias e o que fazer para resolver a problemática das cancelas, já que não queriam conflitar direto com os encarregados das fazendas.

Foi aí que decidimos que a gente tinha que quebrar as cancelas. Chamei a população para destruir de machado, foice e pau as quatro cancelas. Fomos parar na justiça, eles (FGD) queria tomar tudo da gente mesmo.

Após várias negociações na justiça, as comunidades têm garantido o direito da retirada das cancelas, assim noticiado dias após pelo Jornal A Tarde, dizendo:

A suspensão da taxa teria sido acertada em audiência no último dia 25/08 no Ministério Público do Estado, com representantes das comunidades e da Fundação, segundo Promotor de Justiça Washington Caribé, que atuou como mediador.

Sobre a decisão tomada em audiência, comenta a bióloga Carla Sabiá, responsável pela reserva Sapiranga, garantindo que:

A FGD comprometeu-se apenas em retirar as duas cancelas que haviam sido instaladas para maior controle dos visitantes, considerando essencial manter as guaritas e a cobrança da taxa para viabilização de um projeto de preservação ambiental.

A mesma bióloga justifica a problemática da taxa cobrada, alegando que:

A taxa respeita as prescrições legais da Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Norte, criada pelo Decreto Estadual nº 1046, de 1992, pelo qual a reserva da Sapiranga foi considerada Zona de Preservação Rigorosa (ZPR).

Esclarece ainda que a opção preservacionista é um dos itens do mesmo decreto, dizendo que o ecoturismo está previsto como uma opção de preservação a ser adotada pelos proprietários de terras, incluídas na APA.

Quanto à arrecadação da taxa, esclarece a mesma bióloga que a taxa de visitante está servindo para pagamento de cinco guardas que se revezam na vigilância da área, recolhimento de lixo e elaboração de sinalizações.

O projeto de preservação ainda visa desenvolver ações sociais no sentido de promover cursos para formação de guias — que hoje atuam em regime voluntário —, melhorar o sistema de esgotamento sanitário das 50 casas existentes na reserva e elaborar materiais didáticos e de divulgação.

Muitos da população resistiram e, ao lembrar esses fatos, comentam os vinte e dois anos em que a FGD controla o espaço em que eles vivem: a reserva. A professora Maria de Jesus, revoltada por ser constantemente impedida de limpar o seu terreno e ainda pagando pra entrar nele, é uma das pessoas que reclama.

Todas as justificativas possíveis são usadas para esclarecer a convocação da polícia para impedir a limpeza dos quintais dos moradores. A bióloga Carla Sabiá admite ter convocado a Delegacia da Polícia Ambiental de Praia do Forte para evitar que os moradores queimem folhas e madeiras, ainda que em suas próprias terras. Justifica ainda o fato da seguinte maneira: a maioria não tem noção dos danos que estão provocando ao ambiente e cabe à polícia fiscalizar isso, seja em terra pública ou particular. Sugere ainda que as autoridades públicas colaborem na conscientização da comunidade.

Lembrando o processo anteriormente citado, o morador Manoel Emílio (12/05/2006) declara que:

Deram cestas básicas para muita gente e prometeram emprego como guardas e disseram que a gente não podia dizer mais nada, porque a comida a gente já estava ganhando. E todo mundo foi se acostumando a receber essas coisas e ficar calado, com medo. Eles tinham muito dinheiro e a terra, a gente não tinha nada. Era assim que a gente passou a ver.

A funcionária da Fundação Garcia D'Ávila comenta que o ecoturismo previsto para a APA Litoral Norte, como uma opção preservacionista a ser adotada pelos proprietários de terras dentro da área da APA, nega a existência dessas comunidades que têm vivido, apoiadas em gêneros de vida tradicional. Essas comunidades são obrigadas a

sair deste modelo de vida tradicional, que imperava nessas áreas litorâneas de *coco/peixe*. As comunidades saem desse processo de forma acelerada, tendo o turismo como principal vetor dessas mudanças, seja através da expansão das segundas residências, como dos empreendimentos turísticos propriamente ditos. Tapera, Pau Grande e Barreiro vivenciam hoje um processo do qual nunca saíram, continuando de forma diferenciada o mesmo padrão histórico das formações coloniais.

Comentando esse processo, Moraes (2003, p. 79) diz que:

Com a situação de isolamento ou de semi-isolamento de vários lugares, instala-se uma lógica mercantil progressiva que aumenta, na razão direta, a intensificação dos fluxos turísticos, esse processo repete o mesmo padrão histórico das formações coloniais. Essa nova vaga de ocupação territorial, que é o vazio demográfico, é histórica, no Brasil, avança-se em áreas onde tem habitantes que fazem de conta que ninguém vive ali.

Ao refletir o padrão histórico contemporâneo marcado por embates de forma desigual, o mesmo autor acrescenta Moraes (2003, p. 79):

O padrão histórico novamente se repõe nesse processo contemporâneo, com isto a situação estrutural de conflito com os habitantes ali residentes, num embate bastante desigual, em cujo centro está a questão da propriedade, da posse da terra.

Nas comunidades tradicionais do Litoral Norte da Bahia onde esse processo de ocupação turística está bem consolidado (mais de trinta anos), o que se observa é a expropriação das terras dessas comunidades, um processo clássico das relações capitalistas avançando sobre os espaços camponeses. Não são apenas os grandes empreendimentos, como os *resorts*, responsáveis pela ocupação, mas também as segundas moradias através dos loteamentos, num processo que impressiona, fundamentalmente, pela sua velocidade de instalação e mudanças nos aspectos naturais do espaço. Os resultados mais imediatos desse processo são: o desalojamento da população ali existente, a degradação social, a marginalidade, o êxodo rural. Em resumo, é o aumento da exclusão social. Pode-se constatar esses aspectos através do mapa Comunidades Quilombola Tapera, Pau Grande e Barreiro, na Figura 15. Esse é o quadro genérico também do país.

Constata-se que há uma capacidade de sociocultural muito baixa nessas comunidades e que são raros os exemplos de resistência por parte delas, devido estarem submetidas a uma situação de miséria impactante.

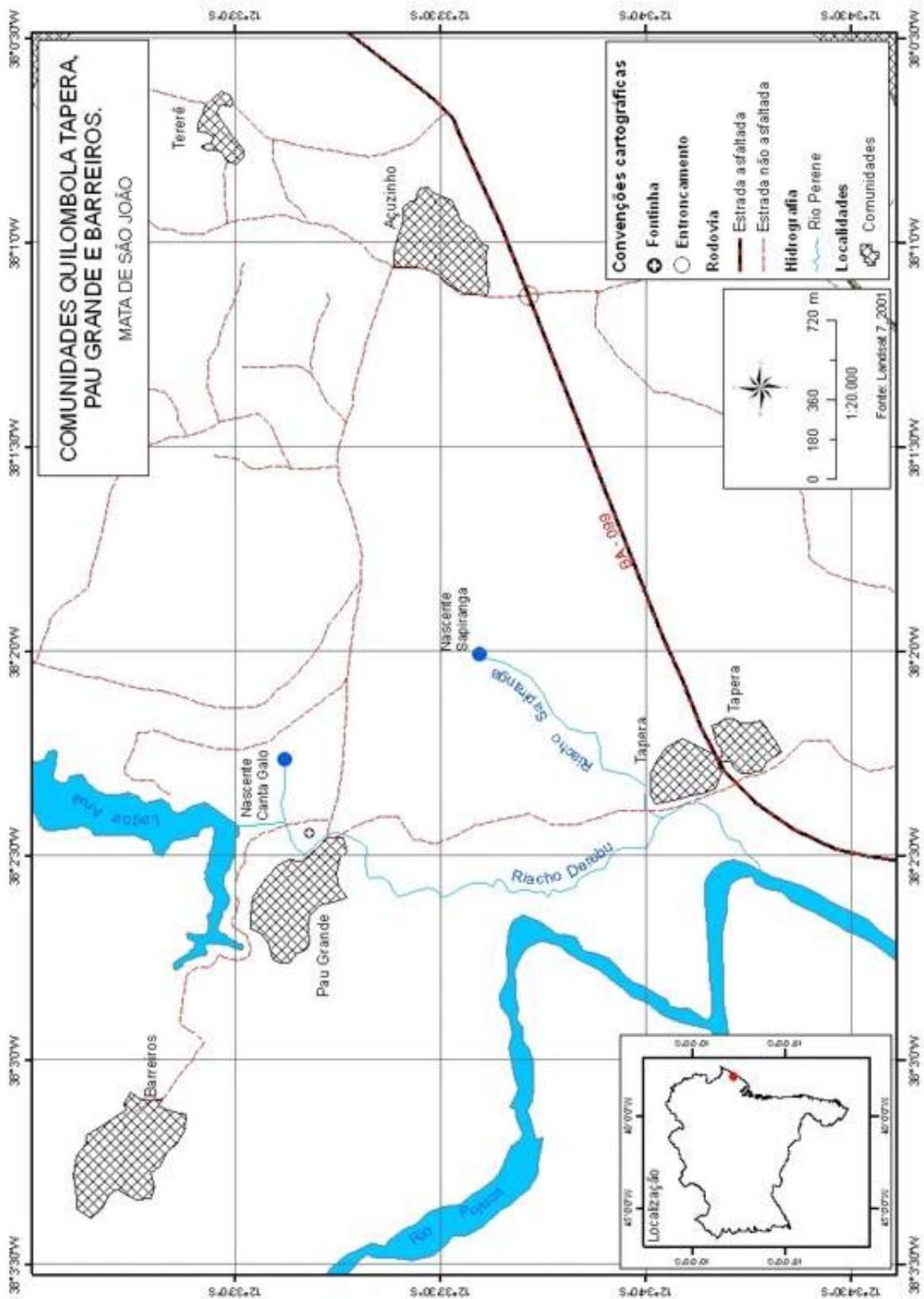


Figura 15. Comunidades Quilombola Tapera, Pau Grande e Barreiro.
Fonte: Elaborado pela Autora.

3.6 ENERGIA ELÉTRICA: UMA NECESSIDADE BÁSICA

A não existência dessas comunidades tradicionais é uma coisa comum, do ponto de vista dos projetos de desenvolvimento, assim como nos projetos de desenvolvimento turístico, porque essas comunidades são pobres, carentes, empecilho para certos projetos econômicos que procuram usar formas diversas para forçar essas comunidades a venderem as suas terras.

Ao tomar conhecimento das necessidades básicas da comunidade, essas são usadas como armadilha para atrair, desarticular, criar e promover conflitos diversos. Para as populações de Tapera e de Sapiranga, a necessidade básica maior é a energia elétrica e essa necessidade tem sido uma dessas armadilhas.

Desde 1985 foram instalados postes para rede de energia elétrica em toda a reserva Sapiranga (área que atinge a Tapera e parte do Pau Grande), ficando apenas na instalação dos postes. As famílias desta área tiveram o direito a energia elétrica impedido por força e manipulação da Fundação Garcia D'Ávila/ Fazenda Praia do Forte, sob o pretexto de que a energia elétrica iria produzir danos ambientais. Outro argumento usado é o de que o uso de aparelhos sonoros iria afugentar os animais.

A energia elétrica é comentada da seguinte forma por Manoel: “veio a luz para o Pau Grande em 1998, mas para Praia do Forte colocaram desde 1985. Chegaram até a colocar poste, a partir deste ano, ficando nisto apenas. Luz que é bom, até hoje nada”.

A comunidade de Barreiro, não tendo sido atingida pela rede, fez mobilização no ano 2000, conseguindo energia elétrica. Desde esta época, as 50 famílias que moram na área da reserva Sapiranga não foram beneficiadas por este sistema.

Na Tapera, a rede de energia elétrica beneficiou o Castelo em reconstrução e a Estação de Tratamento de Esgoto de Praia do Forte (Estação de Tratamento de Esgoto da EMBASA), em 2003. A Tapera, mesmo estando ali a alguns metros desses locais citados, não conta com esse benefício.

Alguns moradores dessas comunidades estiveram várias vezes na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), apresentando alternativas para solucionar esse problema da energia. Senhor José, morador antigo da Tapera e eletricitista, esteve em várias ocasiões nesta empresa, juntamente com encarregados da fazenda, apresentando projetos de energia alternativa, com fios encapados, na tentativa de amenizar a pressão feita pelos moradores. Conforme declara João em 12/03/2006, ele foi perseguido ao ponto

de ter que se mudar para o Açuzinho, alugando a sua casa na Tapera e perdendo-a para o encarregado da Fundação.

Sem alternativa para os problemas com relação à energia, as famílias dessa área foram forçadas a utilizar a forma comum nestes casos de dificuldade de acesso, o “gato”; não lhes restando alternativa, uma vez que esse serviço essencial lhes é negado por razões particulares da Fundação. Essa razão é desprovê-los de direitos e recursos que os assentarão na terra. A Fundação insiste em impedir a execução das obras para a instalação da energia elétrica, ainda que esta seja executada com técnicas apropriadas a áreas de preservação ambiental.

A COELBA, mesmo tomando conhecimento da instalação do “gato”, situação irregular, não tomou qualquer providência no sentido de interromper o uso de energia elétrica por essas vinte famílias, excluídas desse benefício.

A presença de qualquer funcionário da Fundação Garcia D’Ávila desperta nessa população atitude de alerta, desconfiança e desconforto, como costumam afirmar: “alguma coisa vai acontecer”.

Um exemplo concreto desse tipo de atitude é o dia 17/06/2004, quando os funcionários da FGD, munidos de armas de fogo, retiraram o “gato” de energia elétrica que beneficiava essas vinte famílias da Sapiranga nas localidades de Tapera e Pau Grande, tentando furtar os cabos comprados e colocados pelos moradores. Vários desses moradores reagiram no sentido de negociar pacificamente os cabos, solicitando que esses cabos não fossem levados pelos funcionários da Fundação.

Um dos funcionários, portando uma arma, sacou-a e deflagrou contra a população. Em meios ao tumulto causado, ninguém foi atingido. Segundo os moradores ali presentes, o senhor Adriano Paiva, funcionário da FGD, acionou a Polícia Militar que nada fez para defender a população ameaçada e agredida, tratando os habitantes presentes com desrespeito, utilizando de palavrões e de gestos obscenos contra senhoras e senhores idosos que a tudo assistiam amedrontados. Ficando à espera que os policiais e funcionários da FGD se retirassem da comunidade, após a saída dessas autoridades, recolocaram os fios, retomando a ligação do “gato” como direito de usufruir desse serviço essencial para a vida moderna.

O modelo de preservação tem significado para essas comunidades uma perda de direitos básicos, o que as coloca em situação de segregação e discriminação

É a necessidade de ser beneficiado com o serviço de energia elétrica que tem movimentado os moradores das comunidades de Tapera e Pau Grande (reserva Sapiranga), desde o ano de 1985, quando a COELBA instalou os postes nestas localidades. Contudo, a FGD impediu que os serviços fossem concluídos, enquanto as demais localidades no entorno já gozavam deste serviço.

Voltando à questão da palavra necessidade, Arendt argumenta (2000, p. 40)

Que a necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico da organização lar privado; e que a força e a violência são justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de vencerem as necessidades – por exemplo, subjungando escravos – e alcançar a liberdade.

Cita-se neste trabalho o fato da utilização do “gato” de energia elétrica ser como atitude de rebelação por parte da comunidade, para satisfazer a necessidade de energia elétrica, reagindo às proibições impostas pela FGD.

A Fundação, meses depois da instalação desse “gato”, usou este fato para obrigar os moradores aderirem a uma associação patrocinada por ela mesma, cujos estatutos, ao invés de garantirem os direitos dos moradores da Sapiranga, suprimem direitos fundamentais adquiridos pelos seus ancestrais como a posse da terra, da qual os moradores fazem uso há mais de 150 anos, se beneficiam e usufruem livremente dos seus imóveis; impondo-lhes novas normas que dependem da autorização da FGD, restringindo novamente seus direitos.

No primeiro capítulo deste estatuto, no art. 2º, a Fundação traz de volta o termo rendeiros, definindo-os da seguinte maneira:

São definidos como moradores do Parque Ecológico Reserva da Sapiranga, os rendeiros que se encontram unicamente na posse precária de frações do terreno da propriedade do Wilhelm Hermam Klaus Peters, Fazenda Praia do Forte, situado na reserva da Sapiranga entre (delimitações geográficas). Inicialmente, ressaltasse que os associados declaram livre e expressamente não possuírem a propriedade dos terrenos, somente a posse dos mesmos.

Em recibo anteriormente citado, o proprietário da Fazenda Praia do Forte e da Fundação suspendeu o pagamento da renda da terra desde 1977, reforçando e intensificando o processo de proibição aos moradores para retirá-los das terras.

Ainda no capítulo I, no art. 5º, esclarece qual é o objetivo deste estatuto:

Congregar todos os moradores do Parque Ecológico Reserva da Sapiranga para o desenvolvimento sustentado da localidade, preservando todos os ecossistemas, principalmente a fauna e a flora, estimulando e promovendo a cultura popular e o desenvolvimento econômico dos seus associados e comunidade, tendo como finalidade principal propiciar e regulamentar a instalação da rede elétrica e de iluminação para as casas dos retromencionados moradores.

O discurso ecológico está presente no estatuto, valorizando em primeiro lugar a fauna e a flora, depois aos associados, sinalizando para concretizar, finalmente, a necessidade que os moradores têm de energia elétrica com várias restrições citadas no art. 6º como, por exemplo, a letra (d): fiscalizar e impedir que os moradores usufruam sua posse de maneira que interfira diretamente às restrições urbanísticas da localidade. Ainda com relação à questão urbanística, a letra (h), do mesmo estatuto, diz que fixará condições e restrições urbanísticas aos moradores da reserva Sapiranga.

No que diz respeito aos deveres dos associados no art. 13º, aparecem vários itens e em um deles de letra (e) que um outro órgão, fora da comunidade, dará as ordens e fiscalizará esta associação que está sendo proposta. E no art. 38º, esclarece sobre este órgão da seguinte maneira:

Para assegurar o padrão de qualidade urbanística da reserva Sapiranga, local protegido pelo presente estatuto, evitar a poluição ambiental, sonora e visual e evitar descaracterizar a natureza local, a associação contará com um órgão que será responsável pela fiscalização e aprovação de todas as obras de construção no local, bem como pela proteção ambiental. O presente órgão terá o direito de reprovar os projetos apresentados pelos associados, caso os mesmos estejam fora dos padrões previstos neste estatuto e que prejudiquem o ecossistema local.

A representação deste órgão aparece no parágrafo 1º do art. 38º, da seguinte maneira:

Este órgão será representado único e exclusivamente pela Fundação Garcia D'Ávila, que possui legitimidade para ocupar tal posição, tendo em vista, a vasta experiência e conhecimento do Litoral Norte e, em especial, da reserva de Sapiranga, além disso, pelo seu notório trabalho de preservação do ecossistema local.

Do parágrafo 1º até o 4º, o estatuto proposto reafirma as restrições urbanísticas, anteriormente citadas.

No capítulo V, aparecem as normas de proteção para a reserva da Sapiranga e, logo em seguida, no mesmo texto, essas normas são chamadas de Restrições Urbanísticas Convencionais as quais devem ser obedecidas em sua integralidade pelos moradores da reserva. A Fundação traz de volta as antigas proibições contidas nos recibos e informativos dos anos 1970 e 1980, que são:

Não poderá haver desmembramento dos terrenos que estiverem na Fazenda Praia do Forte; não poderá ser cedida a posse dos terrenos sem a autorização expressa da FGD; não poderá ser feito no terreno, qualquer movimento de terra sem prévia autorização por escrito da FGD, órgão de monitoramento e fiscalização; os terrenos não poderão ser destinados ao comércio; a vegetação não poderá ser desmatada; o plano para a construção de valetas para escoamento de águas pluviais deverá ser aprovado pela FGD; projeto de edificação, reforma do imóvel comprometido fica sujeita a aprovação prévia da FGD.

Quanto à criação de qualquer tipo de animal doméstico, o estatuto permite apenas os seguintes animais, nas condições propostas que só será permitida a criação dos seguintes animais domésticos: porcos, cabras, carneiros, cachorros e gatos e etc; dentro das áreas internas da posse dos moradores. Volta ainda, neste mesmo documento, a proibição de instalação de barracas e vendedores ambulantes, dentro da área da reserva.

Todas essas proibições deverão ser obedecidas pelos moradores para que possam receber o programa de energia elétrica, pleiteada pelo estatuto dos moradores do Parque Ecológico Reserva da Sapiranga.

Os requisitos para a obtenção de energia elétrica, segunda a Fundação, no estatuto propõem:

a) a rede elétrica obtida através da associação será fornecida apenas para os associados que possuam casas de moradia construídas nos respectivos terrenos que possuam a posse, ou seja, os terrenos sem nenhum tipo de edificação não terão acesso à referida rede elétrica; b) para a instalação da rede elétrica e de iluminação, serão elaboradas normas específicas para a observação dos moradores do local e dos órgãos públicos; c) toda rede de fiação elétrica das áreas interna e externa dos moradores deverá ser subterrânea; as caixas d'água deverão ser abrigadas em baixo do telhado da construção.

Nesse ponto, essas populações de residentes são comparadas a outros habitantes da zona rural. Sobre o homem do campo brasileiro e a luta para conquistar o direito de cidadão, Santos (1987, p. 29) reflete da seguinte maneira:

Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhes são negados sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais.

De volta ao estatuto proposto pela FGD, observa-se que os fatos aqui analisados vêm suprimir direitos fundamentais das populações tradicionais das comunidades Tapera, Pau Grande e Barreiro, tais como: posse e uso da terra, que esses moradores detêm há muitos anos, herança de seus ancestrais, como também o direito de usufruir livremente dos seus imóveis, impondo-lhes normas e proibições que dependem da Fundação, em desrespeito ao direito adquirido.

A justificativa usada pelo funcionário da FGD, para a criação de tal associação, é a busca de verbas públicas para a viabilização da energia elétrica da Sapiranga, o que mostra, em flagrante desacordo com os atos praticados com os moradores, uma vez que não se justifica a eliminação de um serviço precário (gato) de obtenção de energia elétrica, antes da instalação do serviço de fornecimento em definitivo.

Chama a atenção dos moradores outro aspecto, porque somente próximo à eleição municipal surge a proposta vinda da Fundação e do advogado da prefeitura para fundar uma associação, criada com o fim exclusivo de instalar energia elétrica na Sapiranga. Para legitimar e concretizar o “golpe” contra os moradores, foram realizadas diversas assembléias na casa do visitante da Reserva Sapiranga, controladas de forma autoritária pelo funcionário da FGD, Adriano Paiva, pessoa por quem a comunidade tem esquivança e que, durante as assembléias, negava-se a fornecer os esclarecimentos solicitados pelos presentes, deixando claro que seu objetivo era enganar a população.

Apesar da visível falta de informação dos moradores, estes não concordaram em aprovar os estatutos propostos, entendendo que os mesmos continham palavras e frases que iam contra os seus direitos. Segundo os comentários da população, o que a Fundação está propondo “nós vamos ficar nas mãos dela”. Fica clara a intenção da Fundação nos estatutos, a supressão e a limitação dos direitos dos moradores dessas comunidades, como também a interferência dela nas suas propriedades e na vida privada. Diante da recusa dos moradores, o funcionário da Fundação prometeu modificar os estatutos de acordo com os interesses da comunidade, marcando uma nova assembléia.

Em assembléia do dia 13 de julho de 2004, compareceram mais de 50 moradores das comunidades Tapera, Pau Grande e Barreiro, juntamente com um advogado convidado

por eles. A presença do advogado causou um desconforto ao funcionário da Fundação que, desde o início da assembléia, começou a destratar o advogado, sob o pretexto de que não representava as comunidades ali presentes, causando reação por parte dos moradores.

Em meio a um clima desconfortável, o funcionário da Fundação declarou, com um texto em mãos, que as modificações exigidas pelos moradores haviam sido feitas nos estatutos e que não havia necessidade de sua leitura, declaração imediatamente contestada pelos moradores presentes e pelo advogado, exigindo que o mesmo fosse lido por outra pessoa. Sem alternativa, o funcionário da Fundação foi convencido a apresentar o documento para que os moradores tomassem conhecimento das modificações exigidas por eles, na assembléia anterior.

No momento em que transcorria a leitura, constata-se que nenhuma das modificações apontadas e decididas pelos moradores foram realizadas. Ao contrário, mais restrições foram incluídas ao documento, um flagrante desrespeito aos direitos das comunidades.

Sentindo-se desmascarado em sua tentativa de enganar os moradores, o funcionário da Fundação, vendo que havia criado um clima de insatisfação na população presente, a qual foi se retirando indignada das dependências do Centro Cultural da Fundação, localizado na Sapiranga, mostrou-se furioso por não ter conseguido obter êxito na criação de uma associação de moradores e de ter em mãos um documento com o qual poderia expulsar os moradores da Sapiranga. O funcionário partiu para a desmoralização dos presentes, culminando com um ataque à moral e à honra do advogado convidado. Muitos moradores tentaram revidar às agressões, logo sendo acalmados pelos outros.

A atitude do funcionário da Fundação não era novidade para a população das comunidades, visto que o mesmo vinha realizando, nos últimos sete anos, um trabalho sistemático visando à desagregação dessas comunidades compostas por indivíduos pertencentes, na sua maioria, ao mesmo tronco familiar; primeiramente, com a clara intenção de gerar conflitos, conseqüentemente dividi-los e enfraquecê-los, facilitando a expropriação desses moradores.

Logo após o incidente, uma comissão de moradores, juntamente com o advogado Paulo César Oliveira, elaborou um abaixo assinado, relatando os fatos e encaminhando-o ao Ministério Público. A comunidade recebeu do Ministério Público a resposta de que é livre o direito de criar associações.

Algumas famílias na Tapera foram em frente, criando uma associação e, surgindo daí, uma divisão interna nas comunidades. A associação foi criada pelas comunidades Pau Grande, Barreiro e adjacências, após alguns meses de reuniões, assembleias e estudos no final de 2004 e em janeiro de 2005. Nasce, desse processo, a Associação de Moradores Tupinambá.

3.7 UM ATO POLÍTICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Após o processo enfrentado pelas comunidades com a Fundação Garcia D'Ávila sobre o estatuto, no final de 2004, alguns moradores, percebendo a gravidade do momento, resolveram buscar ajuda fora da comunidade. Formando uma comissão de moradores — Elias Evangelista, Casimiro Julião, Felipe Rodrigues e Crispim de Jesus — procuraram a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa que os encaminhou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No INCRA, foram recebidos pelo superintendente, Marcelino Galo, que pessoalmente contactou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) para saber qual era a situação da reserva Sapiranga. Esse último respondeu, via fax, que havia documento encaminhando pedido de duas RPPN's (Reserva Particular do Patrimônio Natural) para a Sapiranga e Camurujipe. E que o processo só seria barrado se houvesse um outro processo, a pedido das comunidades em conflitos. O INCRA, mesmo assim, marcou visita para conhecer a problemática dessas comunidades *in loco*.

Nesta visita, vieram o superintendente do INCRA e Ouvidoria, representantes do IBAMA (Paulo Henrique), Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa Estadual, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa Estadual, Movimento Negro Unificado (MNU). Essas entidades ouviram as denúncias feitas pelos moradores das comunidades e, na ocasião, o INCRA esclareceu que não poderia tomar a frente do processo, que apenas executa a demarcação do território de propriedades envolvidas em conflitos, através de uma solicitação de outro órgão, como, por exemplo, da Procuradoria Geral da República, da Fundação Cultural Palmares, da Fundação Nacional do Índio.

O representante do IBAMA justificou que não era de sua competência, pois esta se trata de uma questão agrária, ficando resolvido que a comissão de moradores voltaria ao INCRA, na tentativa de encontrar uma saída para essa problemática.

Voltando várias vezes àquele órgão, a comissão de moradores é encaminhada pelo superintendente, à Comissão de Meio Ambiente, que em audiência pública, seção especial sobre o dia internacional da água, recebe solicitação da associação de moradores. Nessa seção, foi colocada a problemática das comunidades pelo superintendente do INCRA e feito o pedido de audiência pública, pelo presidente da associação de moradores Tupinambá e registrado pela mesa daquele dia. Um mês depois foi dada uma resposta de que a Comissão de Meio Ambiente organizaria a audiência pública.

Essa comissão de moradores das comunidades esteve por várias vezes com a Comissão de Meio Ambiente (CMA), com a finalidade de organizar a audiência pública e com o objetivo de expor os conflitos entre as comunidades e a Fundação Garcia D'Ávila, procurando solucionar o problema dos moradores, sem que eles perdessem a propriedade da terra.

Várias outras entidades foram convidadas para a discussão, como a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Fundação Cultural Palmares (FCP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Projeto GEOGRAFAR (UFBA), Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA), IBAMA, INCRA, FGD, CDH, CMA, Câmara de Vereadores de Mata de São João, Centro de Educação Popular Milton Santos (CEPMS), Comissão de Justiça e Paz (CJP), Procuradoria Geral da República, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA), entre outros.

Um dos problemas enfrentado pelas comunidades no dia da audiência pública foi o transporte para chegar até a Assembléia Legislativa do Estado, onde esta foi realizada.

4 VISIBILIDADE AO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E INTERVENÇÃO

Conforme se observou no capítulo 3 (subitem 3.7, p. 113-14), as entidades envolvidas no ato público tiveram significativa participação em nível político, representativo e de encaminhamento. A CMA deu uma grande colaboração quando viabiliza uma audiência pública, junto à Assembléia Legislativa da Bahia, além de mobilizar outras entidades para estarem presentes, entre elas IBAMA, OAB-BA, INCRA, CPT e outras; foi via CRA que se obteve informações acerca do conceito gestor do Litoral Norte que estava em mãos de grandes empresários da construção civil e do turismo; a Associação de Moradores Tupinabá tornou público a invisibilidade das comunidades de Tapera, Barreiro e Pau Grande diante dos investimentos feitos pelas imobiliárias, prefeitura e grupos econômicos ligados ao turismo; a Fundação Cultural Palmares foi de extrema importância porque deixou claro que as comunidades tradicionais, como as do caso em estudo, teriam encaminhamentos próprios para o problema da terra e a resolução do conflito.

A intervenção dessas entidades dar-se-á no decorrer desse capítulo.

A partir da audiência pública realizada no dia 11 de maio de 2005, a problemática das comunidades se transforma em ato político de extrema relevância, não só para as comunidades Tapera, Pau Grande e Barreiro, mas também para chamar atenção para os problemas nacionais desse momento, conforme pode-se ver na Foto 14.

A mesa dessa audiência pública foi composta pelo presidente da associação Tupinambá, um representante da Fundação Garcia D'Ávila, o presidente da Comissão de Meio Ambiente, a Comissão dos Direitos Humanos. O representante da Imobiliária Açú da Torre não compareceu, nem justificou sua ausência.

Esses problemas nacionais são referentes a conflitos com os povos indígenas e comunidades tradicionais (ligadas a garimpos, madeiras e avanço das grandes propriedades), ocupando florestas e outros espaços de interesse nacional e internacional, com relação às riquezas naturais do país que estão em pauta no processo de desenvolvimento sustentado.

O caso Sapiranga é colocado em audiência pública porque requer uma discussão mais profunda acerca da história das ocupações do Litoral Norte Baiano que tem se utilizado da mídia para manter a imagem de preservação ambiental. Sabendo-se da história de dominação e expropriação, se faz necessário um acompanhamento por parte da

sociedade para que as comunidades tradicionais, ainda existentes no espaço, não sofram danos ou mesmo desapareçam, verificando-se, portanto, a possibilidade de que seja feita uma ocupação respeitosa do espaço e que favoreça a permanência dessas comunidades sem uma visão voltada apenas para o desenvolvimento econômico, mas interação entre comunidades, poder público e empreendedores.

Fala-se ainda da interação necessária e que esta seja feita com ética e transparência, para preservar as comunidades tradicionais como Tapera, Pau Grande e Barreiro. Lembra-se que é conhecida a dinâmica permeada com o vínculo de exclusão indireta, fazendo com que essas comunidades não tenham qualquer infra-estrutura e, conseqüentemente, vendam seus patrimônios a baixo custo, busquem saídas na migração para os centros urbanos mais próximos.

Precisa-se refletir em um processo que é comum no Brasil: o Estado relegou ao abandono absoluto certos locais, fazendo com que financiamentos internacionais comprem, a baixo custos, os imóveis dessas áreas. E, mais tarde, vão aparecer empreendimentos sem nenhum compromisso com a identidade local, visando apenas lucros.



Foto 14 - Audiência Pública (Jornal ATARDE, 12 de maio de 2005)

Os agravantes desses problemas no Estado são: os órgãos ligados ao movimento ecológicos estão sendo dilapidados pela politicagem e malandragem, conforme pontua o presidente da Comissão de Meio Ambiente em 11/05/2005 e acrescenta que é necessário um movimento social, indo às ruas para anular os braços do poder esdrúxulos. Ainda argumenta que é preciso uma melhor estruturação para, em conjunto com o movimento social, tornar a capacidade de enfrentamento essencial para buscar um posicionamento dos órgãos estaduais, municipais e federais, sobre questões como a abordada por esta audiência pública.

Continua enfatizando o representante que a presença do CRA, nesta audiência, é um exemplo de interlocução com as estruturas públicas, que devem ser acompanhadas do enfrentamento jurídico. Este intercâmbio deve ser com os órgãos, de forma harmônica, pois o modelo de desenvolvimento que se quer, busca preservar a vida do povo e não do capital internacional. Na defesa do povo, acrescenta, ainda, que não se quer um país bonito para os que vêm de fora, mas um país digno com aqueles que vivem aqui. E, para concluir a abertura dessa audiência, reafirma que o maior patrimônio é o povo, mas com cidadania e dignidade.

4.1 INTERVENÇÕES FEITAS PELA COMUNIDADE

O representante da Fundação Garcia D'Ávila, ao se apresentar na abertura da audiência pública do dia 11 de maio de 2005, afirmou que é um nativo e guarda florestal da reserva Sapiranga, apresentando a Fundação como uma organização não governamental, criada em 1981 e que é uma entidade que cuida do monitoramento ambiental e cultural de Praia do Forte. Com relação à área da reserva, o representante afirma que são 443 hectares e são áreas protegidas, pois estão dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte da Bahia, sendo demarcada como Zona de Proteção Rigorosa (ZPR). Esclarece para os órgãos presentes no auditório que dentro da floresta há cerca de 151 pessoas morando lá.

Em seguida, o presidente da Associação Tupinambá diz que não se está ali querendo brigar com ninguém, está apenas procurando direitos, aquilo que os seus pais deixaram de herança: a terra. Esclarece que esta terra que, neste momento é motivo de

cobiça, e que por isso estão nesta audiência, porque se vive muito assombrado, não sabe se amanhã ou depois estarão no mesmo lugar.

Na realidade, o que esses moradores estão vivendo é descrito da seguinte forma por eles mesmos:

Vivemos numa ilha isolados. As outras comunidades que nos circundam estão bem melhores. É só ir ver Cachoeirinha, Tiririca, Barra de Pojuca, Praia do Forte e Açuzinho, já receberam serviço de água encanada e energia elétrica e nós ainda não. Será que não somos humanos? Acho que merecemos respeito.

Outros representantes das comunidades foram chamados para a mesa e apresentaram os seguintes fatos: “temos documento comprovando que há mais de 130 anos atrás pagávamos taxas (foro) aos donos das Fazendas Praia do Forte, Camurijipe, Covão, Passagem Grande, Cardoso e Retiro”.

Sobre a forma de vida dos moradores, esclarecem:

Tem morador como senhor Crispim que tem raiz na terra há mais de 150 anos na região, ele e sua família produzem farinha e azeite de dendê. O casal senhor Gregório e dona Antonieta, ele com 105 anos de idade, são descendentes de índios, preservando hábitos e costumes como as roças com tudo que precisam de alimento e de chás; e ainda utilizam o jumento como meio de transporte para tudo.

A cultura dessas comunidades é preservada até o momento, contam eles:

Para falar do nosso passado, contamos as histórias dos lugares e pessoas; temos símbolos como a careta que é usada por crianças, jovens e adultos nos meses de janeiro e fevereiro e até o carnaval para se divertir. As nossas casas eram de taipa e palha e só agora aparecem com cerâmica e telhas.

Quanto às práticas e técnicas para a questão da sobrevivência, explicam dando os seguintes detalhes:

Temos plantações de mandioca e, na produção de farinha, ainda utilizamos elementos completamente artesanais. Temos a pesca de camarão, peixe e pitu, utilizando técnicas indígenas como barrar o rio com o jiqui. Vamos ao rio todos os dias e usamos essa água para lavar roupa, tomar banho e uso doméstico.

No sentido da identidade da comunidade, esclarecem a existência dos lugares sagrados como: a Fontinha, os Milagres, a Fonte das Caboclas, lugares respeitados e onde

os ancestrais faziam vários rituais de batismos e de história da luta pela terra, e outras nascentes como a do Canta Galo onde a água ainda é pura.

Falando de outros lugares e festas, acrescentam que o dia primeiro de novembro era dia de missa no Castelo. A festa durava cinco dias. Após a restauração, perderam o acesso ao Castelo e às festas. Outros moradores completam essa afirmativa dizendo: “até o Castelo restaurado e a estação de tratamento de esgoto de Praia do Forte têm energia. Nossa comunidade não é iluminada, mas fezes e excremento são”.

O morador Manoel , retomando a história da comunidade, diz:

Em 1995 foram colocadas as cancelas pela Fundação, aí nós quebramos e queimamos. O Ministério Público acabou dando a causa para a gente. Fizeram com as cancelas que descendente de índios e escravos pagassem pedágios para entrar em suas terras.

Denunciam ainda as casas construídas sobre as nascentes feitas pela Imobiliária Açú da Torre que, em dezembro de 1981, loteou toda a terra da comunidade Pau Grande e Barreiro e sobre isso dizem:

Barraram a água de oito nascentes e nossos brejos de plantio desapareceram. Desmataram tudo, aí a área foi valorizada e é vendida por preços exorbitantes todo o loteamento. O primeiro efeito do loteamento, ao redor da lagoa, arrancam os juncos que oxigenam a água e contaminam a água com esgotos e fossas, que dá febre e micose em quem toma banho.

Sobre a barragem Lagoa do Aruá e o desaparecimento das nascentes esclarecem: “os moradores da lagoa vão fazer cerca para virar praia particular deles. Aquilo que a comunidade tinha acesso livre, agora vai ser fechado”. E, ainda sobre a água, dizem: “estão cercando as águas ao ponto de sermos considerados intrusos, invasores. A água está sendo privatizada”.

A necessidade de água é uma reivindicação antiga e prometida pela prefeitura. Os moradores reivindicam da seguinte forma:

Há quatro anos esperamos a instalação de reservatório de água pra gente. Já furaram um poço pela CERB, mas não existe água correndo pelos canos, isso foi na gestão anterior. Por isso, nossas crianças, idosos e mulheres grávidas têm que subir ladeiras longas para termos água pra cozinhar.

Estes moradores apresentaram as reivindicações de acordo com as suas necessidades mais urgentes. Dizem que como querem a propriedade da terra com a devida demarcação, pois a terra é deles, foi deixada por seus ancestrais. Eles listam outras necessidades básicas, como:

A instalação de um sistema de água no Pau Grande, de rede elétrica em Tapera e Pau Grande, construção de reservatórios para coleta de água de chuva, fossas sépticas, escola para jovens e adultos (a maioria da população é analfabeta), posto de saúde funcionando, acesso a programas de geração de emprego e renda e políticas públicas de renda mínima, transporte público, principalmente para as crianças chegarem às escolas, melhoria das estradas, telefones públicos.

Quanto ao loteamento Açú da Torre, fazem reivindicações específicas, no sentido de suspensão do processo de loteamento nos terrenos das comunidades de Pau Grande e Barreiro e, ainda, a fiscalização de esgotos, fossas das casas já construídas e do desmatamento em volta da barragem, nascentes e dos brejos.

É esclarecido, pelo presidente da audiência pública, Zé Neto, que o objetivo desta audiência “é também para que nós passemos a tomar posicionamentos e ouvir as instituições aqui presentes sobre as reflexões e que encaminhamentos tomar”.

Compreende-se que esse processo de visibilidade, iniciado com essa audiência pública traz a essas comunidades um novo motivo para continuar a luta, envolvendo, também, outras entidades.

4.2 SAPIRANGA E CAMURIJIBE: POSICIONAMENTO DE ENTIDADES EM AUDIÊNCIA

Outras versões do caso Sapiranga e Camurujipe vão aparecendo, conforme se posicionam as entidades ali presentes. Entidades essas ligadas ao governo estadual, federal e ONGs que vão revelando o envolvimento de forma direta ou indireta no caso.

O representante do IBAMA inicia a intervenção das entidades relatando que:

O IBAMA recebeu uma solicitação de Klaus Peter, da Fundação Garcia D'Ávila, em dezembro de 2004, solicitando a criação de uma Unidade de Conservação, que é uma Reserva Particular de Patrimônio Natural

(RPPN), para a área de Sapiranga. O processo está tramitando em Brasília. Recebemos documentação da Assembléia Legislativa da Bahia, através da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente, no qual foi enviada para a Diretoria de Ecossistema (DIREC), órgão que cria tais unidades.

Relata ainda o representante do órgão que a conversa com o pessoal da DIREC, através de telefonema, sobre a posição da Diretoria de Ecossistema e sobre a documentação recebida, diz:

O devido documento enviado pela Comissão de Proteção ao Meio Ambiente, o caso vai ser avaliado de outra forma, mas bateu um parecer que vai retornar. Inclusive, pretendo anexar a ata desta audiência ao processo.

Sobre o que representaria uma RPPN para as comunidades reflete, esclarecendo, que esse processo interferiria na presença e na organização dessas comunidades aí fixadas, dizendo:

A RPPN é de uso particular, a qual é solicitada pelo proprietário. Mas o que está sendo filtrado é de que são duas RPPNs, uma em Sapiranga e outra em Camurugipe. Caso Camurugipe não apresente nenhum problema, será liberada.

O processo de delimitação das terras dessas comunidades seria fundamental, pois facilitaria ao IBAMA encaminhar o processo de legalização da RPPN. Comenta o funcionário, esclarecendo este ponto da seguinte maneira:

Essa delimitação das terras das comunidades seria uma coisa muito importante para o IBAMA, iria definir qual é a área que a Fundação está solicitando. Porque, depois de grilada, têm uma série de limitações, então o IBAMA irá realizar uma consulta pública feita à prefeitura e aos órgãos estaduais.

O representante da comissão de Direitos Humanos intervém, procurando reforçar que é necessário tomar providências:

No ano passado houve uma denúncia dos moradores referente à soltura de animais silvestres e selvagens. Enviamos um pedido para o IBAMA, solicitando, se fosse possível, a suspensão da criação desses animais. Mas o IBAMA relatou que não tinha competência sobre a área, e hoje o IBAMA já demonstra que está acompanhando o processo.

Outros participantes da audiência intervieram perguntando, “se os moradores são proibidos de capinar suas áreas e cuidar dos seus quintais, o que fazer?”. Sabe-se que a eles tudo tem sido proibido nos últimos trinta anos. Que essas proibições são reforçadas com o uso do aparato oficial. Responde o funcionário:

Primeiro o IBAMA não proibi capinar ou fazer limpeza. Quem estava proibindo era o pessoal da Fundação. Em relação ao loteamento e licenciamento, é de competência do Governo do Estado, assim como os lagos e nascentes. Quanto aos animais, temos que ver se foi realmente o IBAMA que soltou.

Segundo os comentários da população das comunidades sobre a Fundação usar carros com emblema do IBAMA, explica o representante do IBAMA que a coisa mais fácil do mundo é falsificar uma carteirinha do IBAMA, no camelô; além do mais, a área não é uma Reserva Ambiental regularizada para o IBAMA soltar animais.

Ainda comentando sobre a questão do uso do emblema do IBAMA, os moradores dizem que na Reserva Sapiroanga, existem placas com *slogan* do IBAMA em várias partes. Responde o representante do IBAMA, relacionando o problema com a APA Litoral Norte, da seguinte forma: “pode-se dizer que o que há é a APA, uma Unidade de Conservação, mas não que seja uma RPPN. Mas, de qualquer jeito, estive lá e não vi nenhuma placa do IBAMA”.

O presidente da mesa de audiência solicita que essas comunidades providenciem fotos dessas placas, pois usaria isso juridicamente. As pessoas da comunidade completam que, além das placas com o nome do IBAMA, existem centenas de outras com área particular, proibindo entrar. Sobre esse assunto, orienta o funcionário que cabe aos moradores vigiar o proprietário da Fundação.

Outras perguntas feitas pela plenária sobre o pedido de aprovação da RPPN, foram: caso seja aprovado o pedido da RPPN, como fica a situação das populações tradicionais? Elas poderão ser expulsas? Cria uma fragilidade maior para essas populações?

Esclarece o funcionário do IBAMA:

Sem dúvida, dentro de RPPN não pode existir população alguma. O que pode acontecer é que se pode negociar uma área em que não more ninguém e legalize com RPPN. É atributo imprescindível que não more ninguém lá.

Sobre os lotes em volta do lago, os moradores contam:

Há dez anos atrás, quem adquiriu os lotes eram informados que não podiam desmatar uma área superior a 20%, e depois o CRA criou o que hoje é uma APA. Simplesmente uma pessoa chega lá, joga a Mata Atlântica no chão e nenhum órgão desse se pronuncia. O que está ocorrendo? Tem loteamento ao redor de nascentes que estão desmatando e jogando os resíduos sólidos nessas nascentes, e um técnico já informou que uma nascente dessas poluída jamais poderemos reverter o processo.

O representante do CRA, Ana Carneiro, tenta esclarecer as atribuições dessa entidade, dizendo ser ela o órgão responsável no Estado pelo controle ambiental, respeitando os limites de competência entre o município e a união.

E sobre o caso específico da Sapiranga, diz que não tiveram a oportunidade de ter entrevista, contatos e realização de audiência pública com a comunidade, com o intuito de tais empreendimentos. Quanto às reivindicações feitas pelas comunidades informa saber que havia algumas reivindicações, principalmente quanto à energia elétrica e que gostaria de ouvir a comunidade sobre o cumprimento desta regulação que criou a portaria. Essa funcionária repete que o papel do órgão é de olhar não só as questões ambientais, mas também sociais.

A funcionária do CRA esclarece acerca da solicitação para a implantação de empreendimento, dizendo que primeiramente se faz a de localização. Nesse caso, ocorreu um amplo processo de discussão, com estudos ambientais, sendo que foram disponibilizados relatórios pelas comunidades. Concluída essa análise de viabilidade da implantação desse empreendimento, é criada a resolução que será aprovada pelo conselho; na fase posterior, a implantação é criada uma portaria. No caso da Sapiranga, esclarece que:

A comunidade deveria ter acesso à infra-estrutura adequada e à energia elétrica. Por conta disso, foi criada uma associação (aquela associação imposta pela FGD) dentro da própria comunidade, com o intuito de acompanhar se o empreendimento estava disponibilizado, através da FGD, uma vez que o terreno é de propriedade particular.

A funcionária perguntou “Qual foi o avanço que ocorreu com relação a essa associação, que foi criada em 2004?”, ficando bem claro que o CRA não acompanha a problemática gerada com a proposta de associação feita pela FGD.

Em meio à platéia, um morador da comunidade reage, interrompendo a funcionária, afirmando que “essa associação, que eles criaram, nunca foi aceita, já que ela proibia tudo”. “Os moradores das comunidades de Pau Grande, Barreiro e adjacências criaram a Associação Tupinambá”, responde o senhor Elias Evangelista, presidente da Associação.

O presidente da mesa insiste: “mas eu gostaria de saber a respeito da associação de moradores do Parque Ecológico Reserva da Sapiranga”.

Na dinamicidade da audiência, um morador explica o seguinte: “esse estatuto foi dado pela FGD, para que os moradores assinassem. Porém, quem assinasse esse estatuto estaria, na verdade, negando a posse da terra”.

Um outro participante da audiência questiona, nesse momento, a questão da representatividade no conselho e se ela existe de fato.

O representante do CRA justifica que:

Existe uma comissão de acompanhamento formada pelo representante do governo, do CRA, da Secretaria de Meio Ambiente, pelo empreendedor e pela comunidade; é uma preocupação sócio-ambiental e, enquanto processo de licenciamento, foi criado esse espaço. Portanto, existe um espaço dentro da comissão de acompanhamento do empreendimento que está sendo implantado lá agora.

Percebe-se que órgãos do governo do Estado respondem, principalmente, às necessidades dos empresários e dos seus projetos para o espaço; e que as comunidades ou se articulam ou ficarão marginalizadas por esse processo e desaparecerão. Conclui-se que o Estado, através de seus órgãos, entregou a APA Litoral Norte aos empresários, viabilizando uma infra-estrutura voltada para esses empreendimentos; as comunidades estarão aí até quando puderem, apenas estão sujeitas ao descaso desses empreendimentos e do poder público.

Quanto à proposta do estatuto feita pela Fundação, já foi analisada anteriormente neste trabalho. O que essas comunidades lutam é pela posse da terra e satisfazer as suas necessidades mais urgentes.

Outro morador, tomando a palavra, pergunta: “com relação à barragem, gostaria de saber qual a competência e o que tem sido feito pelo CRA, no sentido de fiscalizar as moradias que estão sendo construídas sobre as nascentes”, recebendo como resposta:

Realmente, o CRA é um órgão responsável pela fiscalização. No entanto, no momento eu não tenho informação porque existem diretorias separadas. Por isso, recomendo que sejam feitas solicitações específicas, com o nome dos empreendimentos, com a localização exata, para que possamos dar informação mais precisa.

Afirma-se que os órgãos do Estado estão distantes da problemática enfrentada pela população, nas diferentes regiões, em seu cotidiano e que o poder hegemônico dos empresários, o tráfico de influência e o *lobby*, em órgãos do governo, facilitam a tramitação de qualquer projeto por eles encaminhado. As comunidades têm um único projeto: manter-se na terra. Este é o principal espaço do conflito: grupos com interesses diferentes, disputando o mesmo espaço.

Da intervenção do CRA, ficou decidido, nesta audiência, que seria elaborada uma relação com o nome dos empreendimentos, os lugares que estão sendo poluídos ou sofrendo degradação.

A Comissão de Direitos Humanos (CDH), da Assembléia Legislativa, presidida por Yulo Oiticica, seu advogado e equipe, tem acompanhado o conflito dos moradores dessas comunidades e avalia o processo da seguinte forma:

A violação dos Direitos Humanos da comunidade de Sapiranga tem sido brutal e, apesar do avanço da organização de vocês, estamos perdendo, quando viemos aqui nesta audiência, vocês pedindo migalhas. Precisamos deixar claro quem são os invasores nesta história, se são os que moram na área há mais de 200 anos ou é a Fundação, porque até onde eu sei, as comunidades remanescentes são tratadas como invasoras e é preciso que essa história seja mudada. E, a essa altura dos fatos, ainda se pede energia e água. É preciso sistematizar as ações, para que possamos interagir de forma sistemática.

Quanto à forma de encaminhamento, Yulo sugere:

É fundamental a ação da Fundação Cultural Palmares. É preciso que a comunidade se reconheça como remanescente de quilombolas, porque aí sim nós avançaremos de fato. Temos o professor Ubiratan, à frente da Fundação Palmares, que é um companheiro nosso, reconhecedor de nossa realidade. Nesse sentido, acho que deveria ser acionada, a partir dessa Audiência Pública, a Fundação Palmares.

A Fundação Cultural Palmares, pela sua história de estudos e descobertas de comunidades quilombolas, foi solicitada, devido à problemática dessa população que está relacionada à questão de comunidades quilombolas. Essas comunidades são tradicionais,

enfrentam problemas ligados à visibilidade, pois estão sendo destruídas por grupos econômicos e empreendimentos, construídos ou em construção no Litoral Norte, e porque elas lutam pela posse da terra. O que é foco principal da luta é a terra e essas comunidades precisam dela para permanecerem onde estão localizadas, pois enfrentam o processo de expulsão lenta, seletiva e arbitrária. Sabe-se que tal processo atingirá a todas as comunidades do Litoral Norte da Bahia.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária analisa a situação das comunidades, através da ouvidora Dr. Eloísa:

O INCRA teve conhecimento através de uma comissão de moradores que nos procurou. Nós, juntamente com o IBAMA, a CMA (Zilton), CDH (Yulo, Isidoro), participamos do início desse processo e dissemos que o INCRA trabalha com a desapropriação para Reforma Agrária e que nós só poderíamos trabalhar com as comunidades, como o pedido da Fundação Palmares. E precisa vir de vocês o pedido de auto-reconhecimento, para que o INCRA possa fazer o trabalho de reconhecimento e demarcação do território de comunidade quilombola.

O auto-reconhecimento é um processo que cabe apenas à comunidade fazê-lo e é função do INCRA, complementa a funcionária:

A comunidade escolhe o caminho da luta, e o INCRA participa ou não. Existe uma luta que vai acontecer, que é a luta jurídica, provavelmente, com relação ao INCRA, só entraria no caso de um reconhecimento, de uma identificação, delimitação ou demarcação.

A prefeitura de Mata de São João enviou para a audiência a funcionária Nilzane de Oliveira, da Secretaria de Articulação Comunitária, do Trabalho e Ação Social e do vereador José Seneia Silva. A secretária compara a situação da Sapiranga, ao mesmo processo que passou Praia do Forte nos anos 1973 e 1974, quando a Fundação foi expulsando os moradores. Ela afirma que a prefeitura irá acompanhar o problema, mas lembra que após doze anos de terrorismo total, o município realmente está sendo construído. Enfatiza, ainda, que a prefeitura irá acompanhar as reivindicações que estão sendo feitas pela comunidade.

O vereador José Seneia comenta a autoridade do novo prefeito João Galberto sobre o Litoral do município dizendo que está sempre olhando o litoral matense pelo lado direito e esquecendo do esquerdo e agora está se propondo a olhar para os dois lados. Comenta ainda que a renda de Mata de São João é produzida, em sua grande quantidade, pelo

Litoral Norte e é lá que serão investidos esses valores. Conclui afirmando o que o prefeito tem feito, juntamente com a construtora ODEBRECHT, toda a infra-estrutura para os hotéis em instalação e estes estarão trazendo a necessidade de mão-de-obra e dinheiro, investindo, assim, em trabalhos que serão efetuados no litoral pelo lado esquerdo da BA 099, nas comunidades Pau Grande, Sapiranga e adjacências.

A partir da colocação do vereador, entende-se porque cada empreendimento instalado “adota”²¹ as comunidades que estão ao lado da pista em frente ao mesmo. Há um pacto dos empreendimentos com a prefeitura e quem sai ganhando com esses pactos são as prefeituras e os empreendedores do Litoral Norte que, desde a implantação da Linha Verde, em 1993, estão em funcionamento naquela área e já atraíram vinte e quatro investimentos privados em turismo, sete grandes localizados no município de Mata de São João.

Frei Luciano Bernard, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT–Bahia/Sergipe), ligada à Igreja Católica, afirma que “gostaria de representar muitas outras entidades que, há um mês atrás, realizaram um seminário sobre Terras Públicas da Bahia, com a participação de universidades, da comunidade de Sapiranga, dos movimentos sociais”. Sabe-se que motivou este Seminário e o que trouxe aqui nesta audiência, as várias entidades é a necessidade de rever a problemática da terra, conforme pontua o coordenador da CPT:

É a questão do reconhecimento da terra, que a comunidade exige como fonte para melhorar todos os outros problemas. Neste sentido, o problema da discriminação da terra pública no Estado da Bahia é uma questão que foi prometida, foi um compromisso da Assembléia Constituinte do Estado da Bahia.

Este representante da CPT aproveita o momento da audiência e o conflito da Sapiranga para fazer um apelo aos deputados ali presentes, Zé Neto e Yulo e a todos os outros pra retirar da gaveta esta lei, de fazer a discriminação fundiária das Terras Públicas no estado da Bahia, uma decisão do ano de 1989 quando foi feita a Constituição Estadual.

Complementa o religioso: “sabe-se que enquanto não se resolver esses problemas, outros surgirão, porque sempre haverá essa incerteza do reconhecimento da legitimidade”.

²¹ Um dos acordos firmados entre a liberação do empreendimento pelo Estado, prefeitura e o empreendedor é de que ele deve assumir a sustentabilidade social de uma comunidade, ou seja, ela será adotada como parte da negociação.

Conclui a sua intervenção, fazendo o seguinte apelo: “para que se dê segurança e que se dêem passos seguros e certos, na base da lei, é necessário que se proteja a luta e os que nela estão, para que não ameacem essas lideranças”.

Baseado na sua vasta experiência sobre conflitos, diz:

O problema é que talvez não sejam tão explícitos de uma forma que dê motivo para um inquérito, há um receio de cada vez mais quando o povo se organiza, certas pessoas que, são contrariadas em seus interesses, tomam atitudes mais radicais.

Esse problema de ameaças passou a ser constante após a Audiência Pública, por parte dos encarregados, advogado, trabalhadores da FGD e corretores da Imobiliária Açuda Torre na comunidade, principalmente, ao presidente da Associação dos Moradores Tupinambá, Elias Evangelista e a esta pesquisadora.

Dando a contribuição na audiência, a Fundação Cultural Palmares, que é vinculada ao Ministério da Cultura, com sede em Brasília e escritórios regionais nos estados, tem como presidente Prof^o Dr. Ubiratan Castro Araújo, representada por Andréia, intervém na discussão sobre o problema dos posseiros da Sapiranga, parabenizando a comunidade pela resistência e diz:

O caminho é esse, é se manter unido, realmente correr atrás e não se acomodar, informar aos parlamentares, a quem é do governo federal, estadual e municipal, às ONGs, ao movimento social que a Constituição Federal, através do artigo 68, diz que: ‘aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Sobre as características e o processo de identificação das comunidades quilombolas, explica que essas comunidades ao se identificarem, já carregam dentro de si a consciência de que elas descendem de antigos escravos, refugiados em locais remotos. A partir desse momento é que se descobre que elas existem e a Constituição Federal, a Lei Magna de nosso país, reconhece que a área onde a comunidade utiliza como local de moradia, subsistência ou a usa esporadicamente, mas com uma frequência mais ou menos definida, é reconhecida pela Constituição Federal a propriedade dessa comunidade.

A funcionária ainda esclarece sobre o problema do aparecimento de um outro “proprietário” da área onde vivem essas comunidades, algo freqüente nesse processo de auto-reconhecimento:

Se um pseudo dono da terra que chegou lá com certeza a algum tempo depois dos primeiros habitantes daquela terra, certamente ele não sabia que os escravos estavam lá, porque esses estavam lá escondidos e a função dos quilombos era salvar, guardar, esconder; era manter o direito à vida dessas pessoas. Quando os pseudo donos chegam lá, eles não sabem que a comunidade está ali e descobrem, certamente, que a comunidade já está com um tamanho muito maior do que a que tinha originalmente e, por conta da legislação e outra séries de coisas, são emitidos títulos, certidões, outros títulos de propriedade, mas nós sabemos que aquela comunidade já estava lá.

Pontuando acerca dos poderes públicos federal, estadual e municipal, esclarece:

A lei existe, está aí, pode ser conquistada, mas tem que ser executada. Existem dois artigos da Constituição, o 215 e 216, que regulamentam a proteção ao patrimônio afro-brasileiro, ou seja, a partir do momento em que nós temos uma manifestação cultural dentro dessas comunidades e que existe um modo de saber, de fazer, no momento em que existem estes sinais, local onde se busca preservar determinado costume, cabe a nós, Estado, fazer valer o que reza a lei, reconhecê-los.

Quanto ao Decreto Lei nº 4.887, promulgado em 20 de novembro de 2003, pela Presidência da República e moldado de acordo com a lei e com a realidade das comunidades quilombolas, onde é regulamentado o direito delas, quanto à propriedade coletiva das terras habitadas, cabe a Fundação Palmares, criada em 1989, explica Andréia:

Muito do que a fundação precisava fazer, ela não conseguiu, porque, antes de 2003, se fazia necessário à elaboração de um laudo antropológico, que se fazia necessário à avaliação de um engenheiro, de um técnico cartográfico, uma série de profissionais, o que representava um custo muito grande para o orçamento da Fundação Palmares. E, por conta disso, os processos chegavam até a Fundação e ficavam emperrados. O processo passou a ser simplificado, a partir desse decreto em 2003.

A simplificação desse processo facilitou o acesso das comunidades ao laudo, esclarece Andréia, podendo ser:

Através de uma associação, caso haja, ou através de algum órgão público, ou alguém do movimento social ou independente pode ser emitida uma solicitação do próprio punho. Nós temos exemplo de comunidades que pediam reconhecimento numa folha de papel, feito num lado de uma canoa, por conta de uma visita que alguém foi lá fazer, onde algumas pessoas se identificam, encaminha essa solicitação para a Fundação Palmares, para que nós encaminhemos para Brasília.

A outra etapa desse processo se dá em Brasília, da seguinte forma, orienta Andréia:

Essa solicitação será registrada num cadastro único e, posteriormente, publicada no Diário Oficial e algumas cópias são encaminhadas para Casa Civil, Ministério do Meio Ambiente, Presidência da República, através da Secretaria Especial para Promoção de Política para Igualdade Racial (SEDIR), para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual o INCRA é vinculado e é também enviada para mais uns seis ou oito órgãos.

Continua dando explicações a funcionária da fundação, deixando claro o que acontece após a expedição da certidão:

A certidão leva quarenta dias para ser expedida. É o tempo em que a Fundação remete para Brasília, para ser registrada, publicada e encaminhada de volta para a comunidade. Com a certidão, a comunidade tem a garantia de que até que a regulação fundiária aconteça, ninguém tem direito de tirar a comunidade de lá. E foi por isso que o processo da FGD no IBAMA foi parado, fica tudo aguardando a entrada do INCRA na área, a demarcação e, por fim, a titulação.

Entretanto, esse processo de titulação é diferente nas comunidades quilombolas, afirma Andréia:

O título de posse é coletivo. Nenhum quilombola é dono sozinho do pedaço da terra. A terra é da comunidade. Para garantir a continuidade aos filhos dos remanescentes e os filhos dos filhos irão ter direito àquela área. A posse é da comunidade, independente de ter uma associação ou não.

Consoante a legislação federal, o papel do INCRA, neste processo, é chegar até lá e ver quantas famílias são, do que elas vivem, o tamanho da terra, etc.; sempre em consenso, acompanhado pela comunidade, sob a fiscalização e acompanhamento da Fundação Palmares e dos demais órgãos federais que foram contatados e solicitados para tal coisa. A Fundação Palmares vai estar em parceria com outros ministérios, buscando políticas

públicas que sejam responsáveis por essa questão de infra-estrutura. Essas parcerias, conforme a funcionária da fundação, são:

A FUNASA fica responsável pela instalação de sanitários; o Ministério das Cidades, com a construção de casas, estradas, em parceria com a COELBA; outros órgãos, a nível federal, estadual e municipal também serão envolvidos; mas, só podemos atuar na comunidade no momento em que ela é reconhecida enquanto comunidade descendente de quilombo. É como se fosse emitida uma certidão de nascimento, para que o governo reconheça a sua existência.

Essa representante deixa claro que a responsabilidade da comunidade é com a luta pela terra e precisa resistir. Ela ainda diz que a questão da resistência e da sobrevivência são importantes, mas é preciso haver um compromisso com quem vem depois, com quem está chegando; esses meninos que estão aí andando pelas estradas. As atenções nesse momento deverão estar voltadas para coisas práticas, como:

Manifestações culturais que existem como, por exemplo, a forma de fazer a farinha, de repente só existe com vocês essa forma no mundo todo. Isso é patrimônio que vocês zelarem, com o devido amparo do Estado, através do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAM).

A Fundação Palmares esclarece que outras possibilidades de encaminhamento são possíveis de resolver o problema da terra na Sapiranga, impossibilitando que a comunidade não perca os referenciais da cultura local.

Os moradores ali presentes levantam-se e entregam, por uma comissão, o documento assinado pela população, fazendo a seguinte declaração: “gostaria de focalizar aqui e agora, junto com a representante da Fundação Palmares, a entrega do documento que toda comunidade se reconhece como quilombola”. Manoel Emilio faz o seguinte pedido:

Vamos ajudar a nossa comunidade. Nós estamos sofrendo, não temos geladeira, esse negócio de pote d'água na cabeça já acabou. Gente, vamos nos ajudar na nossa energia, é barbeiro, cobra dentro de casa que aparece de noite. Se alguém bate em minha porta, eu saio de vela acesa. Vamos acabar com isso, será que tem alguém que vai dar um pouquinho por nós?

A declaração-desabafo de Manoel é a demonstração de cansaço da comunidade, desses últimos 30 anos de descaracterização e expropriação de suas terras pela FGD e Imobiliária.

O representante da Fundação Nacional do Índio, após a entrega da auto-declaração de comunidade quilombola pelos moradores da Sapiranga, afirma que: “fica praticamente excluída a possibilidade da FUNAI intervir na área, pois ela atua exatamente onde tem os índios”. Explica ainda se a comunidade, no decorrer do processo,

Quisesse se reconhecer como indígenas, iria passar, inclusive, por um processo parecido. Seria criada uma comissão como foi feita essa, encaminhando à FUNAI a reivindicação. A FUNAI, por sua vez, criaria um grupo composto por antropólogos e demais técnicos e aí em cima disso começava a tratar a questão para ver se haveria o reconhecimento do povo indígena.

Sobre o ato da auto-declaração de povo quilombola, reconhece, em sua intervenção, interessante que se continue nessa mesma linha, buscando a resolução do conflito pela posse da terra.

O presidente da mesa, deputado Zé Neto, esclarece que a “questão indígena” na área é um fato histórico, visto que há na região um cemitério indígena, uma vez que os tratores contratados pela imobiliária passaram por cima de algumas urnas indígenas, ao dividirem o loteamento. A questão de ser a comunidade quilombola, independente desse reconhecimento, pois existem algumas questões de âmbito cultural que dizem respeito à preservação cultural indígena, já que essas populações aí residentes são também de descendência indígena, deixa claro o parlamentar.

Retomando a exposição, o representante da FUNAI esclarece sobre a entidade:

Que a FUNAI na Bahia está dividida em duas administrações: uma com sede no município de Paulo Afonso e a outra no Sul e Extremo Sul. No caso de vocês, qualquer informação ou qualquer outra coisa tem que se dirigir à administração de Paulo Afonso.

Quanto à questão do cemitério, levantada pelo parlamentar, explica João, representante da FUNAI: “essa questão do cemitério que existe lá, é um dos fatos que pode caracterizar e provar que ali é território indígena”, deixa claro que “se é um território indígena aí, ninguém poderia intervir nessa situação”.

Continuando o processo de intervenção sobre a problemática da Sapiranga, principalmente no que se refere à posse da terra, o representante da Ordem dos Advogados

do Brasil, Dr. Rubens Sampaio, coordenador da OAB-BA, presente nesta audiência Pública, intervém esclarecendo:

Diante dos dois problemas aqui expostos; a propriedade da terra e as agressões ambientais, nessa questão da Sapiranga, diante desses relatos, fiz um contato com o presidente da OAB, sugerindo que ele recebesse em audiência os representantes das comunidades, porque, a princípio, haverá aí configurada a situação de uma ocupação dessas terras com direito de usucapião que garante ao possuidor de terra na área rural, com mais de cinco anos, sem oposição até cinqüenta hectares, na aquisição da terra, como propriedade, não mais como posse.

O representante da OAB-BA retoma a sugestão apresentada pelo representante da Fundação Palmares e analisa:

Para o caso da Sapiranga, parece uma solução mais adequada, que é a aquisição dessas terras de uma forma coletiva, até para assegurar os atributos culturais que cercam a ocupação dessas terras. Estou propenso a sugerir, por conta de considerar mais importante e preferencial, a solução que a representante da Fundação Palmares lançou.

Esse representante faz ainda a seguinte análise: “se essa solução não vingar, aí sim a OAB fica à disposição para procurarmos viabilizar a garantia da ocupação dessas terras por todos vocês, através de usucapião”.

Ainda tem outra questão, lembra o Dr. Rubens:

É uma questão ambiental. Pelo que eu pude perceber, há várias agressões ambientais ocorrendo nessas áreas, precisam ser apuradas e reprimidas. O caminho mais apropriado para isso é a instauração de um inquérito civil, porque pode levantar todos os casos ocorridos, sendo que esse inquérito é promovido pelo Ministério Público, que tem poderes institucionais para requisitar documentos, para determinar a presença obrigatória dos agressores dessa área.

Sobre a competência do Ministério Público de Mata de São João, frente às agressões ambientais, acrescenta esse dirigente: “deve-se redigir e encaminhar uma representação ao Ministério Público, para que sejam tomadas as devidas providências com relação à questão ambiental”.

Como um dos representantes da FGD, a bióloga Cláudia declara:

Gostaria de deixar aqui minha manifestação e dizer que estou muito feliz de ver essa organização, essa união. Gostaria ainda de deixar o meu pesar por não ter um representante com maior poder de decisão. Quero deixar bem claro que Júnior²² é um representante tanto da comunidade quanto da Fundação e que não houve uma estratégia de manipulação ao colocá-lo aqui.

Quanto ao conflito entre a FGD e os posseiros, fala essa representante:

Sei que vocês têm uma história muito longa de conflito, principalmente nessa parte fundiária, que é um assunto muito mais complexo, mas nós não temos autonomia nenhuma para resolver isso. Todos sabem que o proprietário tem seus meios, tem muito dinheiro, mas vocês têm a união, que é uma arma muito forte também. Além da união, tem a organização e o envolvimento com todos esses órgãos, dispostos a colaborar.

O deputado estadual Zé Neto avalia a Audiência Pública, após as intervenções, afirmando que essa A.P. foi muito boa e que o arremate será a entrega do documento à Fundação Palmares e que a comissão de meio ambiente já solicitou da comunidade esse esforço, para que documente todas as reivindicações aqui apresentadas, para que sejam tomadas as devidas providências.

Dentro de sessenta dias, a partir de 11 de maio de 2005, haveria uma próxima audiência pública na comunidade da Sapiroanga e na sede do município, para acompanhar as decisões tomadas nesta audiência. Porém essa audiência só ocorreu em 19 de outubro de 2005.

A Audiência Pública comenta o deputado, enquanto instrumento político passa pelo discurso, depois pela parte jurídica, fundamentação, envolvimento e luta. Como instrumento político, coloca a problemática numa posição de dar visibilidade aos movimentos e fatos, e à organização na ação. Todo esse processo, para tornar visível a luta dessas comunidades, acentuou as contradições internas ali existentes, principalmente com relação àqueles trabalhadores com vínculo de trabalho com a imobiliária e a FGD. Nasce, a partir daí, um movimento interno contra o reconhecimento de comunidades quilombolas por meio da Prefeitura de Mata de São João, Imobiliária Açú da Torre, a FGD e os moradores de segunda residência, conforme Anexo II.

²² Quando a autora cita o nome “Junior”, ela está se referindo ao estudante de biologia e guarda florestal da FGD, José Ferreira Junior.

4.3 AÇÕES RESULTANTES DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Alguns meses após essa audiência, a FGD não cessou de fazer ameaças aos moradores que tirassem lenha e estacas da mata. E, para garantir a autonomia das comunidades, a Procuradoria da República no Estado da Bahia encaminha à associação procedimento administrativo de nº 1.14.000.000.846/2005-11, que tem como assunto a Representação da Associação Comunitária Tupinambá contra a Fundação Garcia D'Ávila, onde propõe:

A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos remanescentes de quilombos a **propriedade** das terras ocupadas na data de sua promulgação. Nesta linha, nota-se que o artigo 68 do Ato de Disposições constitucionais transitórias **não** se limitou a ordenar ao Estado que adotasse as medidas necessárias à transferência da propriedade às comunidades étnicas em questão. Foi muito além, na medida em que confere diretamente aos remanescentes dos quilombos a **titularidade do domínio sobre terras tradicionalmente ocupadas**.

A Lei 7.668/88, no seu artigo 2º, III, parágrafo único, atribuiu à Fundação Cultural Palmares competência para realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, procedendo ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação, bem como figurar como parte legítima para promover o registro dos títulos de propriedade nos respectivos cartórios imobiliários.

Os moradores das comunidades Tapera, Pau Grande e Barreiro foram enquadrados como **remanescentes de comunidades de quilombo** e devem, portanto, ser igualmente **reconhecidos como legítimos proprietários das terras** ora ocupadas, sendo necessária, **apenas** a formalização jurídica deste direito que lhes assiste. Vale dizer ao título de reconhecimento de domínio sobre as terras. Não podem, por conseguinte, ser expulsos destas áreas, nem tão pouco sofrer restrições ao seu uso que inviabilizem a manutenção do seu tradicional estilo de vida.

No mesmo procedimento administrativo, a Procuradoria da República determina, no item II, que seja requisitado ao INCRA o início das ações necessárias, no prazo máximo de 10 dias, com vistas aos procedimentos de demarcação das terras ocupadas pelas referidas comunidades e a Fundação Cultural Palmares e ao SEPPIR, o acompanhamento desse trabalho.

No item V, deste procedimento administrativo, alerta a Fundação Garcia D'Ávila sobre eventual esbulho, turbação ou constrangimento ilegal, deferidos contra quaisquer membros das comunidades em apreço, já devidamente reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo, ocasionando a imediata **responsabilização penal e civil** a quem de direito.

Apesar da representação feita pela Procuradoria da República no Estado da Bahia, o INCRA só iniciou o processo de demarcação, delimitação e titulação das comunidades em abril de 2007. Como resultado desse atraso, enfrenta problemas de resistência de famílias das comunidades de Pau Grande e Barreiro, orientadas pelos representantes da Imobiliária e advogado que possui lotes na área. Eles ameaçam dizendo que, se a área for demarcada, entraram com processo de anulação contra os procedimentos de demarcação, atrasando assim a legalização da terra, o que foi feito pelo advogado, Paulo César, a partir de junho de 2007, juntamente com a Prefeitura de Mata de São João. Essa última, em meados de 2007, mandou medir os terrenos referentes às comunidades, argumentando dar aos grupos familiares os títulos de terra.

Esse processo das comunidades quilombolas, portanto, continuará como campo de pesquisa em aberto, assim como outras comunidades tradicionais no Litoral Norte da Bahia.

5 REFLEXÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo principal deste trabalho e suas justificativas, no desenvolvimento dessa pesquisa, considera-se que os objetivos foram atingidos e se constata as ações e reações de resistência histórica dessas comunidades tradicionais.

A análise do modelo de posse e uso da terra, processo de ocupações e transformações forjados antes e após as intervenções feitas no espaço pelos agentes externos — a Prefeitura de Mata de São João, a Imobiliária Açu da Torre e a FGD —, chega-se as reflexões a seguir:

O modelo de ocupação e uso das terras é histórico e focado na expropriação, desde a chegada do primeiro agente externo no espaço, o colonizador, ao atual modelo de gestão sócio-ambiental implantado.

Destaca-se o processo anterior que foi marcado pelo controle e monopólio das terras através de estratégias, dentre elas o morgado e as fazendas de gado, durante três séculos pelos D'Ávila, com o etnocídio indígena, a destruição de diversos quilombos e, nos últimos trinta anos, pela implantação do turismo.

Constata-se que ao longo do processo de implantação e implementação do turismo no Litoral Norte da Bahia, muitas comunidades tradicionais foram inseridas de forma abrupta ao sistema turístico globalizado ou de massa, que causou a exclusão das populações locais, pois não foram incluídas nessa nova forma de produção econômica.

Nesse processo de expropriação, fica evidente que a população local vai perdendo o acesso à terra, por isso forçada a abandonar a atividade da agropecuária, da pesca e do artesanato, práticas essas que lhes garantiam a sobrevivência, pra se tornarem assalariados, desempregados ou mendigos.

Esse modelo é responsável pela concentração de renda. No momento em que é instalado um hotel fazenda do tipo *resort* num espaço como o Litoral Norte da Bahia, investimentos diversos são centrados num determinado ponto do espaço. Para que haja instalação do *resort*, é necessária a expulsão das populações locais, contribuindo para a exclusão socioeconômica dessas populações que tendem a migrar para os grandes centros urbanos da capital e de sua Região Metropolitana.

Percebe-se que a destruição das atividades tradicionais como a pesca, agropecuária de subsistência e o artesanato, associada pela mudança das atividades produtivas que

privilegia o turismo e a urbanização das comunidades, com instalação de hotéis e pousadas, restaurantes, segunda residência, *resorts*, provocam uma ruptura nas tradições das comunidades, no modo de viver, sentir e pensar, deixando essas comunidades e os lugares onde elas estão ainda mais precíveis.

O longo processo de especulação imobiliária é responsável pelas descaracterizações de ordem cultural, sócio-econômica e ambiental, em decorrência da ocupação do espaço pelas segundas residências que foram se intensificando no Litoral Norte, nos últimos trinta anos, desencadeando a problemática fundiária da área e contribuindo para o aumento do fosso de desigualdade que separa as classes sociais.

Como consequência desse modelo, muitos perderam suas terras, suas casas e suas ocupações, pois foram motivados ou forçados, através de estratégias diversas, a venderem suas propriedades e a abandonar suas atividades tradicionais, deixando o trabalho nas roças e passando para os trabalhos assalariados de vigias, faxineiros (as), caseiros (as), garis, cozinheiros (as), fora das comunidades, ou seja, perdendo a autonomia. A inserção da comunidade no mercado de trabalho se diferencia no grau de remuneração que se caracteriza pelo baixo nível salarial e de instrução.

Consoante ao aumento do nível de exploração das populações tradicionais, ocorreu a exploração dos recursos naturais dos lugares orientados pela busca de lucro em dimensões globais. Decorrente disso, é dada uma nova dinâmica ao lugar, através do incremento do fluxo de turistas, de investimentos em infra-estrutura, trazendo, conseqüentemente, o aumento da circulação de dinheiro, de idéias, de projetos. Esses elementos têm contribuído para que haja elevação no nível de concentração de renda, principalmente na margem costeira, e a segregação e pobreza do outro lado da BA-099 – Linha Verde, onde estão situadas as comunidades tradicionais.

Há uma estreita relação entre turismo e território, comunidades tradicionais seu modelo de vida e território. Porém, existe uma lógica que orienta as políticas territoriais, as políticas ambientais e novas políticas do turismo, de forma que elas se integrem, mas não há políticas voltadas para as comunidades tradicionais, no sentido de preservá-las, enquanto patrimônio histórico.

Observa-se que nas comunidades tradicionais Tapera, Pau Grande e Barreiro as políticas ambientais legitimam o modelo de gestão do território no Litoral Norte, que são evidenciadas pela invisibilidade dessas comunidades, no controle de acesso e no crescente processo de privatização de áreas de interesse turístico (praias, rios, nascentes, matas,

mangues, áreas de significativa beleza e do patrimônio histórico e cultural) e imobiliário. Estas são viabilizadas pelo Código Florestal e as leis de proteção e conservação dos recursos naturais que têm como instrumento legal a resolução do CONAMA n° 040/85 e o Decreto Estadual n° 1.046/92, além das diversas normas de controle criadas pela Fundação Garcia D'Ávila e fixadas nas comunidades em placas, nas principais vias de acesso.

O modelo de gestão é apresentado e tratado como se atendesse aos interesses de toda a comunidade, mas na realidade tem atendido somente aos interesses dos agentes hegemônicos. Tanto o poder político quanto o poder econômico estão de tal forma imbricados que se confundem. Como exemplo dessa imbricação, as comunidades convivem com as diversas funções que a Fundação Garcia D'Ávila desempenha sobre elas, concentrando o poder político, econômico e administrativo, conforme destaques dado no segundo capítulo deste estudo. Tal realidade é marcada por contradições e conflitos, conforme constatações feitas através da pesquisa de campo e na análise da matriz das relações sociais, nos acordos firmados, nos informes, estatutos propostos, compromissos, declarações à imprensa e convênios celebrados entre esses agentes.

Percebe-se que o processo ideológico dominante presente no discurso político, usado pelos agentes hegemônicos, tem contrapartida na ideologia expressa no discurso jurídico, inclusive e especialmente nos textos de decretos elaborados pelo Estado brasileiro, para a proteção ambiental. Vale destacar que os textos das leis constituem-se em evidentes afirmações de valores sociais e de princípios doutrinários e, portanto, em discurso ideológico. É impressionante o uso de metáforas, símbolos e linguagens figurativas que escondem os verdadeiros propósitos da Fundação Garcia D'Ávila, da prefeitura e da imobiliária, do poder de coerção usado durante os últimos trinta anos, com o objetivo de expulsão das populações dessas comunidades em estudo.

O processo atual é marcado por transformações que se operam em todos os níveis, o que é percebido nas configurações espaciais existentes, nas relações sociais, nas estratégias e nos discursos dos agentes.

A implantação dos empreendimentos hoteleiros, reservas Sapiranga e Camurujipe e do condomínio Quintas do Castelo da Torre, implica na negação da existência dessas comunidades tradicionais neste espaço e na criação de um espaço voltado para o lazer e para uma melhoria da qualidade de vida, com objetivos bem definidos onde a natureza, os recursos naturais e culturais são os elementos principais.

Vale citar e refletir algumas estratégias usadas, no sentido de expropriar essas populações de suas terras, por parte da Fundação nos últimos trinta anos, a exemplo dos informativos contendo listas de proibições, dentre elas a não de fazer as roças, não construir ou reformar as casas, não criar animais, não reformar as cercas, não pescar, não tirar lenha para cozinhar, não limpar os sítios, não permitir a instalação de rede elétrica, retirando com reforço policial o “gato” de energia elétrica; instalação de guaritas e cancelas nas vias de acesso e cobrança de pedágio, cavando buracos e colocando postes de madeira nos caminhos de acesso às comunidades; criando Estatuto do Parque Ecológico Reserva da Sapiranga; colocando placas e decretos para delimitar o território das reservas; negando a existência dos posseiros, impondo uma outra prática de conservação que não os alimentam e nem os reconhecem; além das diversas formas de pressionar, através de trabalhos com baixa recompensa e cestas básicas para calá-los.

Também vale ressaltar as ações e reações dessas comunidades tradicionais, no sentido de resistir historicamente a todas essas estratégias de opressão e submissão, procurando ajuda fora em órgãos e entidades públicos e ONG's, para salvaguardar a vida daqueles que ainda permanecem no espaço. Reagem cultivando as roças, mesmo que em seus quintais, barrando o rio com os jiquis e distribuindo os peixes coletados, refazendo as casas de farinha, fazendo os mutirões para construir as casas, refazendo o gato de energia elétrica, quebrando em mutirão as cancelas e guaritas, não aceitando o Estatuto do Parque Ecológico da Reserva do Sapiranga, criando a associação dos moradores, dando visibilidade ao conflito através de audiências públicas nas assembleias estadual e municipal, fazendo o processo de auto-reconhecimento como comunidade quilombola junto a Fundação Cultural Palmares, criando comissão interna para demarcação do território, juntamente com técnicos do INCRA e participando de encontros com outras comunidades de quilombo no CEAFFRO (Centro de Estudos Africanos).

Apesar das transformações que ocorreram, principalmente no plano sócio-econômico e cultural, alterando as estruturas espaciais e sociais existentes, leva-se a conjecturar que é possível que essas comunidades não desapareçam e que haja uma reestruturação nos seus modos de vida, devolvendo, através da posse da terra, a educação, a saúde, a dignidade e a cidadania.

Diante das questões analisadas, alguns pontos devem ser destacados: o primeiro deles, refere-se à incompatibilidade tanto na teoria quanto na prática dos dois regimes um de propriedades para o trabalho e outro de propriedades para o negócio em conflito nessas

comunidades. De um lado, a terra de trabalho, com o uso de pouca tecnologia, usando a mão-de-obra familiar, com perspectivas de tecnologias ambientalmente sustentáveis e apropriadas ao lugar, preservando as culturas tradicionais e melhorias nas condições de vidas dessas populações, além da sua autonomia nas etapas desse processo. Do outro lado, a terra de negócio, dos grandes projetos hoteleiros e imobiliários que, na sua concepção, expropriam e eliminam a todas as comunidades tradicionais do processo de desenvolvimento e produção do espaço, cujas demandas e interesses são contrários aos interesses dos moradores dessas comunidades e da realidade local.

Esses empreendimentos implantados nas comunidades Pau Grande, Tapera e Barreiro são semelhantes aos vários outros empreendimentos que estão situados na orla marítima do município de Mata de São João (EcoResort Praia do Forte, Iberoestar, Reserva Imbassai, Reta Atlântica, Costa do Sauipe, etc), que visam a maximização dos lucros. Eles não acrescentam nada na dimensão ambiental, pois impactam, destruindo os recursos naturais que são usados pelas comunidades locais. Constatase que o discursos de preservação e conservação ambiental é artificial, apenas visa atender aos interesses do capital privado e a natureza transformada em mercadoria, em objeto de consumo e de desejo.

O discurso de desenvolvimento econômico e sustentabilidade, usado pelo Estado e pelos empreendimentos para esse espaço, os define como processos econômicos inseridos na economia nacional e mundial, introjectados nas comunidades tradicionais, num processo de dominação econômica, externo ao processo local.

Sabe-se que a idéia de sustentabilidade não é nova e os clássicos da Economia e da Sociologia já se referiam a questão dos limites e da escassez dos recursos naturais. Vale refletir que, desde os fins da década de 1960, do século passado, muitas iniciativas foram desencadeadas, visando ao estabelecimento de um meio termo plausível entre o crescimento econômico e a conservação do meio ambiente natural e/ou artificial. Vários conceitos foram elaborados sobre o desenvolvimento sustentável, uns mais genéricos, outros mais operacionais, porém todos, sem exceção, identificam-se na unanimidade em afirmar essa modalidade de desenvolvimento que vai além do crescimento econômico, implicando efetivos ganhos sociais e econômicos que devem ser, respectivamente, medidos pela melhoria da qualidade de vida e por uma melhor distribuição de renda, pela valorização das culturas e especificidades locais e, no plano político, por uma efetiva participação da sociedade local quanto às decisões que afetam seu próprio destino.

Esses agentes externos, que atuam no Litoral Norte da Bahia, exercem forte influência na descaracterização da paisagem e na captação de recursos para o município que se aloca de forma concentrada sem beneficiar os moradores dessa área. O capital carreado por esses empreendimentos do tipo *resorts* atraem para o município outros investimentos, dos setores privado e público, principalmente aqueles voltados para as melhorias da infra-estrutura as quais não têm beneficiado as comunidades de modo geral, haja vista, as necessidades de água, de energia e de estradas, usados como estratégias de exclusão contra as comunidades.

Constata-se, então, que os poderes público e privado atuam juntos, mesmo sendo esfera de poderes distintos, fenômeno comumente observado no Litoral Norte e que vem passando por uma série de mutações originadas por força da atuação da parceria desses poderes. Contraditoriamente, costumam fazer esses agentes externos (poderes público e privado), ao se apoderarem do espaço, comércio de paisagens; enquanto as comunidades tradicionais, ao se apropriarem do espaço local, fazem valer o conceito de lugar, aquele defendido e apropriado pelas comunidades, simbolizado na figura das nascentes, do rio, da rua principal, do cotidiano vivido. O lugar é a própria identidade dos moradores locais, pois sem o lugar eles inexistem.

Outra contradição apresentada pelo modelo de ocupação é o rápido processo de urbanização e modernização e a conseqüente alteração nos estilos e no modo de vida das comunidades. Contata-se que, por trás do sistema político-econômico existe, a apologia ao consumismo, ao individualismo e a vaidade. A segunda residência é mais um dos reflexos dessa forma distorcida de pensamento, pois não é a segunda residência necessária à manutenção da vida do ser humano, mas algo supérfluo. Seu uso é eventual. Portanto, é uma espécie de capital sem movimento, utilizada em fins de semana, períodos de férias ou feriados prolongados, mudando totalmente a rotina de trabalho da população tradicional que cria uma dependência de um baixo salário, que não supre as necessidades básicas.

Como resultado da instalação das segundas residências no espaço das comunidades, se instalam valores culturais que dominam os já existentes, resultando em um processo de aculturação. A inserção de hábitos novos implica em mudanças de pensamentos e atitudes; logo, a terra, antes necessária à moradia, a reprodução da vida, ao trabalho e a sobrevivência da comunidade, ganha novo sentido e *status* de mercadoria.

Um dos aspectos que merece reflexão maior, nesse processo de vendas das terras pela imobiliária, é o envolvimento de pessoas da comunidade como vendedores das terras

do Pau Grande e Barreiro, como se essas terras fossem propriedade da Imobiliária Açú da Torre. A venda das terras representa a submissão dessas famílias ao jogo econômico, administrado pela Imobiliária, pois elas se tornam dependentes desse movimento.

O conflito existente entre as populações tradicionais, que lutam para não perderem as suas terras, a Fundação Garcia D'Ávila e a Imobiliária Açú da Torre é desviado no discurso da preocupação com a biodiversidade. O que se percebe durante o estudo é que há um jogo de interesses político e econômico muito grande, tendo como pano de fundo a terra. As comunidades Pau Grande, Tapera e Barreiro, por exemplo, costumam abordar a importância da estação de tratamento de esgoto da Praia do Forte, que é contemplada pelo serviço de iluminação pública, enquanto as comunidades não usufruem nem mesmo desse serviço. Para a população, isso é inaceitável, porque essa estação se encontra localizada no interior da Tapera, o que prova a inexistência das comunidades nas políticas públicas.

Várias outras situações são consideradas inaceitáveis pelas populações tradicionais: a construção de segundas moradias sobre os locais de nascentes e brejos. Grandes condomínios estão sendo construídos nas proximidades de praias e rios, sem qualquer fiscalização dos órgãos estaduais, responsáveis pelas áreas.

Diante da problemática de expropriação de suas terras, nos últimos trinta anos e da exclusão social vivida atualmente, essas comunidades, através de audiência pública, tomaram providências, registrando o processo ao qual estão expostas: entregaram à Fundação Cultural Palmares um pedido de Auto-Reconhecimento de Comunidade de Quilombo, no dia 11 de maio de 2005; no final de junho de 2005, recebem Certidão de Auto-Reconhecimento, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, e artigo 2º do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003; em 19 de outubro de 2005, recebem as comunidades uma caravana de representantes de órgãos públicos estaduais, municipais e ONG's. Esse grupo, seguindo para a sede do município na Câmara dos Vereadores de Mata de São João, recebe, oficialmente, a Certidão de Auto-Reconhecimento de Comunidade Quilombo. Essa audiência pública tinha como objetivo político reconhecer, publicamente, a importância histórica e cultural da população dessas comunidades.

Em decorrência desse Auto-Reconhecimento coube ao INCRA, em decorrência dos dispostos no Decreto 4.881/03, proceder à demarcação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo, devendo, por conseguinte, garantir a defesa dos

interesses destas comunidades nas questões sugeridas em decorrências da titulação das suas terras.

Coube, também, a Fundação Cultural Palmares, após a titulação, garantir a assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para a defesa e posse contra esbulhos e turbações, para proteção da integridade territorial da área delimitada à sua utilização por terceiro, conforme determina o Decreto.

Por fim, compete à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República (SEPPIR), consoante determina esse Decreto, assistir e acompanhar o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Portanto, o espaço em estudo é marcado pela presença de diversos agentes. Os principais dentre eles são: os grupos indígenas, a família D'Ávila, os quilombolas, os fazendeiros. Atualmente, o espaço é marcado pelo conflito entre os preservacionistas, os projetos imobiliários e as comunidades tradicionais que ainda hoje resistem. Desta forma, esse espaço é diferenciado pelo conflito entre grupos. Esses conflitos tiveram e têm o mesmo objetivo: o domínio da terra. As diversas funções da terra permitem, no atual momento, através de rugosidades, compreender esse processo de luta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização, movimentos sociais e o uso comum. [São Paulo], 2004, p. 1-43. (Texto não publicado).

ANDRADE, Maisa de. **Sapiranga quer resgatar a origem**. A Tarde, Salvador-Bahia. Caderno local. 12 de maio de 2005, p.8.

ANDRADE, Manoel Corrêa de A. **Abolição e reforma agrária**. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1987, 93 p.

_____. **Ocupação do território e a evolução das cidades e vilas brasileiras. (séc. XVI-XVII)**. Fundação Joaquim Nabuco. 1990, p. 27-38.

ARENT, Hannah. **As esferas pública e privada. O homem: animal social ou político. A Condição Humana**. 10º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000. p. 31-89.

ARRUDA, Reinaldo S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In. DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000, p.273-290.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES TUPINAMBÁ (TAPERÁ, PAU GRANDE E BARREIRO). **Abaixo-assinado endereçado à Procuradoria de Justiça da Comarca de Mata de São João**. 17/07/2004. p. 1-8.

BAHIA. Assembléia Legislativa. **Ata da Audiência Pública**. Presidente: Deputado Zé Neto. Salvador, 11 de maio de 2005. 45 p.

BAHIA. Prefeitura Municipal. **Termo de Acordo e Compromisso**. Lei Municipal nº 18/77. Mata de São João, 15 de dezembro de 1981. p. 1-3.

BAHIA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 130/85**. Mata de São João, 10 de dezembro de 1985. p. 1-9.

BAHIA, Procuradoria da República no Estado da Bahia. **Procedimento Administrativo nº 1.14.000.000.846/05-11**. Enviado pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão: Sidney Pessoa Madruga. Salvador 26 de maio de 2006. p. 1-9.

BECKER, Bertha K. A Geopolítica na virada do Milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In CASTRO, I. E. et. al. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 271-307.

BRASILIA, Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Certidão de Auto-Reconhecimento**. Assinada por Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo, 20 de junho de 2005. Cadastro Geral nº 003, Registro 204, folha 46.

BRUIT, Hector. **Acumulação Capitalista na América Latina**. Tradução: Sônia Rangel. São Paulo: Brasiliense, 1982, 71 p.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos (ORG). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos Trópicos**. São Paulo: HUCITEC. 2000, p. 165-182.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **O que é ideologia**. 19º ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, 125 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. et. al. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1987, 93 p.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987, 162 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000, 290 p.

_____. **O turismo socialmente responsável e inclusão das populações tradicionais**. In: LIMA, L. C.; CORIOLANO, I. N. (Org.) Turismo e desenvolvimento social sustentável. Fortaleza: EDUECE, 2003, p. 22-27.

ECO, Humberto. **Como se faz uma Tese**. Tradução: SOUZA, Gilson César Cardoso de. . São Paulo: Perspectiva, 1989, 170 p.

FILHO, Manoel Bochecha, **Camaçari: O Brasil Começa Aqui**. Camaçari. 1980. 29.p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 18 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 165 p.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 184 p.

_____. **Como trabalhar com o povo?**. São Paulo: Cadernos da CEB-Catuba, 1982. p. 1-33.

FUNDAÇÃO GARCIA D'ÁVILA. **Estatuto dos Moradores do Parque Ecológico Reserva da Sapiroanga**. Mata de São João: junho/2004, p. 1-12.

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, A.C. et. al. (Org). **Etnoconservação: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 81-99

HARSBAERT, Robert. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Inaiá Elias. et al (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-205.

JORNAL DA BAHIA. **Nativos e ecologistas disputam espaço**. Salvador, 31 de agosto de 1989. Caderno Cidade, p. 11.

JULVENELLI, Jorge Otilio Silva. **Para um esboço de uma ética da proscricção: opressão, cultura e ecumenismo...** Cadernos do CEAS, Nº 143, 1993, p. 10-25.

MACHADO, Suza. **Posseiros protestam e delegada abre cancelas em Praia do Forte**. A Tarde, Salvador, 21 ago. 1995, Caderno 1. p. 2.

_____. **Promotor autoriza Fundação a cobrar taxa em Sapiranga**. A Tarde, Salvador, 21 ago. 1995, Caderno Geral, p. 2.

_____. **Sem acordo, Fundação mantém a cobrança de R\$ 3,00 em Sapiranga**. Jornal A Tarde, Salvador, 30 ago. 1995, Caderno 1.

MAGALHÃES, Denise Silva. **Cartografia e geoprocessamento na análise e gestão de sistemas rodoviários: a BA-099 e sua área de influência direta**. Dissertação de Mestrado. Universidade Salvador-UNIFACS, Salvador, 2003. 222 p.

MARTINS, José de Sousa. **Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil**. Caderno CEAS, Nº 67, Salvador, 1980, p. 34-44.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. **Sociedade e Meio Ambiente no Litoral Norte da Bahia: transição para à (IN) sustentabilidade**. Trabalho apresentado à Universidade Salvador e à Universidad de Barcelona. Curso de doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional. Salvador, setembro de 2002, 129 p.

MORAIS, Antonio Carlos Roberto de; COSTA, Wanderley M. da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999, 196 p.

_____. **Geografia: pequena história crítica**. 18 ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. 138 p.

_____. **O turismo no litoral e a capacidade de suporte da zona costeira**. In: LIMA, L. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. (Orgs.). Turismo e desenvolvimento social sustentável Fortaleza: EDUECE, 2003, p.75-94.

MOTT, Luis R. B. **Terror na Casa da Torre: tortura de escravos na Bahia Colonial**. In: REIS, João José (org.) Escravidão e Invenção da Liberdade. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 17-32.

NASCIMENTO, Jorge Glauco Costa. **A dimensão social do discurso ecológico ou mudar o eixo da discussão ecológica centrada em pacas, veados e tatus**. In: Cadernos do CEAS, N °137, 1992, p. 20-32.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1994, 101 p.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – Família e poder no nordeste colonial**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2003, 295 p.

_____. **Família e poder nos sertões nordestinos**. Revista Nossa H. 2004, p. 56-60.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 216.

ROCHA, M. R.; LIMA, L.C. ; CORIOLANE, L. N. M. (Org). **A luta pelo direito à terra e ao turismo: O caso de Batoque-Aquiraz-CE**. Fortaleza: EDUECE, 2003, p. 224-245.

ROSA, Fellippe Augusto de Miranda. **Direito, justiça e ideologia**. Rio de Janeiro: ACHIAMÉ, 1980, 61 p. textos paralelos.

ROSS, Jurandy Luciano S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 2000, 85 p. (Repensando a geografia).

SANTOS, Milton; ELIAS, Denise (Colaboradora). **Metamorfose do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1988, 124 p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004, 285 p.

_____. **Espaço e método**. 4º ed. São Paulo: Nobel, 1997, 88 p.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996, 308 p.

_____. **A urbanização brasileira**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1994, 157 p.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987, 142 p.

_____. **Pobreza urbana**. Coleção Estudos Urbanos. São Paulo: HUCITEC, 1979, 164 p.

SARKAR, Sahotra. Restaurando o mundo selvagem. Trad. de DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 47-65.

SERVAIS, Freddy. A. J. **Grilagem na Bahia**. Cadernos do CEAS, N° 67, 1979, p. 45-54.

SOBRINHO, Lirandina Gomes. **Em busca do paraíso...A(Eco)lógica, a gestão do território e o turismo na Praia do Forte-Bahia**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências da UFBA. Salvador, 1988, 129 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Inaiá Elias de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L.(Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA, Álvaro J. de. **Geografia lingüística e liberdade: dominação e liberdade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991, 89 p.(Coleção Repensando a Geografia).

SPOSITO, Eliseu Severio. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004, 218 p.

ANEXOS

ANEXO I

DOCUMENTO

Segundo Mott (1988, p. 19), Garcia D'Ávila Pereira de Aragão, de quem fala o texto abaixo, nasceu em 04 de outubro de 1735, em São Tomás do Iguape, no Recôncavo baiano, na fazenda do seu avô. Sendo o mesmo, mestre de campo da casa da torre, deixou marcas inapagáveis na história indígena e dos escravos de suas fazendas no Nordeste, assim como os seus antecessores. O texto abaixo relata uma dessas experiências.

Senhor Reverendo Vigário Antonio Gonçalves Fraga

Meu Senhor: a Vossa Mercê deponho, como Comissário do Santo Ofício, as heresias ditas e feitas pelo Mestre de Campo GARCIA DE AVILA PEREIRA DE ARAGÃO, contra Deus Nosso Senhor e os Santos, desencarregando nesta parte a minha consciência com V. Mercê, como assim mandam e ordenam os Editais do Santos Ofício, e constam dos itens seguintes:

Heresias que faz aos seus Escravos

Item. Que a um escravo crioulo chamado Ipólito, de idade de 16 anos, pouco mais ou menos, o mandou montar em um cavalo de pau, e mandou lhe amarrassem em cada pé uma arroba de bronze, ficando com os pés altos, e o mandou deitar sobre o cavalo, mandando dois negros açoitá-lo, as onze horas do dia; que depois disto feito, o mandou amarrar com uma corda pelos pulsos dos braços juntos, e passada a outra parte da corda ao mourão da casa, o foram guindando até o porem com os pés altos fora do chão braços e meio pouco mais ou menos; e mandou passar-lhe uma ponta da corda nos manípulos (testículos) ou grãos para baixo; que o pobre miserável dava gritos que metia compaixão, e ao mesmo tempo, lhe mandou pôr uns anjinhos nos dedos dos pés ajuntando-os, que tal foi o aperto, que lhe fez o dito Mestre de Campo, que lhe ia cortando os dedos, e esteve com estes martírios obra de duas horas, que por Deus ser servido não morreu desesperado o arrenegado.

Item. Que a uma escrava mestiça chamada Lauriana, de idade de 25 anos, pouco mais ou menos, a castigava o dito Mestre de Campo muitas vezes, dando-lhe com uma

palmatória de pau pela cara e queixas do rosto, levantando a mão com a maior força que podia, e andava esta continuamente com o rosto inchado, procedido de semelhante castigo.

Item. Que querendo noutra ocasião castigar a mesma dita escrava acima, mandava buscar uma torquiza grande de sapateiro, e a mandava chegar a si, atrependo-se ele o dito Mestre de Campo em lugar mais alto, e metendo a torquiza aberta na cabeça da dita escrava, tudo quando apanhava de cabelos fixando a torquiza, lhe arrancava de uma vez.

Item. Que em noutra ocasião mandou pôr na dita escrava Lauriana um ferro no pescoço, com duas vergas levantadas, em alto, que teriam mais de palmo e meio, e em cada uma delas uma campainha e uma corrente muito grossa no pé, passando-lhe dias voltas pela cintura, indo a ponta dela atar às campainhas, e mais uns grilhões nos pés, como (se estivesse peada) mandando-a assim cortar capim para os cavalos dali a meia légua, e às vezes mais longe, sem lhe dar de comer e sempre morta a fome; e por não trazer em um dia de domingo com brevidade e pressa o capim, a mandou açoitar numa cama de vento por dois escravos, Bastião e Domingos, cada um com suas correas açoitando a um tempo, que cansados estes, mandou continuar os açoites por outros dois, Narciso e Geraldo, e cansados estes, mandou continuar pelos primeiros Bastião e Domingos, assistindo ele, dito Mestre de Campo GARCIA DÁVILA PERREIRA DE ARAGÃO a todo este maldito suplício e martírio que teria no chão meio pote de sangue. E depois de tudo isto feito na dita cama de vento, amarrado cada de vento, amarrado cada pé e cada braço no ar por sua ponta de corda, com todos os ferros ditos acima, mandando aos ditos escravos a desatassem todos juntos a um tempo de pancadas, para cair acima assim com os peitos no chão do sobrado e levar grande pancada, como assim o fizeram; e depois a mandou meter numa prisão com ordem passada de duzentos açoites cada dia, mandando-lhe levar cada dia uma menina, parva quantia para comer, não consentindo-lhe desse água para beber; e no outro dia lhe mandou dar outra parva quantia de água, sem comer, tendo esta uns anjinhos nos dedos das mãos com todos os ferros já declarados e para comer aquela parva quantia, que lhe davam, se lhe punha encima de um banquinho, para comer como cachorro ou outro animal, com a boca no prato, lambendo ou apanhando com os beiços o que podia, por ter as mãos presas e dedos e tudo sem consentir mais lhe fizessem fogo (de noite) e nem lhe dessem quanto o pedisse, para se não agüentar do frio muito que ali fazia no lugar onde tinha sido presa. E depois de tudo isto feito, a mandou amarrar pelos dois braços; cada qual com uma corda, e o guindando em alto no oitão da casa, com os braços abertos, como crucificada, ficando-lhe os pés a uma braça em alto do chão, ele mandou no mesmo

tempo amarrar uma arrouba de bronze em cada pé para estarem puxando mais ara baixo, como os mais ferros já declarados, enrolados pela dentadura corrente de guindar pedras ou caixas de açúcar, donde a teve nesta forma desde o meio dia até às quatro ou cinco da tarde, urinando-se por si, com semelhante castigo, tolhendo-se-lhe também a fala, por lhe estar estirando os nervos da garganta como ela assim o disse saindo desse martírio mais morta que viva. E mandou chamar Cosme e Pereira de Carvalho e Luiza Mendes, pardas já de idade, para verem a obra de caridade que estava fazendo àquela pobre cristã, e quando elas lhe pediam abreviasse já aquele castigo ou martírio, dizia que aquilo não era nada. E se não ativesse comprado um pardo chamado Bernardo da Rocha, e a levasse para o sertão, teria morrido marte nas mãos daquele turco.

Item. Que um escravo chamado Caetano, mestiço de idade de trinta anos, pouco mais ou menos pelo apanhar tocando uma rebeca em sua mão não estando ele ali, o mandou pegar e amarrar em uma cama de vento ficando-lhe o corpo no ar, com os braços e as pernas abertas, atacadas com argolas com suas cordas, e o começaram açoitar desde as dez horas do dia até as quatro horas ara a cinco da tarde, por dois açoitadores e cansados estes entraram outros dois, tudo a um tempo, com lhe dirá o mesmo açoitado, e em todo este tempo dos açoites, desmaiava o pobre mestiço, ficando sem fala, em cujo tempo lhes estava o dito Mestre de Campo botando limão com sal nos olhos, com uma pena de galinha, por sua própria mão que despertando o dito mestiço com o limão com sal nos olhos, mandava continuar com os açoites, botando-lhe ao mesmo tempo cocos de água fria pelas nádegas, com se fosse um bárbaro com tão horrendo castigo. E depois de açoitar nesta forma, que já não tinha carne nas nádegas, o mandou pôr com uma argola no pescoço, ficando em pé não direito, porém quase encurvado, e assim o teve até às dez horas da noite, que por vários peditórios o aliviou da argola indo dormir em uma corrente, sem querer que ninguém o curasse. E no outro dia de manhã foi para uma argola, onde esteve todo dia o sol, sem comer, nem beber, até às nove horas da noite, que metia compaixão! E no cabo de dois dias, ninguém podia parar junto dele com o fecho (mal cheiro) que vinha das feridas, que eram tantos bichos de moscas que pareciam estavam em riba de um defunto já cheio de corrupção. Escapou (vivo) pelo muito trato que tiveram dele suas tias Tereza e Clemência, também elas testemunhas.

Item. Que querendo o dito Mestre de Campo GARCIA DÁVILA PEREIRA ARAGÃO ir pescar por seu divertimento, mandou pôr uma escrava chamada Páscoa a uma lagoa ou rio apanhar isca para dita pescaria. E por não chegar ao tempo que ele queria, veio

para casa e mandou vir uma escada, mandando-a pôr de alto a baixo, e mandou amarrar a dita crioula na escada com a cabeça para baixo, pés para cima, mandando-lhe meter a cabeça por dentro do derradeiro degrau da escada, ficando-lhe a cabeça ou a testa tocando no chão, e o degrau bem em riba do toutiço (nuca), ficando com a cabeça arqueada, que quase morre afogada ou sufocada, com o degrau que lhe ficava no cangote e dois negros açoitando-a, que por milagre de Deus não morreu afogada ou arrenegada, com tão desastrado e horrendo castigo.

Item. Que um menino de seis ou oito anos chamado Manoel, filho de uma escrava chamada Rosaura, o mandou virar varias vezes, com o devido respeito, com a via de baixo para cima mandoando o arreganhasse bem com as duas mãos nas nádegas, estando com a cabeça no chão e a bunda par o ar, estando neste mesmo tempo o dito Mestre de Campo GARCIA DÁVILA PEREIRA ARAGÃO com uma vela acesa nas mãos, e quando ajuntava bem cera derretida, a deitava e pingava dentro da via (anus) do dito menino que com a dor do fogo dava aquele pulo para o ar, acompanhando com um grito pela dor que padecia dos ditos pingos de cera quente derretida na via, sendo esta bastante. E disto rindo-se o dito Mestre de Campo ao mesmo tempo com aquele regalo e alegria de queimar aquele cristão, o mandava que fosse embora, dizendo: ides para dentro de casa.

Item. Que uma menina de três ou quatro anos, pouco mais ou menos, chamada Leandra, filha de uma escrava chamada Maria Pai, a chamou e mandou se abaixa-se e pondo a carinha da pobre menina declinada sobre um fogareiro de brazas acesas, e ele o dito Mestre de Campo GARCIA DÁVILA PEREIRA ARAGÃO pondo-lhe uma mão na cabeça, para que a menina com calor não retirasse o rosto do fogo, em cujo tempo começou abanar o fogareiro e a outra mão ocupada na cabeça da menina, sem ela a poder levantar, estando já a dita menina com o rosto defronte das brazas tão vermelhas e sapecado com as mesmas brazas, ao tempo que veio passando uma sua mulata, ama de sua casa, chamada Custodia, que vendo aquela heresia, lhe disse, gritando: o que é isso meu senhor, que queimar a menina, não faça isso meu senhor! Então a largou, rindo-se como cousa que não fazia nada.

Item. Que a mesma menina Leandra em outra ocasião, tirando-se um tacho de doce do fogo, estando o dito Mestre de Campo seu senhor assistindo a fatura do dito doce, chegando naquela ocasião a dita menina lhe perguntou o Mestre de Campo se queria doce, que dizendo a menina que sim encheu uma colher de prata do doce, tirando-o do tacho, e estando ainda quase fervendo, derramou a colher do doce de repente na palma da mão da

dita menina, e virando-se ela a mão no mesmo tempo para derramar o doce da mão por não poder aguardar pela estar queimado, logo investiu o dito Mestre de Campo, atracando-lhe no pulsinho do braço, tendo a mão (de modo) que Lea não o derramasse fora, ameaçando-a com gritos que o comesse e o lambesse e se não, que a mandava açoitar, e a miserável menina, assim o fez, estando com mão presa pelo pulso do bracinho, e saiu desta heresia com a mão e língua queimadas.

Item. Que manda as suas escravas deitarem-se em saias levantadas e ao mesmo tempo, lhes vai botando ventosas com algodão e fogo nas suas partes pudendas, com a sua própria mão dizendo: é para chuparem as umidades – heresia tão ignorada entre a cristandade.

Item. Que uma crioula chamada Tereza, sua escrava, casada, quando a apanhava dormindo, inda com a saia, antes de ser horas de dormir, ou de se deitar, levantando-lhe a saia, lhe metia uma luz acesa pela suas partes venéreas, e toda a queimava, fazendo-lhe varias vezes, em ausência de seu marido, e quando todos os menino se grandes se deitavam neste caso, é à primeira e segunda cantada do galo e assim que o dia vai rompendo, que o dito Mestre de Campo GARCIA DÁVILA PEREIRA ARAGÃO se põe de pé, assim já hão de estar todos desta casa, grandes e pequenos, e o que não se levantou, logo vai à cama onde ele ou ela dorme, e com um chicote de açoitar cavalos, que já leva na mão, o põe miserável, e assim andam todos tresnoutados.

Item. Que apanhando o dito Mestre de Campo umas suas escravas dançando, depois de as mandar açoitar rigorosissimamente, lhes mandou botar uns papagaio de algodão com azeite nas partes venéreas, largando-lhe fogo, dizendo que era para lhes tirar o mesmo fogo, que todas as queimou.

Item. Que uma sua escrava mestiça, chamada Rosaura, e duas mulatas mais, Francisca e Maximiana, as mandou despir nuas, em uma sala, e ajuntando na mão dois rabos de um peixe chamado arraia, com eles as açoitou rigorosissimamente por todo o corpo, sem reservação de lugar algum, ficando estes corpos alanhados (golpeados) e cultilados, já sem pele, mandando depois arrancar os cabelos do pente (púbis) umas às outras, estando ele o dito Mestre de Campo no mesmo tempo com a suas próprias mãos barreando os ditos púbis com cinza quente para se arrancarem melhor, e quanto mais gritava as pobres das dores que padeciam, mais com força mandava que arrancassem, lavrando ao mesmo tempo os malditos rabos de raia. E depois de bem barbeadas nesta forma, mandou a cada uma se lhe desse vinte dúzias de açoites e depois destas surras

dadas, as mandou meter correntes, e no dia seguinte mandou continuar com a mesma oficina dos açoites, e ficaram as miseráveis tão escandalizadas (maltratadas) do dito púbis e parte venéreas, que lhes inchou e pelaram de cinza, ficando o depois tudo em ferida e em carne viva.

Item. No dia seguinte, sexta-feira da paixão, mandou açoitar a dita Rosaura acima e seu filho chamado Manoel, o qual já declarei no capítulo de pingos de cera derretida, ambos rigorosamente; e a dita Rosaura, depois de açoitada, lhe mandou pôr uma grossa corrente no pescoço e uns grilhões nos pés, e depois disto feito, mandou chamar um Alexandre José, rebequista, e metendo uma rebeca na mão, mandou que tocasse, estando com muita alegria do dito tempo e dia.

Item. Que costuma açoitar seus escravos maiormente no dia de sexta-feira da paixão estando toda a semana muitas vezes sem açoitar. E no dia de sexta-feira, anda em casa como um endemoniado, ora dizendo pela casa passeando pela suas escravas: a quem açoitarei hoje? Ora dizendo: ando com vontade de ver sangue de gente açoitado. E assim andam todos da casa assustados, vendo quem é o padecente. E naquela lida em que anda das nove horas por diante, manda pegar naquele ou naquela que lhe parece, e os manda açoitar por dois escravos, tudo a um tempo, até cansarem. E cansados estes, manda continuar por outros dois, ora postos em escadas crucificados, ora em cama de vento no ar, ora como se lhe parece sempre com martírios e heresias, deixando no chão poças de sangue, regalando-se de ver... cachorros comerem e beberem o sangue destas miseráveis criaturas.

Item. No mesmo dia anda em casa com um pauzinho na mão do tamanho de um palmo, pouco mais ou menos com uma ponta, chega-se a qualquer escrava, põem-se em pé junto dela, e começa a meter-lhe o pauzinho pelo corpo, com quem quer furar: aqui mete, ali mete, e há de estar aquela escrava quieta suportando aquela tirania, ainda que lhe doa, e se ela buliu, como coisa que teve cócegas, ou arrecuar para trás, (diz): pega! Vai açoitar! E lá vai aquela pobre mártir. Muitas vezes busca pra mandar açoitar no dia da Paixão.

Item. Que em outro ano, na semana santa, na quarta-feira de trevas, açoitou e palmateou dois negros rigorosissimamente, Ambrosio e Narcizo, e na Quinta de Endoenças, tornou com a mesma diligência dos açoites de manhã ao mesmo. E de noite mandou açoitar uma mulata, Francisca do Carmo, rigorosissimamente. E na Sexta-Feira da Paixão, fez os mesmos castigos a outros escravos, como eles e elas assim o poderão confessar, e à forma como que os castigos, e todos os anos na Semana Santa fez estes

castigos: para ele o menor prato, sem ficar Semana Santa alguma, a muitos anos, que não castigue naqueles dias, mormente na Sexta-Feira da Paixão, com tanta alegria e vontade, que parece uma onça morta à fome em riba de uma carniça. E já se chegou a ele uma moça forra chamada Leandra de Freitas, achando-se nessa casa e suplicio neste dia, pedindo ao dito Mestre de Campo GARCIA D'ÁVILA PEREIRA DE ARAGÃO pelo amor de Deus não açoitasse naquele dia da Paixão do Senhor, respondeu o dito Mestre de Campo: Eu hoje, neste dia é que açoito! Mandando continuar com os açoites mais rigorosamente.

Item. Que açoitando no mesmo dia o dito Mestre de Campo, em outro ano, a dois mulatos, Geraldo e Maximiana, rigorosamente, que disse a Manuel Francisco dos Santos, seu foreiro e compadre se tinha regalado em tal dia de ver cachorros comer e lamber sangue de gente açoitada, e foi certo que corria sangue de dois cristãos pela terra, que ensopava a mesma terra, parecendo um pote de água que se tinha derramado como assim dirão os mesmos escravos.

Item. Que haverá cinco anos, que prendeu, depois de bem açoitadas, uma mulata chamada Francisca do Carmo e outra, chamada Rosaura, cada uma com sua corrente, com a coleira pelo pescoço, e a outra ponta pregada no sobrado, onde estiveram presos nesta forma, sem dali se moverem de dia, nem de noite, para parte alguma, e haverá um ano, que as desapregou do sobrado onde estavam presas, porem andando soltas servindo à casa com as mesmas correntes no pescoço pela coleira com mais comprimento, enrolada pela cintura e só se tiram estas correntes do pescoço e cintura destas miseráveis no dia que se vão confessar pela desobriga da quaresma de ano em ano, porem vindo da confissão, logo para já lhe tornam a por as correntes na mesma forma dita acima, e a cinco para seios anos que andam estas pobres cativas com estas jibóias atracadas em si pela cintura e pescoço, sem delas poderem ter alivio algum, e já andam com o pescoço cheios de calos, feridas das coleira, que continuamente trazem em si, assim dormindo, comendo, e assim doentes em uma cama, e assim toda vida sem refrigério algum. Nascido este martírio, sem outra razão ou fundamento algum, se não pelas querer sujeitar com ele a ofensa de Deus, e quando não querem, indo da mesma sorte, lavar a novena de bacalhau, a novena de palmatoadas, com treze dúzias de manhã, e treze dúzias a tarde, e no outro dia, o mesmo, e assim vai continuando este castigo ou novena não ficando de fora os anjinhos, ate elas se sujeitarem com ele a ofensa de Deus, contra a sua vontade. E esta devoção do Mestre de Campo GARCIA D'ÁVILA PERREIRA ARAGÃO é qual nas suas escravas de porta a dentro e ainda porta a fora, com as mesmas suas afilhadas de batismos, como sucede e sucedeu com

Ana sua afilhada, filha de Martina já defunta, que quando ela não quer, a sujeita com vários açoites, anjinhos e martírios.

Item. Que esta Francisca do Carmo dita acima, atracada com a dita corrente, mandou ele, o dito Mestre de Campo, que fosse ela dar de comer todos os dias a uma onça que tinha presa em uma corrente em um sepo, numa casinha evitando os mulatos machos não dessem mais de comer a dita onça, só sim a dita mulata, por ser a raiva que dela teve, por evitar com ele dar ofensa a Deus: e isto o fazia com tamanho animo, oferecendo-se a Deus, gritando à onça que nunca a ofendeu. Porém, como Deus Nosso Senhor é pai de Misericórdia e Piedade, sabia o sentido com que o dito Mestre de Campo mandava aquela miserável botar de comer à onça, para ela a comer. Foi servido amanhecer um dia a dita onça morta, para alívio do susto com que aquela miserável escrava vivia, pois estava vendo o dia que a onça faria dela carniça ou prato.

Item. Que estando lendo livro de noite, deitado em uma rede manda as suas escravas ou meninos pegarem uma luz e ali está a pobre mulher ou o pobre menino em pé com a candeia na mão, desde as sete ou oito horas da noite, até meia noite, pouco mais ou menos, sem dali se mover, sempre com o cuidado de atizar a candeia, e se daquele excesso de estar em pé até aquelas horas lhe sobrevem alguma coisa na cabeça, talvez de fracos, por não terem comido naquele dia, por andarem sempre mortos à fome ou outro qualquer moléstia ou dor, logo manda no mesmo instante açoitá-lo rigorosissimamente, ainda que seja meia noite, amotinando e assustando a casa, dizendo ele nela ou nele menino, velhacaria, sendo estes candeeiros, veladores e castiçais, mas tudo é estar esperando ou buscando ocasiões de buscar aqueles pobres cristãos.

Item. Que um menino de quatro anos, chamado Arquileu, filho de uma sua escrava, chamada Prudência, vigiando uma figueira, os passarinhos não comessem os figos dela, e por achar um figo picado dos ditos passarinhos, o açoitou com um chicote de açoitar cavalos, pondo-o nu, rigorosissimamente pelas costas pernas e todo corpo, e principalmente pela barriga já conferidas tão idôneas (hediondas?) e feias, que se não foram uma sua mulata chamada Custodia, ama de sua casa, que desesperadamente veio de dentro, pegando no menino e o metendo entre as pernas, cobrindo-o com a saia, dizendo: também quero morrer mate-me a mim também, que depois de morta escusarei de ver tantas heresia que se fazem nesta casa sem temor de Deus e de sua Mãe Santíssima. Então soceguou o Mestre de Campo daquela maldita fúria e barbaridade com que estava martirizando aquele pobre cristão Anjinho, e se não, matavam debaixo daquele chicote, por

que já lhe tinha comido toda a pele do corpo, principalmente da barriga, que estava já tudo em carne viva. E ela olhando e vendo em seu filho aquela heresia e barbaridade, como estaria aquele coração atormentado e agoniado! E assim se observa o dito Mestre de Campo GARCIA D'ÁVILA PEREIRA ARAGÃO com todos os meninos de sua casa, que vê-los das nádegas metem compaixão. E se a mãe do filho que acompanha mostra tristeza e sentimento, também vai ao suplicio. Se o filho mostra tristeza e sentimento da mãe que apanha, também vai ao suplicio. E se o parente, que apanha, mostra tristeza, também apanha: hão de ver e presenciar, e andar alegres. Enfim, não digo nada ao muito que tinha que dizer.

Item. Que um menino de oito a nove anos chamado Gerônimo, depois de o esbordoar com uma tábua, deixando-o quase morto, por não reservar lugar por onde lhe dava, o mandou açoitar rigorosamente que metia compaixão, mandando depois pôr-lhes uns grillhões nos pés e uma argola de ferro no pescoço, com astes levantadas para lhe pôr campaninhas, e mandando furar-lhes os rejeitos dos pés e pelos buracos a enfiar uma corda e pendurá-lo ficando com os pés para cima e a cabeça para baixo. E depois disto, o açoitou novamente rigorozissimamente que o deixou quase morto.

Item. Que uma mulata chamada Maria do Rosário estando açoitando-a encima de um banco, supõe-se três ou quatro horas em açoites, que não havia santo nem santa nem Paixão de Jesus Cristo, nem a virgem Nossa Senhora, por quem ela chamava que a valesse, e por esse respeito, mas acendidamente mandava que puxassem pelos açoites, gastando todo tempo acima declarado que quase estava a dita mulata blasfemando, pedindo ao diabo que a acodisse e a valesse, que era tanto sangue que corria em regatos. Depois disto a mandou logo no outro dia seguinte para uma sua malhada do tamanho quase do terreiro desta cidade, ou metade dele, mandando capina-se a dita mulata com as mãos, onde esteve todo dia ao sol sem comer no dito serviço, ficando por todos os dias arrancando vassourinhas e ervinhas e outras imundices mais de ervas que se criam entre o capim, e sem comer, à chuva e ao sol, sem dali se arredar, comendo somente o que de salto apanhava das mãos das outras parceiras e parentes que por caridade lhe davam.

Item. Que um escravo chamado Antônio Magro, contratando o dito Mestre de Campo GARCIA D'ÁVILA PEREIRA ARAGÃO com ele dar-lhe o seu valor, passar-lhe carta de alforria, e depois que ele comeu a esta conta umas vacas e uns capados, galinhas e leitões, à conta do dito valor, a conta que lhe passou foi uma noite à senzala do dito negro, acompanhado com seis escravos, e mandando pegar uns pelas mãos, outros pelos pés, e ali

o amarraram, tapando-lhe os olhos e a boca, derrubando no chão, lhe mandou botar à força uma ajuda de pimentas malaguetas com pito de preto e metendo ele o canudo à força, que tudo já levava pronto para o dito benefício ou carta de alforria, mandando o largassem depois disso. Que esteve à morte, sendo de idade de setenta para oitenta anos.

Item. Que uma novilha preta de uma pobre parda, chamada Ana Maria, dizem ser irmã bastarda do dito Mestre de Campo, por vir ao seu curral junto com outro gado seu, por assim virem do pasto incorporados, a mandou pegarem e amarrar, ficando-lhe as armas bem encostadas e arrochadas em um moirão, e com fechos de fogo que mandou fazer, e mandou queimar toda pela barriga, peitos e partes venéreas, olhos e principalmente todo empenho da parte de baixo, que era de uma dor de coração, ver as heresias que mandou fazer àquele pobre animal, estando preso sem dali se poder escapolar, que ainda os Turcos não fariam semelhante barbaridade, só sim os Judeus. E não durou esta pobre novilha quinze dias, perdendo-a sua dona, que é o que ele quiria.

Testemunhas referidas:

Luiz Mendes – Cosma Pereira de Carvalho – Maria do Nascimento e seu marido João Baptista – Ana sua filha – Agostinha Dias – Rosa Maria de Jesus – filha de Luzia Mendes – Benedita Vieira, sua irmã – Clemêncio mestiça – Tereza mestiça e sua irmã - Mariana Vieira – sua filha Ana Maria – Ana Maria passageira da passagem da Pojuca – Antônio Tavares, sua mulher Marceliana – José Fogaça – Florência sua mulher – Margarida irmã da dita Florência – Tereza de tal, mãe de Manuel pai de Rosa Maria de Jesus – mulher do filho de Luiz Álvares – Felipa Pereira – Manuel Alexandre seu neto – Margarida Ferreira – Maria da Cruz – Joana de tal, no sitio da Pinguela – Maria Aranha, sua filha – Leandra de Freitas – Isabel de tal, sua mãe Leonor, moradores na Praia da Torre – Francisco Tavares – Luiz da Costa, sua mulher Felícia de tal – o Padre Brás Pereira Soares.

Escravos da casa que todos sabem:

José Pereira – Francisco Gago – Amaro – Geraldo – José - outro José – Bastião, sua mulher Teresa - Maria do Rosário – Páscoa - Maria crioula – Maria Paz – Custódia – Ana – outra Ana Marinha, sua afilhada – Rosaura – Francisca do Carmo – Manuel mulato –

outro Manuel, dos pingos de cera derretida quente – José Mais – e outro mais escravos que todos saibam dessas heresias.

Este fez: JOSÉ FERREIRA VIVAS
(Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, n°16687)

ANEXO II

DIGA NÃO AO INCRA

NÃO ASSINE NENHUM
DOCUMENTO, SUA TERRA VAI
PASSAR PARA O NOME DA
ASSOCIAÇÃO TUPINAMBÁ.
DEFENDA A SUA
PROPRIEDADE, NÃO AO
PROJETO QUILOMBOLAS.
PARTICIPE DA MANIFESTAÇÃO
DAS VÍTIMAS DO INCRA E DA
ASSOCIAÇÃO TUPINAMBÁ.
DOMINGO 03/06 ÀS 15: HORAS
NA ESCOLA DE PAU GRANDE.
LEVE A SUA FAMÍLIA. CONVIDE
O SEU VIZINHO

26.05.07

foram reuniões na comunidade de
Pau Grande. Dos vários encaminhamentos
tomados, foi criada uma comissão para
ir na casa da Prop. Edite

28/05/07 - Valdeir da Encicção
me avisou que tem um grupo que
quer me pegar.

29.05.07

Colocado nos postes da comuni-
dade pelo advogado Paulo César.
Está também na escola municipal para
enfrentar a professora Gláucia ^{filha de seu filho}

ANEXO III

Crise hoteleira foi tema de reunião em Costa do Sauípe

LUISA TORREÃO

luisat@atarde.com.br

A dificuldade que investidores e poder público alegam enfrentar para instalar empreendimentos no litoral norte da Bahia levou, ontem, a ministra do Turismo Martha Suplicy ao Complexo Turístico de Costa do Sauípe. Ela se reuniu, no final da tarde, com o governador Jaques Wagner, o secretário do Turismo do Estado, Domingos Leonelli, o presidente da Associação Brasileira de Resorts, Alexandre Zubaran, o prefeito de Mata de São João, João Gualberto, além de empresários do ramo hoteleiro.

Atualmente, Sauípe passa por uma crise, com uma série de obras paralisadas, devido à morosidade na concessão de licenças por órgãos ambientais, como CRA e Ibama. “As regras não estão muito claras. Se aqui não se puder construir nada, não haverá emprego e renda”, disse o prefeito de Mata de São João. Para Gualberto, a pobreza é um dos obstáculos para a própria preservação ambiental.

“O que temos aqui hoje é ouro do século XXI, mas que precisa ser preservado”, declarou Marta Suplicy no encontro, referindo-se às belezas naturais brasileiras. Ela se mostrou receptiva às solicitações de revisão e agilidade no processo licenciatório, devendo levar a situação à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Segundo a Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos da Bahia, o valor dedicado aos empreendimentos na Costa dos Coqueiros é de US\$ 1,8 bi, com 12.363 empregos diretos e cerca de 12 mil hotéis. Desde o ano passado, entretanto, os investimentos estão em risco.

“O governo Wagner não vai abrir mão do rigor na questão ambiental, mas precisamos de celeridade”, explicou Domingos Leonelli. Ele informou que será organizada uma visita técnica local com representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CRA e Ibama, a fim de encontrar uma solução. “O encontro cumpriu seu objetivo”, avaliou Zubaran.